



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES GÊNERO E FEMINISMOS

RAÍSSA LÉ VILASBOAS ALVES
ORIENTADOR: PROF. DR. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

“É SOBRE RETIRAR NOSSA EXISTÊNCIA DA INVISIBILIDADE”: O
CURSO TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES COMO FERRAMENTA
ELUCIDADORA DA VISIBILIDADE LÉSBICA.

Salvador
2023

RAÍSSA LÉ VILASBOAS ALVES

**“É SOBRE RETIRAR NOSSA EXISTÊNCIA DA INVISIBILIDADE”: O
CURSO TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES COMO FERRAMENTA
ELUCIDADORA DA VISIBILIDADE LÉSBICA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A474 Alves, Raissa Lé Vilasboas
“É sobre retirar nossa existência da invisibilidade”: o curso teorias feministas e lesbianidades como ferramenta elucidadora da visibilidade lésbica / Raissa Lé Vilasboas Alves, 2023.
151 f.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Lésbicas. 2. Pensamento – Lésbicas. 3. Lesbianidade. I. Fernandes, Felipe Bruno Martins. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.42



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
(PPGNEIM)

ATA Nº 215

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM), realizada em 25/05/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO no. 215, área de concentração Mulheres, Gênero e Feminismo, do(a) candidato(a) RAÍSSA LÉ VILASBOAS ALVES, de matrícula 2020112705, intitulada "É sobre retirar nossa existência da invisibilidade": o curso Teorias Feministas e Lesbianidades como ferramenta elucidadora da visibilidade lésbica. Às 09:00 do citado dia, Sala de Aulas - NEIM/UFBA, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES que apresentou os outros membros da banca: Profª. CATERINA ALESSANDRA REA, Profª. Dra. MARCIA SANTANA TAVARES e Profª. Dra. MIRIAM PILLAR GROSSI. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. MIRIAM PILLAR GROSSI, UFSC

Examinadora Externa à Instituição

CATERINA ALESSANDRA REA, UNILAB

Examinadora Interna

Dra. MARCIA SANTANA TAVARES, UFBA

Examinadora Interna

Dr. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES, UFBA

Presidente

RAÍSSA LÉ VILASBOAS ALVES



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
(PPGNEIM)

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 215

Autor(a): RAÍSSA LÉ VILASBOAS ALVES

Título: "É sobre retirar nossa existência da invisibilidade": o curso Teorias Feministas e Lesbianidades como ferramenta elucidadora da visibilidade lésbica

Banca examinadora:

Prof(a). MIRIAM PILLAR GROSSI Examinadora Externa à
Instituição

Prof(a). CATERINA ALESSANDRA REA Examinadora Interna *Catene Rea*

Prof(a). MARCIA SANTANA TAVARES Examinadora Interna

Prof(a). FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

Presidente

Felipe Fernandes

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO: *fezer um ou dois parágrafos iniciais para definir e recortar o tema.*
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA *revisar o que falta ser citado na bibliografia inicial*
3. METODOLOGIA *fezer um quadro comparativo detalhado com dados das cursistas.*
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS: *Parabenizamos a excelente análise de uma política pública e a revisão da literatura que é densa ~~completa~~ e ampla. Sugerimos a publicação de artigos.*

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Felipe Fernandes
Prof(a). FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

Orientador(a)

À

Minha avó que nunca leria minha dissertação, *mesmo se tivesse a chance*. E caso eu ousasse lhe explicar meu tema de pesquisa, ela torceria o nariz para mim e exclamaria um "bestage". Eu conheço minha avó. *Conhecia*. E enquanto escrevo ela não me sai da cabeça.

Ela e minha prima, Luana. Minha prima acreditava no afeto como potencial transformador de mundo. E eu acho isso muito bonito, apesar de não confiar tanto.

Dedico a elas esse trabalho, que amadureceu assim como eu nesses três últimos anos, coercitivamente. Porque desconfio que nesse período aprendi sobre morte e luto ainda mais do que aprendi sobre lesbianidades.

AGRADECIMENTOS

À LASG que foi escola: de reconhecimento, descoberta, acolhimento e afeto. Eu não estaria na pós-graduação hoje se esse grupo não existisse.

À minha turma do mestrado, pelo compartilhamento de angústias e conquistas tornando toda a dor da dissertação em algo coletivo e, portanto, menos pesado de carregar.

Ao meu orientador que me impulsionou mesmo quando eu achava não ser capaz.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À minha família e em especial, a meus pais. Pois foi com eles que aprendi o potencial da docência em transformar universos particulares e de vislumbrar a sala de aula como um espaço de troca, aprendizado e ensinamentos.

Aos amigos que não me deixaram desistir e acreditaram em mim, mesmo quando eu deixei de acreditar .

À Escola Bate Bola, que mesmo nada tendo a ver com pós-graduação, foi na altinha que me reergui após as – diversas - crises de ansiedade.

Assim como afirmou Zuleide Paiva (2016) em sua tese, essa dissertação também é sobre conhecimentos corporificados e sujeitos políticos, e isso significa que (o) “eu” aparece antes, entre e após qualquer teoria.

Zuleide Paiva (2016)

RESUMO

Esse trabalho se propõe a compreender de que modo o pensamento lésbico adentra a academia, a partir das hipóteses de que a entrada de lésbicas nas universidades, existência de publicações sobre lesbianidades em periódicos, e promoção de cursos de extensão colaboram significativamente para vislumbrar uma epistemologia lésbica. Portanto, essa pesquisa objetiva investigar essa terceira via de entrada do pensamento lésbico, analisando por quais epistemes ele vem sendo teorizado. As trajetórias dos movimentos sociais latino-americanos tiveram forte influência na organização política de lésbicas no Brasil, resultando na construção de grupos exclusivos. Esses grupos sobreviveram a tempos ditatoriais e de crises sanitárias em escala global, ainda assim se mantiveram vivos e resistentes. É a partir dessa construção histórica que as produções começaram a adentrar a academia enquanto saber, ainda marginalizado. Pensando em uma relação dinâmica e autônoma entre movimento social e academia e compreendendo o pensamento lésbico enquanto movimento político-cultural centrado na lesbianidade, essa pesquisa se utiliza da etnografia de tela enquanto recurso metodológico para construção de dados do campo pretendido que embasam a trajetória teórica do trabalho. O curso Teorias Feministas e Lesbianidades, oferecido no Semestre Letivo Suplementar da Universidade Federal da Bahia em formato virtual, na plataforma Moodle foi o campo escolhido para observação e análise dos Fóruns de Discussão Online, categorizando o curso em três dimensões: política, pedagógica e afetiva. Foi encontrado em campo a importância da entrada do pensamento lésbico nas universidades e de como o acesso a essas autoras e construções impactam subjetivamente nas cursistas colaborando em suas pesquisas, em seus trabalhos, em suas práticas e militâncias e, também, tecendo redes de apoio entre elas.

Palavras chave: Pensamento lésbico; Lesbianidade; Lésbicas; Etnografia de tela

RESUMEN

Ese trabajo se propone comprender como el pensamiento lesbiano entra en la academia, partiendo de las hipótesis de que el ingreso de lesbianas a las universidades, la existencia de publicaciones acerca de lesbianidades en periódicos y la promoción de cursos de extensión colaboran significativamente para vislumbrar una epistemología lesbiana. Por tanto, esta investigación tiene como objetivo indagar esta tercera vía de entrada del pensamiento lesbico, analizando mediante qué epistemes ha sido teorizada. Las trayectorias de los movimientos sociales latinoamericanos tuvieron una fuerte influencia en la organización política de las lesbianas en Brasil, resultando en la construcción de grupos exclusivos. Estos grupos sobrevivieron a tiempos dictatoriales y crisis sanitaria mundial, aun así, se mantuvieron vivos y resistentes. A partir de esta construcción histórica las producciones comenzaron a ingresar en la academia como saber, aunque marginadas. Pensando en una relación dinámica y autónoma entre movimiento social y academia y comprendiendo el pensamiento lesbico como un movimiento político-cultural centrado en el lesbianismo, esta investigación utiliza la etnografía de pantalla como recurso metodológico para la construcción de datos del campo pretendido que sustentan la trayectoria teórica del trabajo el curso Teorías Feministas y Lesbianidades, ofrecido en el Semestre Complementario de la Universidad Federal de Bahía en formato virtual, en la plataforma Moodle fue el campo elegido para la observación y análisis de los Foros de Discusión en Línea, categorizando el curso en tres dimensiones: política, pedagógica y afectiva. Se constató en campo la importancia del ingreso del pensamiento lesbico en las universidades y cómo el acceso a estas autoras y construcciones impactan subjetivamente en las participantes del curso colaborando en sus investigaciones, en sus trabajos, en sus prácticas y militancias y, también, tejiendo redes de apoyo entre ellas.

Palabras llaves: Pensamiento lesbiano; Lesbianidad; Lesbianas; Etnografía de la pantalla.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 - Ato Inconstitucional n.5

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AVA - Área Virtual De Aprendizagem

BEGD – Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade

CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CFP - Conselho Federal de Psicologia

COVID - Corona Vírus Disease

CRP - Conselho Regional de Psicologia

DEM - Partido dos Democratas

EAD - Educação à Distância

EBMSP - Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

FDO - Fórum De Discussão Online

FDO - Fóruns de Discussão Online

FLH - Frente de Liberação Homossexual de México

GALF - Grupo de Ação Lésbico Feminista

GBT - Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

GIRA - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação

GTPSIG - Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IST - Infecção Sexualmente Transmissível

LASG - Liga Acadêmica de Sexualidade e Gênero

LF - Grupo Lésbico-Feminista

MHB - MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

MORE - Mecanismo Online de Referências da Universidade de Santa Catarina

NAPE - Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

OMS - Organização Mundial de Saúde

PLC - Pensamento Lésbico Contemporâneo

PPGNEIM - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos

PT - Partido dos Trabalhadores

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SOMOS- Grupo de Afirmação Homossexual

TFL - Teorias Feministas e Lesbianidades

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

1. PSICÓLOGA, PESQUISADORA E LÉSBICA.....	15
1.1. Eu, psicóloga.....	16
1.2. – Eu, pesquisadora	17
1.3. Eu, lésbica	21
1.4. Novos mundos, novos tempos	23
1.5. Respirar em tempos de asfixia.....	30
2. MOVIMENTO LÉSBICO NO BRASIL.....	33
2.1. E havia uma ditadura hétero-militar?	36
2.2. Quando a ameaça lilás encontra o verde oliva	40
2.4. Outros tempos virais	54
2.5. E onde estavam as lésbicas durante a epidemia da AIDS?.....	58
3. TEORIAS LÉSBICAS E ACADEMIA: PELAS PORTAS DO FUNDO.....	60
3.1. Entrada de lésbicas na academia	61
3.1.1. Publicações lésbicas.....	62
3.2. Uma outra forma de fazer ciência: lesbianizar é preciso!.....	65
3.3. Etnografia: a teoria vivida.....	69
3.3.1. Etnografia de tela: sobre redes e conexões.....	70
4. TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES, O CURSO DE EXTENSÃO	73
4.1. O início antes do começo.....	75
4.1.1. Dinâmica da plataforma	77
4.1.2. Os Fóruns de Discussão Online	82
4.2 Dimensão Política	83
4.3 Dimensão Pedagógica	97
4.4. Dimensão Afetiva	103
4.5. Sementes.....	110
5. TECENDO FIOS	113

REFERÊNCIAS.....	122
ANEXO 1 – Programa do Curso TFL	133
ANEXO 2 – Card de divulgação do curso TFL.....	140
ANEXO 3 – Cards de Webnários do TFL.....	141
APÊNDICE A – Nomes e minibiografias das docentes do TFL	144
APÊNDICE B – Links das vídeo-aulas do TFL	148
APÊNDICE C - Tabela do perfil declarado das cursistas.....	150

1. PSICÓLOGA, PESQUISADORA E LÉSBICA

*“Seis balas em um revólver.
Se você jurar que deixará de amar garotas, deixamos você passar.
Cinco balas em um revólver.”
(Elayne Baeta; **Oxe, baby**, 2021, p. 96-97)*

*“Odiei as palavras e as amei,
e espero tê-las usado direito.”
(Markus Zusak; **A menina que roubava livros**, 2007, p. 459)*

Esse trabalho se propõe a compreender de que modo o pensamento lésbico adentra a academia, a partir de um recorte regional, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), utilizando o curso Teorias Feministas e Lesbianidades (TFF) como seu campo de investigação. A partir da entrada de lésbicas nas universidades, existência de publicações sobre lesbianidades em periódicos, e promoção de cursos de extensão é possível vislumbrar uma epistemologia lésbica. Essa pesquisa objetiva investigar essa terceira via de entrada do pensamento lésbico, analisando por quais epistemes ele vem sendo teorizado.

Penso que quando a gente escreve é porque nossas ideias já estão construídas mentalmente e só precisam ser decodificadas em palavras. Fazer um memorial, para introduzir esta dissertação e mestrado, me transporta, inevitavelmente, a períodos em que tento entender onde e quando começou essa dissertação e, talvez, o mais óbvio seria afirmar que sua escrita teve início enquanto anteprojeto, ao participar da seleção do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mas discordo que esse tenha sido o ponto inicial da sua construção, pois minha pesquisa fala de mim e de elementos que me constituem muito antes da pós-graduação ser uma ideia.

Me passa na cabeça os entrelaces da vida acadêmica e vida pessoal, e me parece equivocado pensar que seria possível analisá-las separadamente. Uma coisa é certa: esse trabalho não começa aqui, na escrita desse primeiro capítulo. Na verdade, ele teve início antes de sequer perceber que já estava sendo construído. Quando incômodos, inquietações e ausências passaram a preencher um espaço significativo dentro de mim. Mais precisamente em 2015. Foi nesse ano que a Liga Acadêmica de Sexualidade e Gênero (LASG) tomou corpo e ganhou vida. Na época

eu cursava a graduação de Psicologia em uma instituição particular de Salvador, na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP).

A LASG é um grupo formado por estudantes e para estudantes de graduação e é pautada no tripé de ensino, pesquisa e extensão. A carência de discussões sobre gênero e sexualidades nas instituições de ensino superior levou à LASG a ser pensada como suplemento do currículo formal de Psicologia através de discussões de textos, promoção de eventos (cindebates, palestras e intervenções) e realização de oficinas dentro e fora dos muros da instituição (ALVES; FARIA, 2020).

1.1. Eu, psicóloga

A ausência desses temas na graduação de Psicologia foi também observada e registrada por Ariane Senna (2021) ao afirmar que durante sua formação acadêmica a universidade não sabia lidar com as temáticas de gênero e sexualidade e, portanto, a sua presença na academia se fazia necessária e provocativa por levantar questionamentos frente aos preconceitos e ignorâncias academicistas.

Enquanto uma das fundadoras, a LASG me possibilitou não somente a aquisição de conhecimento, mas a partilha de afeto e a vinculação com um grupo de estudantes impulsionadas/os pelo desejo de pautar as sexualidades e gênero dentro da academia. Talvez tenha vindo daí o meu primeiro fascínio pela entrada desses temas nas instituições de ensino, sobretudo o ensino superior. Compreendendo que o campo de gênero e sexualidade tem seu lugar na ciência e que pode ser feita através do afeto (LASG:... 2020) foi então a primeira vez que considerei a possibilidade de ser pesquisadora.

Por muito tempo ouvi que falar de lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, e outros grupos dissidentes, era fazer militância e não pesquisa. Ora, como se militância e academia fossem polos opostos sem capacidade - e necessidade - de interlocução. Isso se apresenta ainda mais visível quando Ariane Senna compartilha que certa vez ouviu de uma colega na graduação um discurso transfóbico, velado de justificativa, de que estava apenas reconhecendo suas limitações quando se negava a “lidar com essas pessoas” (SENNA, 2018, p. 309) em sua prática profissional – referindo-se às pessoas LGBT’s.

Também fez parte da minha graduação comentários de docentes como “Deus me livre quando essa coisa de bissexual for normal”, ou a insistência, mesmo após

minha sinalização repetidas vezes, no uso do termo “homossexualismo” usando como respaldo os trabalhos de Sigmund Freud (publicados no início do século XX). Nesse sentido surge o questionamento: até que ponto pautar as sexualidades e gênero dentro da sala de aula, principalmente em um curso de graduação que nos prepara para lidar, manejar e acolher o sofrimento do outro, é um “fazer militante”, e por quê tanto incômodo com as provocações trazidas por mim e por pessoas como Ariane Senna (2018, p. 06), que destoam, como ela bem aponta, de uma psicologia “ainda muito ortodoxa, branca e elitizada”?

1.2. – Eu, pesquisadora

Foi nos estudos feministas que encontrei a possibilidade de criticar o viés androcêntrico da ciência que tem como uma das consequências a exclusão de autoras, autores, e suas teorias, da ciência hegemônica. Quando Londa Schiebinger (2008, p. 269) afirma que “a maioria de nós cresceu com uma imagem da evolução humana como sendo a ‘evolução do homem’” é para exemplificar o androcentrismo na ciência, isto é, todo modo de produzir conhecimento pautado no homem cartesiano como parâmetro de ser humano.

A ciência ocidental, desde o Iluminismo, nos traz a premissa de neutralidade com seus métodos e técnicas, que se tornam limitantes quando se trata de gênero, raça e questões sociais não exatas (SCHIBINGER, 2008, p. 274). Londa Schienbinger (2008) ainda afirma que as análises de gênero possibilitam a criação de novas áreas e questões a serem pautadas, expandido o universo da pesquisa.

A ideia de neutralidade já não me fazia sentido, mas a imparcialidade ressoava em mim como aniquilamento da minha subjetividade enquanto sujeito cognoscente que traz em sua escrita, além de técnicas e teorias, uma história de vida. Lembro-me de questionar na defesa da minha monografia: que “eu” sou esse que me mostro apenas nas entrelinhas de citações normatizadas? Sobre isso, Donna Haraway (1995) diz que “posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras”.

Para Haraway (1995) e Sandra Harding (2019) a objetividade pregada como pressuposto da Ciência Moderna refere-se, na prática, ao ponto de vista dos homens. Logo, se trata de uma neutralidade valorativa, isto é, uma falsa posição neutra adotada com base em valores considerados “naturais”, mas que corroboram com sexismo,

racismo e androcentrismo científico por enunciar somente uma localização do saber: do homem, branco, ocidental, heterossexual.

Ainda há de se considerar que essa neutralidade forjada é por vezes utilizada para retardar o desenvolvimento do conhecimento, flertando com tendências políticas e sociais em contextos favoráveis afim de afastar a ciência de questões contemporâneas e fundamentais à época (PROCTOR, 1991 citado por HARDING, 2019). Afinal, a ciência é um campo de poder (HARAWAY, 1995).

A objetividade, como validação do que é conhecimento, então, se mostra uma meta inalcançável por grupos sociais que produzem o que é, maldosamente, chamado de produções subjetivas com interesses próprios e modos “não científicos” de produção de conhecimento. Mas, o que esses “grupos” fazem, efetivamente, é questionar a Ciência Ocidental como verdade universal, incorporando o que Haraway vai chamar de “saberes localizados” (1995, p. 18) e trazendo uma ciência corporificada e um conhecimento situado, “o corpo é um ‘agente’ e não um recurso” (HARAWAY, 1995, p. 39).

Essa crítica, no entanto, já vem sendo debatida e pontuada pelas “poetas da linguagem” (MELINO, 2020, p. 142) - que serão mencionadas no decorrer desse trabalho -, ao descentralizarem o saber, propondo outras construções e teorias de conhecimento, evidenciando com isso que a(s) ciência(s) não são neutras nem sequer estão isentas de interesses e valores (HARDING, 2019). Com isso, sabemos que é possível fazer uma ciência outra, de sujeitos múltiplos, de visão e posicionamento crítico (HARAWAY, 1995).

Portanto, se ainda vamos utilizar a “objetividade” para adjetivar o modo de produzir ciência, precisamos compreendê-la como dinâmica e histórica, ou seja, inserida em um contexto e em movimento, tendo em vista a transformação nos modos de ver e produzir conhecimento. Somente dessa forma é possível desconstruir a falsa ideia de universalidade da Ciência e, inclusive, romper com a ciência singular, que aniquila vozes, saberes e sujeitos, à margem (HARDING, 2019).

Trazendo comigo esses questionamentos, mais como angústia e com menos respaldo teórico, e já graduada, em 2017, com uma ânsia de aprofundar meus questionamentos e fazer, de fato, pesquisa, me vi também numa tentativa de me encontrar no que parecia ser um abismo entre ser estudante e entrar para o mercado de trabalho. Nesse momento encontrei de modo despretenso o edital para o curso Pensamento Lésbico Contemporâneo (PLC). Lembro de me questionar se existiria

tanta bibliografia sobre lesbianidade suficiente para um semestre inteiro de curso. Felizmente descobri que sim, há. E com essa descoberta veio também o desejo de me aproximar e compreender melhor essas teorias.

Se a LASG foi um primeiro universo de possibilidades que se abriu, o PLC foi um segundo. Cada um teve sua importância inegável para que eu pudesse explorar até encontrar o tema que eu me dedicaria a pesquisar por pelo menos dois anos. A partir do curso, o que anteriormente me foi apresentado como “temas emergentes”, compreendi que não passavam de temas preteridos. E sei, hoje, que o preterimento deles é uma escolha política.

No PLC pude também me aventurar por outras áreas de conhecimento, produzindo como trabalho final do curso um audiovisual em formato de curta metragem, um documentário, no qual pude entrevistar algumas mulheres que se reconheciam naquele momento como lésbicas. O trabalho foi apresentado no X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero (CINABEH) realizado no formato virtual em 2021. O curta, ou “LESBOS”¹, como foi nomeado, foi inspirado no filme “Bichas, o documentário”² e está disponibilizado online no *Youtube*, contando com mais de duas mil visualizações.

Simultaneamente à liga acadêmica, também integrei o Grupo de Trabalho Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero (GTPSIG) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP03). O grupo, fundado em 2015, tinha como objetivo representar as discussões de sexualidade e gênero dentro do conselho regional por meio de discussões sobre a temática, promoção de eventos para divulgação de atividades, produção de materiais formativos, visando, especialmente, a categoria profissional, mas também a sociedade civil.

O GTPSIG foi um espaço onde me reconheci psicóloga e encontrei afago nas aflições sobre a formação em Psicologia e seus défices curriculares. Junto a ele participei de mesas, mediei e promovi eventos, seminários e simpósios, bem como representei a psicologia baiana nas discussões de sexualidade e gênero em outras instituições. Durante dois anos assumi o cargo de coordenação do grupo propondo que as lesbianidades fossem pautadas de modo independente das discussões das homossexualidades, reconhecendo as lésbicas como sujeitos próprios e não anexos das homossexualidades masculinas.

¹ Pode ser acessado através do link: https://www.youtube.com/watch?v=IShYi2mJF_A

² Disponibilizado através do link: https://www.youtube.com/results?search_query=bichas+

Atualmente, não mais integrante do GTPSIG, reconheço a importância e necessidade de um espaço como esse no Conselho de Psicologia, de modo a enfatizar as resoluções 01/99 que estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação à orientação sexual proibindo qualquer tipo de prática de reversão sexual; e a resolução 01/18 que tem como objetivo impedir o uso de instrumentos e técnicas reforçadores de preconceito e discriminação às pessoas trans e travestis, compreendendo que as transexualidades e travestilidades não são patologias, as identidades de gênero são autodeclaratórias e que urge a necessidade de enfrentamento à transfobia.

Em 2020 finalmente ingressei no PPGNEIM. Um misto de euforia e excitação me tomava por estar, pela primeira vez, fazendo parte de uma universidade pública e, portanto, disposta e animada a explorar tudo o que a UFBA tinha a me oferecer; mas também porque após dois anos de tentativa finalmente parte da minha autoestima foi recuperada ao passar no processo de seleção para o mestrado que eu tanto almejava.

No entanto, junto a sentimentos esperançosos o ano nos trouxe também uma pandemia a nível global nunca vivida, ou pelo menos, não no Brasil, do modo como tem sido conduzida. A COVID-19 nos impôs o distanciamento, o confinamento e, por vezes, a sensação de solidão. Hoje, com mais de 600.000 mortes decorrentes do que irresponsavelmente foi chamada de “gripezinha” pelo maior representante do país à época, os impactos ainda são fortemente sentidos não só no corpo, nas relações interpessoais, mas também na pesquisa.

A conduta do presidente brasileiro durante o período da pandemia foi baseada na tese de “imunidade de rebanho”, isto é, a ideia de que quanto mais pessoas se contaminarem mais rapidamente aceleraria o enfrentamento da COVID-19. Tese esta não aceita pela própria Organização Mundial da Saúde (OMS) e desacreditada pelos principais epidemiologistas que evidenciavam a vacinação em massa como a via mais eficaz de combate ao vírus.

Ainda sobre a tese de “imunidade de rebanho” (EUGENIA,... 2021), Robert Wegner afirma que há dois aspectos a serem considerados: o primeiro é o aspecto do neoliberalismo e a desresponsabilização do Estado na saúde coletiva retirando dele o papel na formulação de políticas de combate à COVID-19; o segundo aspecto é a política genocida por trás da “eliminação do mais fraco”, ou seja, um comprometimento com o deixar morrer das populações mais vulnerabilizadas pelos marcadores sociais e que, portanto, sentem a pandemia de modo desigual.

Sendo assim só se faz possível uma análise dos impactos da pandemia se esta for relacional e dinâmica, considerando o contexto social e, portanto, as iniquidades de populações em situação de vulnerabilidade, deixadas a esmo, passíveis ao morrer (REGO; PALÁCIOS; BRITO; SANTOS, 2021). Dentre essas populações estão lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis (MILANEZ; FERREIRA; PEDROSA, 2021).

1.3. Eu, lésbica

Sob os suplícios de “fique em casa”, campanha que tomou as mídias através de marcas internacionais, governos estaduais e falas até mesmo de influenciadoras/es digitais nas redes sociais, um aspecto talvez não tenha sido considerado. Para muitas pessoas LGBT's, estar em casa não é um fator de proteção, pelo contrário, de acordo com Isabella Pinto et al (2020), as violências contra pessoas LGBT's notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre os anos de 2015 e 2017 apontam que a residência foi o principal local de ocorrência, independente de faixa etária e/ou segmento.

Além disso, no âmbito privado, os principais agentes de violência são familiares e/ou parceiros/os íntimos, o que demonstra que a unidade familiar não é funcional enquanto rede de proteção e apoio para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, potencializando, inclusive, danos oriundos de violência nos espaços públicos (PINTO et. al., 2020). Para Alef Santana e Lucas Melo (2021), a experiência familiar pode ser atravessada pela LGBTfobia, indo de encontro à ideia de família enquanto grupo de apoio e acolhimento proporcionadora de um espaço seguro, quando, muitas vezes, é nesse espaço que ocorre violências “corretivas” como agressões físicas, abusos sexuais, verbais e psicológicas.

Ainda, foram as violências contra lésbicas e mulheres transexuais os maiores números de notificações. De acordo com Geovani Bordiano et. al. (2021), a saúde mental foi apontada como principal âmbito impactado pela pandemia para a população LGBT, além de ser elencada como maior dificuldade de enfrentamento durante o isolamento social/quarentena por conta da pandemia da COVID-19.

Segundo a pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT em parceria com a agência de pesquisa Box1824 (2020), os três principais âmbitos da vida de pessoas LGBT's que foram impactados pela pandemia são: a) saúde mental, apresentando

uma piora significativa; b) vida social e o afastamento de redes de apoio e, conseqüentemente, a sensação de solidão; c) fonte de renda prejudicada pelo aumento do desemprego nesse período e dificuldades de vínculos trabalhistas.

A pesquisa, que teve uma primeira edição em 2020 e uma segunda edição comparativa em 2021, aponta que os impactos nesses três âmbitos estão conectados e resultam em um “ciclo de exclusão” (VOTE LGBT+ & BOX 1824, 2021). Foi observado que se em 2020 o aumento do desemprego abalou grande parte das pessoas LGBT's, em 2021 foi revelado que esse alto índice de desemprego permaneceu, 6 a cada 10 pessoas LGBT's tiveram impacto em suas finanças ou até mesmo ficaram sem renda, e 59,47% das pessoas desempregadas permanecem assim há um ano, praticamente dobrando os índices apontados no ano anterior.

É importante compreender que o acesso à renda para uma pessoa LGBT é acessar também lugares físicos e subjetivos que possuem desdobramentos diretamente na saúde mental. É poder se retirar de espaços de violência, buscar um ambiente familiar mais seguro, adentrar espaços de saúde (inclusive mental), manter uma vida social mais saudável (VOTE LGBT+ & BOX 1824, 2021), esta última de suma importância para a sobrevivência de lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis criando vínculos com a comunidade como forma de resistência a um possível núcleo familiar violento. (BORDIANO et. al., 2021).

Nesse sentido, temos o fator socioeconômico e o distanciamento social como colaboradores do impacto na saúde mental da população LGBT, mas não somente, perdas e adoecimentos de amigos e familiares, processo de luto, ausência ou diminuição significativa do convívio social, falta de espaço físico, solidão, perda de perspectiva, dentre outros, resultaram em um índice de 24% de pessoas LGBT's com depressão do tipo grave. Esse número é mais de quatro vezes maior do que na população brasileira geral (5,6%). Depressão, ansiedade, tristeza, baixa autoestima, solidão, e ideias suicidas foram alguns sintomas do adoecimento mental que apareceram, permaneceram ou se agravaram devido à pandemia e o isolamento social. (VOTE LGBT+ & BOX 1824, 2021; BORDIANO et. al, 2021; SANTANA & MELO, 2021).

Um outro fator que aparece na pesquisa da Vote LGBT+ & Box 1824 (2020; 2021) é a chamada “política da angústia”, ou seja, a alta rejeição ao governo federal e, na pesquisa mais recente, a crescente insatisfação com os governos estaduais devido à ineficiência dos programas de vacinação, aumento na exposição ao risco e

a crescente sensação de que a COVID-19 tem se aproximado cada vez mais, chegando a fazer parte do convívio.

O genocídio não é uma referência apenas às mortes por assassinatos, mas precisamos considerar também que as mortes por determinadas doenças e o suicídio fazem parte de uma política de morte, considerando certas existências descartáveis e negligenciando as violências e o acesso à saúde de determinados grupos sociais.

Sobre este último, Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Dias (2018) afirmam que o suicídio de lésbicas não deve ser visto como atitudes isoladas e dissociadas da sexualidade, mas compreendido enquanto um crime social de negligência e impedimento de acesso às “condições mínimas necessárias para compreender o seu papel dentro da sociedade” (p. 29).

Assim, sendo impactada de algum modo pelos aspectos mencionados anteriormente (saúde mental, socialização e renda), essa pesquisa foi se construindo de outros modos que não dentro de uma linearidade. Entre momentos de desânimo, frustração, e baixa autoestima a momentos de euforia, contemplação e motivação, esse trabalho foi parcialmente concluído de modo satisfatório, porém aquém das expectativas de propor uma transformação social como foi almejado no meu ingresso na pós-graduação.

1.4. Novos mundos, novos tempos

As aulas foram suspensas quando malmente haviam começado, após a segunda semana. Desse modo as disciplinas “Epistemologia Queer do Sul Global” e “Teorias Feministas I” foram interrompidas nos deixando sem previsão de retorno. Toda a turma aguardava e observava o rumo que a rápida disseminação do vírus causaria. Alguns representantes políticos, sabiamente, investiram em quarentenas, distanciamento social e uso de máscaras. Não foi o caso do representante do Brasil, como apontado acima.

O estado da Bahia chamou a atenção, contando com uma surpreendente aliança, tendo em vista rivalidades históricas, entre o governo do estado – do Partido dos Trabalhadores (PT) e a prefeitura de Salvador – do Partido dos Democratas (DEM), adotando condutas e restrições em concordância, ao menos em um primeiro

momento. Ainda em 2020 houve interdição de pontos específicos na cidade³, e em fevereiro de 2021 o *lockdown* foi decretado quando os leitos da UTI atingiram mais de 85% de ocupação⁴. A Bahia, no entanto, foi um ponto fora da curva, uma aliança atípica entre representantes de partidos diferentes.

O primeiro semestre de 2020 veio, como falamos informalmente, como “um balde de água fria” em quem, como eu, havia criado grandes expectativas em viver a universidade, o mestrado, e viajar para congressos conhecendo pessoas e compartilhando pesquisas. Viver a universidade se tornou existir, da forma como fosse possível; o mestrado foi reduzido a encontros virtuais com quedas de conexão e algumas dificuldades de adaptação ao ensino remoto; e os congressos se tornaram uma exaustão de telas com atenção dispersa.

Com as distâncias e a impossibilidade de presencialidade, a via remota foi a saída encontrada para muitos eventos acadêmicos. As videochamadas, *lives* e webnários, talvez, nunca antes haviam sido tão requisitados. Nossos trabalhos, estudos e entretenimento passaram a ser mediados por telas. E nesse *boom* da virtualidade os principais congressos, simpósios e seminários do campo de Estudos de Gênero também foram realizados nesse formato: X CINABEH, Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, V Seminário Internacional Desfazendo Gênero, dentre outros. Junto a eles, a UFBA também promoveu um de seus maiores congressos online, que durante a pandemia contou com três edições.

O Congresso Virtual UFBA 2020 teve duração de dez dias (de 19 a 26 de maio) e atividades nas modalidades de vídeo-pôster, mesas gravadas e ao vivo, e intervenções artísticas. Dentro dessas categorias apenas em “mesas ao vivo” foram encontrados trabalhos que traziam propostas relacionadas às lesbianidades. Divididos em sete dias de evento (sábado e domingo não entraram na programação e o primeiro dia foi a abertura do congresso), cada dia contou com nove salas online disponíveis nas quais cada uma teve entre três e sete apresentações diárias, totalizando 421 mesas ao vivo nos mais variados formatos virtuais. As transmissões foram feitas pela plataforma do *Youtube* e *Facebook*⁵.

³ Matéria completa em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/05/06/salvador-vai-ter-interdicao-completa-de-alguns-pontos-se-nao-funcionar-proximo-passo-e-o-lockdown-diz-prefeito.ghtml>

⁴ Matéria disponível através do link: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/salvador-decreta-lockdown-a-partir-desta-sexta-feira-26/>

⁵ Canal da UFBA: [youtube.com/tvufba](https://www.youtube.com/tvufba) e da página [facebook.com/congressoufba](https://www.facebook.com/congressoufba).

E foi nessa primeira edição do “Congresso Virtual UFBA: universidade em movimento” que se deu início o meu trabalho de campo dessa pesquisa. Dentre os trabalhos apresentados na programação do evento foram encontradas três mesas que se propuseram a discutir lesbianidades com os seguintes títulos: “Lesbianidades, Interseccionalidades e Feminismos na Arte: Corpo, Toques e Escritas”, “Lesbianidades, Inteseccionalidade e Feminismos no Cinema: Corpos, Prazeres e Sexualidades”, “IV Fórum Gira: Minha Pesquisa em 180 Segundos”.

É interessante pontuar que as duas primeiras atividades foram propostas pela linha de pesquisa Lesbianidades, Interseccionalidades e Feminismos (LIF) do Núcleo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade da UFBA (NUCUS/UFBA) e a terceira atividade foi proposta pelo projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo, da linha de pesquisa Antropologia Feminista e Estudos Queer do GIRA- Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação, também da UFBA. Apesar desta última atividade não trazer termos que façam referência às lesbianidades em seu título, ela consta nas observações desse artigo devido ao fato da autora ter participado e tido conhecimento por outras vias de divulgação que extrapolaram a programação oficial do evento.

É possível que dentro de mesas mais amplas tenham existido apresentações pontuais de convidadas com o debate de lesbianidades, porém devido a uma limitação de tempo não foi viável uma busca minuciosa em cada mesa proposta, já que existiram mais de 400 mesas realizadas durante o evento. As apresentações assistidas foram escolhidas através de uma busca pela programação do evento a partir de descritores como “lesbianidades”, “sapatão”, “lésbicas” e afins, resultando em apenas duas mesas que apresentaram essas categorias em seus títulos.

No entanto, foi encontrado mais resultados para buscas como “sexualidades”, “LGBT” e “gay”, partindo das categorias de análise de Daniela Auad e Luisa Bitencourt (2020) essa seria um tipo de “visibilidade transparente”, na qual as lésbicas são mencionadas ou até visibilizadas mas sem distinguir suas especificidades, quando citadas apenas dentro da categoria LGBT ou enquadrada dentro das homossexualidades masculinas.

A partir da construção de diários de campo foi possível uma observação acerca do manejo do tema trazido. Não raramente as teorias lésbicas foram apresentadas a partir do feminismo negro, constatação feita através das referências mais citadas nas mesas investigadas. Uma hipótese sobre essa escolha perpassa por uma suposição de que as epistemologias negras apresentariam uma proposta decolonial do

conhecimento, atendendo supostamente a uma análise não colonizada do tema e, conseqüentemente, não heterocentrada. Grada Kilomba, bell hooks e Audre Lorde foram os nomes mais repetidos durante as apresentações.

Também é importante sinalizar que as propostas de atividades sobre lesbianidades são expostas por grupos que já possuem uma linha de pesquisa diretamente relacionada aos estudos das teorias lésbicas apresentando-se como únicos grupos de pesquisa responsáveis por trazer a existência lésbica para o evento, mas isso será trazido de com mais aprofundamento em capítulos futuros.

A UFBA anunciou então o Semestre Letivo Suplementar em formato virtual. Sem o oferecimento de disciplinas obrigatórias, vi a oportunidade de buscar em outros departamentos e até mesmo em outras universidades componentes curriculares que eu poderia aproveitar e que trariam contribuições para minha pesquisa. Foi nessa perspectiva que cursei “Tópicos em Ensino, Filosofia e História das Ciências”, do Programa de Pós-Graduação em Imunologia (PPGIM) ofertado pelo Instituto de Ciências da Saúde (ICS) da UFBA, ministrado pela professora Deise Souza Vilas Boas.

A proposta da disciplina era de organizar 13 *lives*⁶ ao longo do semestre discutindo Ciência e Educação e transversalizando temas como a saúde da população trans, ações afirmativas e universidade, diversidade de gênero e raça nas ciências exatas, negacionismo na ciência, decolonialidade, dentre outros. Tive a oportunidade de participar debatendo esse último tema com Carla Liane Nascimento, atualmente professora permanente da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Talvez a maior contribuição dessa disciplina tenha sido dialogar com outras áreas, principalmente áreas da saúde. Essa experiência me abriu os olhos para sair de uma bolha acadêmica que construí dentro do PPGNEIM. Melhor explicando, me sinto “mal-acostumada” em estar dentro de um departamento que pauta suas discussões sob as lentes de gênero, às vezes de raça e, em alguns momentos, de sexualidade também. Isso me gerou a falsa impressão de que essas discussões estão sendo inseridas nos demais cursos com a mesma profundidade e frequência.

De acordo com Felipe Fernandes e Paula Carlos (2009), os estudos de gênero se configuram dentro da interdisciplinaridade, isto é, rompem com fronteiras científicas

⁶ Lives são transmissões ao vivo de áudio e vídeo através da internet, por meio de redes sociais. Esse formato foi bastante adotado durante a pandemia para realizar aulas, palestras, eventos e congressos virtuais.

através do diálogo entre áreas distintas por meio da inclusão de métodos “estrangeiros”, possibilitando a produção de novos conhecimentos e novos profissionais. Ainda em concordância com os autores, a interdisciplinaridade promove um lugar privilegiado para as discussões de sexualidade, gênero, dentre outros temas, com abordagens de diversas áreas do saber, produzindo um conhecimento plural.

Dialogar com pessoas que não possuem uma trajetória de pesquisa nos temas de gênero e sexualidade me ajudou a: 1) aprender a abordar essas temáticas de modo acessível, sem “academiquês”, isto é, numa linguagem compreensível e 2) perceber como as pessoas que se mostram abertas a esses debates, mas sem possuírem aproximação ou conhecimento prévio, se sentem instigadas a refletir em cima dessas questões, muitas vezes chegando como um primeiro contato. Sinto ser importante também frisar o manejo da docente responsável por ministrar o componente curricular, Deise Vilas Boas, e por (com)partilhar tanto da sua experiência não só na docência, mas de vida, oportunizando a criação de vínculos para além da disciplina.

Através do meu orientador tive acesso à ementa da disciplina intitulada “Debates Contemporâneos em Estudos Feministas e de Gênero”, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrada pela professora Miriam Pillar Grossi. Essa disciplina colaborou para que eu olhasse para o semestre suplementar como uma oportunidade de extrapolar os muros baianos e conhecer outras universidades, até porque, com o ensino presencial não penso que seria possível cursar uma disciplina em outro estado concomitantemente com as disciplinas da UFBA.

Como o próprio nome sugere a disciplina trouxe discussões sobre sexualidade, lesbianidade, decolonialidade, gênero nos esportes, movimento de mulheres em África, dentre outros debates contemporâneos. Além de ter sido um primeiro contato com alguns dos temas, também tive o prazer de estar na sala de aula da professora tão mencionada e de importância ímpar para a Antropologia brasileira, por quem tenho enorme admiração: Miriam Pillar Grossi.

A professora doutora Miriam Pillar Grossi apresenta uma trajetória nos estudos de Gênero significativa não só no Brasil mas também em trabalhos internacionais. Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) é atuante não apenas em seu programa mas uma convidada honrosa nos cursos do Pensamento Lésbico Contemporâneo (PLC) e Teorias Feministas e Lesbianidades (TFL), participando e colaborando em todas as edições até o momento.

Miriam Grossi apresenta uma importância teórica e em constante articulação com teóricas e teorias nacionais e internacionais, possibilitando a vinda de muitas delas ao Brasil para participação em eventos (FERNANDES; CARLOS, 2009).

A disciplina “Teorias Feministas e Lesbianidades” (TFL) chegou até mim através de um convite do meu orientador, Felipe Bruno Martins Fernandes, para auxiliar na execução e desenvolvimento do curso. Evidentemente que o próprio nome já comunica o que seria trabalhado ao longo do semestre e não à toa se torna o meu principal campo de pesquisa. Como afetivamente costumamos falar o TFL é um primo do curso Pensamento Lésbico Contemporâneo, tendo sido uma experiência diferenciada e bastante enriquecedora ter vivido enquanto cursista e, simultaneamente, como integrante da equipe de coordenação.

O TFL dá continuidade ao curso PLC. O PLC contou com duas edições e uma jornada presencial. Tendo início em 2017, foi uma proposta pioneira de conhecer e estudar teóricas e teorias lésbicas contemporâneas dentro das configurações de um curso de extensão no formato de educação à distância (EaD), e teve início a partir de um projeto do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA/UFBA).

Fundado pelo professor doutor Felipe Fernandes, coordenador do GIRA e docente da UFBA, juntamente com Bárbara Alves, ativista de Direitos Humanos e integrante do coletivo Lesbibahia, o projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo conta ainda com a colaboração de mais quatro integrantes ativas atualmente, sendo elas: Dhan Tripodi, ativista trans e graduando em Psicologia na UNIFTC; Daiane Oliveira, jornalista e bacharelada interdisciplinar de Artes; Paula Oliveira, estudante de Direito da UFBA; e por fim, também integro o grupo enquanto mestranda do PPGNEIM.

Ainda sobre o TFL, foi a partir da minha participação enquanto cursista e equipe de coordenação que comecei a observar o papel da etnografia. Como pode se dar a entrada da etnógrafa no campo, sabendo ela que ocupa esse lugar limítrofe de observadora e, também, participante. Desafiador, eu diria. Pude conhecer novas autoras lésbicas e pesquisadoras de lesbianidades, ter contato direto com essas referências vivas e, além disso, exercer a função de mediadora e debatedora em webnários com as autoras, promovidos pela equipe de coordenação mensalmente com temas que tinham correlação com o curso para ampliar as discussões iniciadas nos fóruns de atividades.

Um tópico interessante que se desvelou com a divulgação do curso, e que pretendo abordar em capítulos futuros, é pensar qual o lugar esperado e qual seria o papel de homens para contribuir com o pensamento lésbico. Tal questionamento se revela a partir de diversas críticas - algumas em formato de ataques pessoais – nas redes sociais destinadas ao TFL por ser liderado, idealizado e promovido por um homem, ainda que este seja docente da instituição, coordenador do grupo de pesquisa e possua uma bagagem teórica consolidada nos estudos das lesbianidades. Tais críticas esquecendo, no entanto, que a construção e desenvolvimento do curso contou com uma equipe pedagógica diversa e representativa de coordenação.

Já em 2021 a UFBA anunciou um semestre – não mais suplementar – porém ainda virtual. Supostamente mais adaptadas às aulas remotas e já incluso em nosso vocabulário termos como “síncronos” e “assíncronos”, a turma do mestrado e doutorado de 2020 iniciou oficialmente a pós-graduação. Digo oficialmente porque pela primeira vez foi possível cursar disciplinas obrigatórias da grade curricular e, portanto, começamos a nos conhecer ou, ao menos, termos contato com mais frequência.

Foi retomada a disciplina “Teorias Feministas I” com alguns ajustes no cronograma e iniciado “Seminários Multidisciplinares de Pesquisa”. Na primeira demos início à discussão interdisciplinar sobre mulheres, gênero e feminismos a partir de diferentes autoras e perspectivas, já na segunda tivemos acesso a numerosas possibilidades metodológicas e ao final desta esboçamos um primeiro rascunho do capítulo metodológico de nossas pesquisas.

Também durante o semestre optei por cursar a disciplina oferecida pelo meu orientador, intitulada “Gênero e Sexualidade”. Ofertada através do Moodle e com atividades semanais tive acesso a textos sobre a história do movimento LGBT brasileiro, a epidemia da aids no Brasil e o impacto dela na população LGBT, bem como discussões de gênero e sexualidade na perspectiva da Antropologia. Como trabalho final fizemos uma resenha de um livro de livre escolha, mas que estivesse em diálogo com nossa pesquisa. Encontrei a oportunidade de colocar em dia a leitura do livro de Sam Bourcier (2020) “Homo Inc.Orporated: O triângulo e o unicórnio que peida” que, inclusive, foi indicação de uma das aulas da professora Miriam Grossi.

1.5. Respirar em tempos de asfixia

Percebo de modo bastante satisfatório que minha trajetória no mestrado seguiu um caminho fluido aproveitando oportunidades e colhendo contribuições de áreas distintas que resultaram neste trabalho. Me sinto contemplada ao rever o percurso trilhado e como as disciplinas, atividades complementares, participações em congressos, em lives ou webnários fizeram diferença para a construção da minha escrita e da formulação de minhas ideias postas aqui.

Tudo isso me faz pensar que apesar das adversidades e obstáculos a nível micro e macro vivenciei essa etapa da pós-graduação da forma que me foi possível, considerando minhas limitações de saúde mental, de prazos, de bloqueios criativos, e, também, de conhecimento. Sem dúvidas que esse trabalho deixará lacunas o que me parece uma oportunidade instigante de dar prosseguimento à pesquisa do tema em outros momentos.

Eu não tenho pretensões de inventar a roda aqui. Humildemente me proponho a contribuir, talvez, para atualizações, ressignificações, novas compreensões e/ou outras perspectivas. Sem esquecer dos nomes que abriram portas (de armários, inclusive) – algumas à base de pontapés – para que hoje fosse possível um trabalho como este estar sendo apresentado dentro da academia e sendo considerado produção de conhecimento científico. Esses nomes estarão expostos ao longo do meu texto, tecendo fios e conexões, denunciando percursos e rumos que resultaram em um processo por vezes doloroso e custoso, mas também empolgante, eufórico e bastante afetivo.

Esse trabalho, portanto, é fruto de idas à campo (através de telas) e construção de diários, mas também, de momentos de adoecimento mental, reflexões, perdas, lutos, solidão, confinamento, reestruturação de relações familiares e, também, promessas de conclusão que não me deixaram desistir. A estratégia foi planejar o futuro para que eu não abandonasse o presente. O resultado final desse trabalho não é somente - e já tanto - uma dissertação, mas uma dissertação produzida integralmente em um momento de alta criticidade mundial, durante a pandemia da COVID-19.

Por vezes cheguei a pensar em parar, que não daria certo ou que eu não fosse ter forças para continuar. De acordo com Chimamanda Ngozi Adichie (2021), o luto nos toma as palavras mesmo numa busca incessante por elas, o luto contínuo nos faz

aceitar a nossa proximidade com a finitude e ter consciência da mortalidade e, portanto, a efemeridade da vida. O luto, seja individual ou coletivo, não elaborado, nos paralisa e nos faz desejar que o tempo congele, que os relógios parem e que a vida desacelere até ser possível voltar ao que insistem em chamar de “novo normal”.

Parece nos captar num niilismo desanimador de perda de sentido em certezas outrora cristalizadas, evocando uma sensação de derrota que ressoa em um doer físico, no corpo, o que está a nível das emoções (ADICHIE, 2021). Mas há também uma potência de movimento nesse processo que nos permite reestruturar e traçar de modo mais nítido os caminhos a seguir, afinal, a luta não para, ainda que estejamos em luto (PANDEMIA,... 2021).

Estruturada em cinco capítulos esse trabalho de dissertação pretende criar um percurso discursivo. Nessa introdução, intitulada “Psicóloga, Pesquisadora e Lésbica” busquei apresentar um panorama do que será abordado na dissertação, a partir das minhas trajetórias pessoais e profissionais que resultaram para que eu estivesse aqui hoje. O segundo capítulo retoma um pouco do movimento gay (que depois viria a ser denominado LGBT) e como ocorre as primeiras organizações de movimentos exclusivamente lésbicos a partir de um breve panorama do “Movimento Lésbico no Brasil”.

Logo em seguida apresento o terceiro capítulo apontando a ausência de publicações lésbicas na academia e a entrada dessas sujeitas nesses espaços, “Teorias Lésbicas e Academia: pelas portas do fundo” a partir das lentes de gênero e sexualidade, com o amparo das epistemologias feministas. Apresento também a minha proposta metodológica para essa pesquisa, métodos e instrumentos que foram utilizados para construção de dados.

O quarto capítulo: “Teorias Feministas e Lesbianidades, o curso de extensão”, é a imersão no meu campo de pesquisa e análise dos dados obtidos, investigando os Fóruns de Discussão Online a partir de três dimensões: política, pedagógica e afetiva, e relatando todo o processo que antecede o início do curso, bem como sementes que foram plantadas e deram, ou estão dando, frutos.

O quinto - e último - capítulo, longe de ser uma conclusão definitiva com ponto final, é pensada muito mais no sentido de trazer considerações sobre o processo de pesquisa, o campo e os dados encontrados, bem como o que não foi possível encontrar, delineando também limitações do trabalho que não puderam ser

investigados. Denominado de “Tecendo Fios”, pretendo trazer essas considerações em um formato de síntese, confeccionando uma grande teia de conhecimento.

Concluo essa introdução pensando em uma *live* do evento “Fábrica de Ideias”, intitulada “O uso de fatos na infodemia das pandemias COVID-19” (O USO...2021) onde ouvi o professor Charbel El Hani apresentar a ideia de “esperança sem otimismo”. Charbel nos oferece a diferenciação de otimismo e esperança e, enquanto o primeiro se assemelharia a uma crença, por não ter base na realidade, o segundo se aproximaria de um compromisso moral com a construção de um futuro. Apesar de diversas vezes confundidos, são conceitos distintos. Escrevo então com uma esperança sem otimismo de que dias melhores virão, elucidando Norma Mogrovejo (2000) que compreende a esperança como operacional de uma práxis.

Esse trabalho, finalmente, é um convite para pensar junto numa tentativa de confecção de teias enquanto conexão de ideias, de tempos (passado, presente e futuro), de corpos e de existência. Registrar para existir e fazer ecoar vozes que historicamente foram silenciadas dentro de histórias que a História não costuma contar. E também um desafio para se permitir transbordar juntamente comigo em cada linha de escrita de mim, de nós, sobre nós. O meu desejo é de que ao final desse trabalho ao se levantar da cadeira, seu olhar se perca lentamente em direção ao nada enquanto seus pensamentos divaguem para lugares outros. É nessa fração de segundos que está a minha aposta de que algo aí dentro também fez sentido. Boa leitura!

2. MOVIMENTO LÉSBICO NO BRASIL

Escrever sobre lesbianidades não é uma tarefa fácil, e não digo isso devido ao que nos toca pessoalmente e atravessa nossas vivências se misturando com as teorias, Suane Soares (2014, p. 1440) talvez chamasse essa mistura de “desabafo científico”. “Desabafo” porque muito do que se traz dentro de normas e formatações padronizadas podem ser facilmente sentidas e/ou percebidas no corpo quando se é lésbica; “Científico” porque cumprimos com pressupostos da Ciência a fim de sermos validadas dentro da academia.

Sobre a dificuldade, falo por escassez de produções e a pouca credibilidade que o tema parece demonstrar. Não ser reconhecido como algo “profissional” ou algo “completo”. Ora, por que a CAPES haveria de financiar uma pesquisa sobre sapatão? Me perguntou uma conhecida certa vez. Registrar a nossa história é, também, registrar a nossa existência, e só existe quem é lembrado, visto e reconhecido. Não por coincidência veremos adiante que as principais pautas de luta dos movimentos lésbicos são a visibilidade e existência.

Acredito, portanto, que escrever sobre lésbicas e lesbianidades, expõe um enorme desafio de perfurar a bolha do invisível, de um não-existir, e rompe com o silêncio tradicional imposto pelas adjacências que, historicamente, fomos coagidas até mesmo dentro dos feminismos ou dentro dos grupos gays, lugares onde, supostamente, esperávamos um acolhimento e uma compreensão.

O ato de escrever é também de criar um mundo o qual o mundo real não nos oferece, tornando-o possível, ainda que utópico. Corroborando com Glória Anzaldúa (2020), afirmamos ser preciso registrar aquilo que é apagado pelo discurso hegemônico, reescrevendo as histórias mal contadas que escrevem sobre nós.

Este capítulo pretende criar uma ambiência para maior compreensão acerca do surgimento do movimento lésbico no Brasil e do contexto no qual o país estava inserido, tanto relacionado ao período de forte censura oriunda do golpe militar, quanto da epidemia do HIV/AIDS que redirecionou estratégias de lutas, sobretudo, dos grupos LGBT's.

Falar sobre a história do movimento lésbico brasileiro nos leva a pensar, antes, o contexto da América Latina. Esse contexto refere-se à década de 1970, época marcada por revoluções políticas e surgimento de movimentos sociais. Um período de questionamento do imperialismo norte americano e de ditaduras latino-americanas, impactando as universidades, bem como dá origem a movimentos estudantis radicais ao passo em que se vê movimentos sociais como o feminismo, movimentos antirracistas e de libertação sexual ganhando expressividade (CURIEL, 2007).

O corpo e a sexualidade, assim como a crítica ao matrimônio enquanto instituição patriarcal eram pautas centrais desses grupos. No entanto, um ponto de tensão e discordâncias com as feministas heterossexuais era a lesbianidade. Para Curiel (2007), o feminismo lésbico apresentava uma proposta que tem se mostrado a mais radical e revolucionária na luta pela libertação das mulheres. A percepção do matrimônio como instituição patriarcal e a heterossexualidade como sistema de opressão para as mulheres é o pontapé para o surgimento da lesbianidade enquanto pensamento e prática política.

A história do movimento lésbico na América Latina envolve uma dinâmica heterogênea, marcada pela religião católica, regimes políticos autoritários e excludentes, múltiplas etnias e culturas. Teve como influência os movimentos homossexuais estadunidenses que chegam no sul global como espaços mistos, e o feminismo latino-americano que traz como contribuição o estímulo inicial para discussões acerca de sexualidade e reprodução.

O primeiro grupo homossexual surge na América Latina em 1971, no México e na Argentina, ambos trazem em suas pautas a luta contra regimes ditatoriais. A Frente de Liberação Homossexual de México (FLH) é a organização pioneira de gays e lésbicas e serviu de inspiração para diversos grupos homossexuais que se formariam a partir de então (MOGROVEJO, 2000), incluindo o próprio SOMOS, como veremos a seguir.

O FLH não teve uma vida longa e foi dissolvido um ano após sua fundação. Nas primeiras publicações do grupo, exigiam o fim da discriminação contra

homossexuais masculinos e femininos; educação sexual nas escolas abordando a homossexualidade; a despatologização das homossexualidades; o fim da perseguição policial; e que deixassem de considerar as homossexualidades como aberrações ou perversões.

De acordo com Mogrovejo (2000), os movimentos latino-americanos foram influenciados, também, por construções teóricas europeias e, sobretudo, pela Revolução Cubana. O desejo de transformação social mobilizava a América Latina para alianças de grupos que compactuavam com a ideia de libertação nacional. O movimento feminista e o movimento que contemplava pessoas LGBT's se juntaram com a chamada "nova esquerda" na busca por direitos civis e políticos e juntos entoavam um coro de "por um socialismo sem sexismo".

Nesse período, o movimento ainda carecia de produções teóricas lésbicas para a militância autônoma. O pensamento feminista lésbico tinha como um dos principais objetivos criar uma identidade coletiva para que as lésbicas feministas pudessem se reconhecer, ou seja, "nomear o amor entre mulheres como relação social e política" (MOGROVEJO, 2000, p.49).

Teoriza-se sobre o início tardio das mobilizações de grupos homossexuais, lésbicos ou a favor da liberdade sexual na América Latina, devido a um período marcado por regimes ditatoriais e censura fortemente apoiadas por governos autoritários (QUINALHA, 2020). Ainda que tardiamente, década de 1980 é marcada por alguns coletivos que surgem de autonomia lésbica, dentre eles o Grupo de Autoconsciência de Lésbicas Feministas, no Perú e Chile, a partir I Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe realizado em Bogotá (1981); As Entendidas (Costa Rica); As Mulas (México) e Mitilene (República Dominicana). (CURIEL, 2007)

A partir desse ponto, dou continuidade à descoberta (no sentido de tirar algo que cobre, ou seja, tirar da invisibilidade) da existência lésbica a partir dos movimentos lésbicos brasileiros. Trabalho que já teve início com diversas outras autoras como a Luana Oliveira, Marisa Fernandes, Patrícia Lessa, Paula Barbosa, Suane Soares, Zuleide Paiva, dentre outras, e, com certeza, não será neste que terá fim.

2.1. E havia uma ditadura hétero-militar?⁷

Antes de compreendermos o período histórico que marca – de sangue – a memória do Brasil, de 1964 a 1985, e a atuação dos movimentos sociais frente a ele, principalmente a ação de grupos que tinham como eixo central de suas lutas a sexualidade, se faz necessário acordarmos algumas nomenclaturas utilizadas e as definições destas.

As quase duas décadas de forte censura no país, perseguição à grupos taxados de subversivos, desaparecimentos “misteriosos” de militantes, assassinatos nomeados de suicídios, e forte repressão policial, além de atos inconstitucionais e a implementação da homofobia como política de Estado, esse período recebe diversos nomes que diferem a partir da intencionalidade de quem os nomeia.

Renan Quinalha (2021), por exemplo, chamará de “ditadura hétero-militar”, com intuito de destacar a dimensão moral, que é também política, desse momento histórico. Ainda de acordo com autor, o regime instaurado em 1964 definiu uma série de políticas sexuais, ou seja, operações do Estado ditatorial (censura, polícia, etc), que tinha como base um tipo ideal de cidadão, pautado na família patriarcal heteronormativa e das relações de gênero tradicionais. Portanto, é importante não perder de vista esses aspectos morais.

Pensar o regime autoritário instaurado no Brasil a partir dos marcadores de gênero e sexualidade também foi discutido por Rick Afonso-Rocha (2021). Segundo o autor, já não havia muita compreensão da escolha de Renan pela ênfase no “hétero-militar”, Rick então vai mais além e propõe o termo “ditadura cis-hétero-militar”. Ora, se a proposta era de evidenciar a produção de uma normalidade heterossexual além de denunciar o silenciamento sobre o tema nos estudos da ditadura, o autor afirma que a repressão dos corpos não cisgêneros também aconteceu e, portanto, merece ser desvelada.

Ao ser instalada uma política de Estado que associava as dissidências sexuais e de gênero à esquerda e, sendo assim, à subversão, a ditadura impôs um único modelo de comportamento aceitável, reprimindo qualquer outra expressão referente à gênero ou sexualidade. É nesse sentido que nos deparamos com o conceito de deimopolítica, nas palavras do próprio autor: “[...] a generalização do

⁷ Título em referência ao capítulo do livro de Rick Afonso-Rocha no qual questiona: “e havia uma ditadura cis-hétero-militar?”

medo como estratégia de estruturação do pânico constituinte e fundante.” (AFONSO-ROCHA, 2021, p. 148). Para que haja a aceitação de um governo autoritário é imprescindível que haja também sua justificativa em cima de um inimigo do Estado.

Desse modo, norteados pelo medo, é que direcionamos nossos afetos para contenção e/ou eliminação da suposta ameaça. A produção do que Rick Afonso-Rocha (2021, p. 149) chama de “deimopolítica dos afetos” é o que move nossos medos e esperanças, garantindo permissividade às autoridades e clamando por um poder ainda mais autoritário, de modo que nossa capacidade de afetar e sermos afetadas são transpassadas pela deimopolítica. Para Afonso-Rocha (2021, p. 150):

[...] a deimopolítica faz ver que o Estado precisa ser necropolítico ou nada será; constrói e naturaliza as zonas de mortes, produzindo a insensibilidade frente à atuação mortífera do Estado capitalista e das demais instituições de integralização. Para aceitarmos a morte do outro, precisamos ver nela alguma necessidade. Por proteção, justificamos facilmente os genocídios cotidianos que sustentam nossas *deimocracias* (governo do/pelo medo).

Ainda que reconhecendo a perseguição às pessoas não cisgêneros e não heterossexuais, nesse trabalho será considerada a expressão “ditadura hétero-militar”, com o intuito de evidenciar a centralidade heterossexual no controle dos corpos e aos guetos – principalmente – lésbicos, uma vez que o uso do termo traz a provocação de que a ditadura teve intervenções e omissões com a finalidade de preservar uma moral católica-cristã.

Portanto, as “políticas sexuais” utilizada por Quinalha (2021) pode ser compreendida enquanto o conjunto de normas, atos administrativos, decisões, operações policiais, censuras e perseguições diversas que convergiram na tentativa de enquadramento das sexualidades ditas dissidentes ou desviantes. As políticas sexuais mostram como a ditadura circulou discursos acerca da sexualidade e comportamentos de gênero.

Dito isso, podemos concluir que sim, existiu uma ditadura hétero-militar em que a heterossexualidade, mais do que uma norma coercitiva, também foi central para a manutenção de valores e de uma moral ditando um modo operacional de uma sociedade e de seus cidadãos, de como se expressar performático-afetivo-sexualmente.

Se a ausência de produções acerca das lesbianidades em temas gerais já é percebida, quando há um recorte de um período histórico específico essa ausência

fica ainda mais perceptível, e crítica, na investigação da existência e, também, da resistência lésbica à ditadura hétero-militar.

Considerando que o próprio período já dificulta o acesso a documentos e análises devido a todo o processo de censura o qual o Brasil passou, trabalhar com dois universos tão restritos (lésbicas + ditadura), em termos de produções científicas, restringe o número de bibliografias disponíveis. Não seria um capítulo possível de ser construído se não fosse por autoras que dedicaram seus trabalhos e suas produções acadêmicas e/ou políticas, muitas delas precursoras da própria história lésbica nacional, tão necessárias e que me possibilitou rumos a serem delineados a partir de suas referências compartilhadas.

Antes de seguirmos, penso ser necessário também justificar a escolha da categoria “lésbica”, uma vez que não há um consenso no uso desse termo. Posto de modo pouco objetivo e dando margem à subjetividade, a nomenclatura “lésbica” entra em rejeição por parte de algumas mulheres que se relacionam com mulheres. Termos como “entendida” ou “fancha” podem ser preferíveis, para se distanciar da conotação médica (ALMEIDA; HEILBORN, 2008), ou “sapatão” trazendo uma crítica de classe social.

De acordo com Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn (2008, p. 233), a identidade lésbica é construída a partir da busca pela visibilidade como forma de enfrentamento à violência, rejeição e estigma criado sobre essas sujeitas, e afirmam que:

[...] não é o comportamento sexual (o fato de uma mulher realizar atos sexuais com outra mulher) o único elemento-chave da identidade lésbica (no sentido de papéis sexuais), mas os significados de múltiplos símbolos (inclusive os corporais) na construção do sujeito.

Assim, a escolha pela nomenclatura refere-se a um período sócio histórico, em que as sujeitas políticas dessa pesquisa afirmaram-se enquanto lésbicas, de modo autônomo e independente, buscando visibilidade para suas lutas, suas pautas e suas existências.

Entretanto, sem perder de vista que as identidades lésbicas estão circunscritas em contextos sociais e em articulação com outros movimentos a partir de sujeitos políticos, trazendo consigo composições de raça, gênero, classe para o movimento, reconfigurando, também, novas orientações e direções políticas (ALMEIDA; HEILBORN, 2008).

É imprescindível conhecer a história de um movimento social para que haja o seu fortalecimento. O movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil inicia sua organização política durante o golpe militar, no final da década de 70, apresentando forte resistência e enfrentamento ao golpe (OLIVEIRA, 2017). Esse movimento que, nos textos contemporâneos à sua época o chamam de “movimento gay”, ou “movimento homossexual”, aqui será reconhecido como movimento LGBT, com intuito específico de não cair, mais uma vez, na invisibilidade lésbica (e demais segmentos desse grupo heterogêneo e diverso).

Ciente de que a menção ao movimento LGBT da década de 1970/1980 pode trazer críticas sob a justificativa de uma escolha anacrônica, corroboro com Rick Afonso-Rocha (2021, p. 132) ao denominar esse tipo de crítica como “purismo linguístico”, compreendendo que a manutenção de nomenclaturas e escolhas de palavras tenha o intuito de respeitar a autodenominação de certos grupos, entendemos também que essa ação colabora para o apagamento de outras existências e suas singularidades que escapavam do sistema dominante.

Portanto, aqui escolho denominar de movimento LGBT os grupos mistos organizados por lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, ainda que majoritariamente compostos por homens homossexuais. Ciente de que não é a configuração mais atual do acrônimo, essa escolha se faz política por referência à I Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais do Brasil, realizada em 2008, quando lésbicas organizadas presentes questionaram a ordem da nomenclatura, exigindo que o “L” fosse posicionado à frente em busca de uma visibilidade lésbica.

Sobre o uso de termos que outrora pudessem soar anacrônicos, Afonso-Rocha (2021, p. 135), afirma que

[...] a história não é uma ciência, em seu sentido duro, logo não tem um único método, constituindo, assim, uma tópica que exige conceitualizações para melhor fazer compreender sua trama e não sua temporalidade inalcançável.

De acordo com Quinalha (2021), os grupos dissidentes não tiveram uma perseguição com intuito de extermínio físico (como outros grupos subversivos), mas uma coerção de volta ao armário, em guetos, ou seja, à margem da sociedade. É nesse contexto caótico de privação de muitas liberdades e repressão à diversidade, que as lésbicas passam a se organizar de forma autônoma, e a serem vistas enquanto sujeitas políticas.

2.2. Quando a ameaça lilás⁸ encontra o verde oliva⁹

“É isso o que vamos fazer com todos os seus livros e queimá-los em praça pública” (FERNADES, 2014, p. 127)¹⁰

O período da ditadura hétero-militar no Brasil, após o golpe de 1964 foi um momento de extrema censura e privação de direitos, principalmente de alguns grupos sociais. No entanto, em resposta à essa violência, houve também o surgimento de movimentos sociais em oposição às medidas instituídas, formando o que se denomina de “cultura de resistência” (LESSA, 2007).

De acordo com Renan Quinalha (2020), o período ditatorial com a implantação do Ato Inconstitucional n.5 (AI-5), em 1968, iniciou uma era de censura e violência ainda mais truculenta com perseguições a grupos específicos, o que resultou na organização tardia de um movimento LGBT.

Outros países da América Latina, como a Argentina, por exemplo, têm registros da existência do grupo Nuestro Mundo, em 1967, que participou da Frente de Liberación Homossexual (FLH), em 1971. É através do FLH que foi construído o boletim denominado SOMOS, e que seria uma forte influência para o grupo considerado pioneiro do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

O SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, surge em 1978 constituído por dois subgrupos: de um lado encabeçado por João Silvério Trevisan, acreditando que não deveria haver alianças políticas, principalmente com partidos políticos, mas sim manter o caráter autônomo do grupo, considerando que a esquerda tinha uma moralidade conservadora a respeito das sexualidades. Do outro lado estava James N. Green apostando no diálogo com movimentos socialistas e com o próprio Partido dos Trabalhadores (QUINALHA, 2021). Mais adiante veremos que em determinado momento essas diferenças se tornam irreconciliáveis.

⁸ “Ameaça lilás” é tradução livre de “Lavender Menace”, nome que intitula uma ação lésbica estadunidense, em 1970, durante o Segundo Congresso de Mulheres, período em que a presença de lésbicas no movimento de mulheres ainda era malvista, rotulando a todas de mulheres que odeiam homens. Durante a conferência, lésbicas entraram no espaço usando uma camisa escrita “ameaça lilás” e distribuíram cópias do manifesto “mulheres que se identificam com mulheres”. Disponível em: <https://we.riseup.net/radfem/a-mulher-que-se-identifica-com-a-mulher-radicalesb>.

⁹ Esse título refere-se a um trocadilho de cores que dizem respeito a um contexto do movimento lésbico estadunidense e a ditadura hétero-militar brasileira.

¹⁰ Frase dita por um dos delegados em mais uma abordagem à Cassandra Rios, por suas obras taxadas de subversivas.

Paula Barbosa (2019) afirma que, apesar de haver uma versão hegemônica sendo passada de que grupos organizados LGBT's no Brasil teriam início a partir do SOMOS, há registros de que algumas auto-organizações teriam começado ainda nas décadas de 1950 e 1960. Desse modo, ressalta a autora, não negamos a importância política do SOMOS, mas pluralizamos a história.

Mesmo seguindo por uma narrativa hegemônica, cabe destacar que existiram diversos grupos fora do eixo Rio-São Paulo e que foram, igualmente importantes para a construção da história lésbica brasileira. Um exemplo seria a existência do GLH – Grupo Libertário Homossexual enquanto um enfrentamento ao apagamento lésbico. De acordo com Zuleide Paiva (2016), muito menos mencionado e conhecido, teve sua importância como primeiro grupo lésbico na Bahia.

Ainda de acordo com a autora, em 1993, tivemos o surgimento do GLB – Grupo Lésbico da Bahia, somando à luta do MHB, de direitos iguais para homossexuais e heterossexuais. Representando a luta política das lésbicas da Bahia, e do Nordeste em geral, o GLB alcançou visibilidade nacional e internacional e escreveu sua história por quase uma década, sendo reconhecido por pesquisadores como um dos grupos de lésbicas mais ativos no Brasil.

Retomando o SOMOS, um importante motivador para a origem do SOMOS foi o Jornal Lampião da Esquina, fundado no final da década de 1970 sua proposta não se limitava a atender o público de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis mas também negros, indígenas, minorias étnicas, mulheres, dentre outros.

O nome do jornal, como nos explica Luana Oliveira (2017), era uma metáfora para uma luz, um fio de esperança para pessoas LGBT's que foram fortemente perseguidos durante a ditadura prejudicando sua socialização e tendo que se esconder em guetos e “submundos” da cidade.

De acordo com Oliveira (2017), a resistência lésbica no período da ditadura se dá principalmente no combate à lesbofobia, pautando a redemocratização do país. Faz-se válido ressaltar que, fortemente perseguidas pela própria ditadura, as lésbicas também foram esquecidas pelos movimentos de esquerda e tinham suas lutas desconsideradas pelo movimento homossexual e pelos movimentos feministas.

Se deparam com o machismo e hostilidade ao levantarem as pautas das mulheres no movimento gay, e com a omissão e distanciamento das pautas lésbicas nos movimentos feministas, sendo considerado um movimento heterocentrado. Além disso, o questionamento levantado pela autora Monique Wittig (2022) de que as

lésbicas não são mulheres, reforçava a discussão sobre qual seria o lugar das lésbicas no feminismo (LESSA, 2007). Dessa forma, as lésbicas, atiradas a esse não-lugar, tensionavam os limites desses dois movimentos criando um movimento lésbico.

A autora Zuleide Paiva (2016) sugere que para termos o direito ao espaço público precisamos existir e sermos vistas. Os movimentos sociais promovem espaços para se fazer política em busca de direitos específicos para melhoria da condição de vida de grupos. A autora ainda traz que pesquisas datam a primeira organização de lésbicas surgindo em São Paulo, em 1979, como um subgrupo Lésbico Feminista (LF) do SOMOS, conhecida nacionalmente como primeira auto-organização lésbica do Brasil.

De acordo com Barbosa (2019), o subgrupo LF possuía seus próprios setores: núcleos para promoção de autoaceitação; grupos de reflexão com debates sobre feminismo e homossexualidade; núcleo de atuação para promover ações públicas; e, também, núcleo de artes voltado à registros fotográficos e audiovisual.

É através do *Lampião da Esquina* também onde há a primeira publicação de e sobre lésbicas falando abertamente sobre lesbianidades, sexualidades, sexo e lesbofobia, em um jornal de ampla circulação, que não fosse nas páginas policiais ou com o viés patológico. A convite dos editores, integrantes do LF escreveram a manchete “amor entre mulheres”, trazendo no artigo uma explicação sobre o “atraso” das lésbicas no jornal (FERNANDES, 2014).

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. (...) A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, ed. 12, p. 7).

Essa experiência possibilitou a compreensão de que a violência sofrida pelas lésbicas se relacionava com a situação das mulheres na sociedade e não somente com a repressão sofrida pelos homossexuais (PAIVA, 2016). Após acompanharem o alcance da matéria, engajadas e com ânsia da conquista da visibilidade, iniciam a escrita de um jornal próprio intitulado *ChanaComChana*.

Este foi um importante instrumento de comunicação entre lésbicas por proporcionar diálogos não só dentro do Brasil mas também no exterior, graças à sua visibilidade e alcance. Esse diálogo transitava sob dois espaços: ativistas e teóricas que, como Rosely Roth, enriquecia a produção científica e, simultaneamente, politizava a luta lésbica.

O Primeiro de Maio de 1980 foi um dia marcado por manifestações coletivas contra a ditadura, contando com a presença de grupos organizados incluindo o SOMOS, no entanto, a decisão sobre o ato não foi unânime dentro do grupo causando uma divisão interna onde uma parte decidiu pela proposta alternativa de realizar um piquenique em um parque público ao invés de comparecer na passeata. A discordância causou um rompimento interno e o LF optou por não permanecer mais integrante do SOMOS, sendo acusadas, por isso, de traírem os homens gays (FERNANDES, 2014).

Diversos fatores contribuíram para a crise do grupo levando-o a ser concluído: esvaziamento das reuniões; a discordância de algumas mulheres da ideia de criar subgrupos separando gays e lésbicas; dificuldade em manter novos integrantes; ineficiência de diálogo com os guetos lésbicos. De acordo com Patrícia Lessa (2007), uma das grandes cisões entre lésbicas e gays foi a compreensão de que a homossexualidade não extinguiria a hierarquia de poder entre homens e mulheres.

O rompimento do SOMOS ocasionou no surgimento de novos grupos, dentre eles o Outra Coisa: Ação Homossexualista, e o grupo exclusivo lésbico com parte das integrantes do LF, agora denominado GALF – Grupo de Ação Lésbico Feminista, composto majoritariamente por universitárias de Ciências Sociais e Humanas (BARBOSA, 2019). O GALF posteriormente assume a escrita do periódico onde se era muito falado sobre a conquista de espaços nos movimentos feministas e homossexuais.

A comercialização do *ChanaComChana*, no entanto, não era simples. O Ferro's Bar, local em São Paulo frequentado majoritariamente por lésbicas, a tal ponto de ser reconhecido por isso, não agradava ao dono do bar que tinha uma atitude hostil frente à tentativa de vendas do jornal, ocasionando episódios de expulsão e até mesmo agressões verbais e físicas quando as lésbicas tentavam driblar a segurança do local (FERNANDES, 2014; OLIVEIRA, 2017).

Nota-se aqui uma incongruência do bar ao aceitar e receber a presença de lésbicas para consumir e, conseqüentemente colaborar para sustentar o espaço, mas

enxotá-las quando havia a tentativa de politizar o local com a venda do jornal. Segundo Luana Oliveira (2017, p. 13): “A lesbianidade pode ser tolerada, desde que seja vivida na invisibilidade a que é condenada”.

No dia 23 de julho de 1983, entretanto, algo mudou. Ativistas do GALF foram, mais uma vez, agredidas e expulsas enquanto tentavam comercializar o *ChanaComChana*. Em tom de revolta foi organizado uma invasão ao bar que contou com a presença de jornalistas, ativistas, gays e feministas militantes, e até alguns políticos como o Eduardo Suplicy (PT). A ação contou com convocação em larga escala através do Lampião da Esquina resultando na presença de uma boa quantidade de pessoas no local. Houve aí a primeira manifestação lésbica brasileira.

O tumulto ganhou notoriedade e resultou na vitória das manifestantes, conquistando a permissão pública para a venda do *ChanaComChana*, bem como a promessa de não haver mais destrato com as lésbicas frequentadoras do local. Esse acontecimento é tido como “a revolta de stonewall brasileira” e o dia 19 de agosto de 1983 fica marcado como Dia Nacional do Orgulho Lésbico.

Um nome fica em destaque nesse dia, o de Rosely Roth. Na época, nem todas as lésbicas desejavam ou podiam se denominar publicamente assim, cabendo a Rosely dar um rosto à ação, subindo nas cadeiras reivindicando a visibilidade lésbica. Dois anos após esse acontecimento, Rosely foi convidada para participar do programa da Hebe, um dos programas de rede nacional com maior audiência, falando sobre a homossexualidade feminina.

Nesse mesmo dia um psiquiatra presente, Ronaldo Pomplona da Costa, compartilha a resolução do Conselho Federal de Medicina que retirava naquele momento as homossexualidades do rol de patologias¹¹, decisão que futuramente a OMS (1990) e o CID (1992) também tomariam.

A repercussão foi ampla e séria, no dia seguinte os jornais Folha da Tarde e Folha de São Paulo noticiaram que Hebe havia recebido a ameaça de não dar prosseguimento ao programa, devido a uma carta do chefe do Serviço de Censura Federal de São Paulo, alegando que a mesma havia feito apologia e indução à homossexualidade, criticando a apresentadora por não ter pulso firme para condução do programa (CHANACOMCHANA, 1985).

¹¹ Trecho do programa que foi ao ar em 25 de maio de 1985, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE&t=3s>

Com intuito de obter controle sobre os corpos, a ditadura afirmava defender a moral e os bons costumes e protegia a família heterossexual, caçando a todos que pudessem ser uma ameaça aos ideais cristãos da Igreja Católica e da Marcha da Família com Deus. (FERNANDES, 2014). As lésbicas, assim como os demais segmentos GBT's, ameaçariam esse sistema hétero-cristão.

A ditadura militar foi a perseguição fundada em um moralismo violento ocasionando em torturas, mortes e desaparecimentos de pessoas consideradas subversivas. Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis eram assim taxadas/os por suas práticas sexuais e/ou expressão no mundo, vistos como inimigos do Estado.

A lgbtfobia tornou-se política de Estado com a caça a pessoas LGBT's. Um dos nomes responsáveis por essa perseguição foi o do delegado José Wilson Richetti, encarregado de assumir a Delegacia Seccional Centro, durante o governo de Maluf, em São Paulo. Richetti liderou rondas e operações com intuito de higienizar moralmente a cidade enquadrando LGBT's e prostitutas como criminosos.

As operações contavam com invasões a bares, parques, saunas, restaurantes, boates e espaços de socialização com forte presença LGBT, a fim de caçar lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis de forma arbitrária. É importante destacar que os locais escolhidos para a invasão eram espaços frequentados por lésbicas com menor poder aquisitivo que eram levadas sob a acusação de serem sapatão (QUINALHA, 2021).

Ainda que pareçam absurdas, as operações do delegado contavam com o apoio de muitos moradores da região do centro, além do sindicato dos bares, hotéis, restaurantes, lojistas, comerciantes em geral, deputados e até parte das forças policiais sob o argumento de diminuição do número de assaltos na região. Argumento este nunca respaldado por nenhuma estatística comprobatória (OCANHA, 2014).

Dentre as diversas rondas, algumas foram especificamente à caça de lésbicas, denominada Operação Sapatão. Sem ser noticiada na grande imprensa, coube ao Jornal Lampião da Esquina comentar os casos como o do Ferro's bar, por exemplo. Nesse episódio, as lésbicas detidas só puderam ser liberadas mediante ao pagamento de propinas. Estima-se que mais de 200 lésbicas foram apreendidas.

A repressão e censura fazia parte da política ditatorial. Uma lésbica, em específico, foi nitidamente perseguida e censurada na década de 1970, Cassandra

Rios, escritora brasileira que ao longo da vida produziu mais de 50 obras literárias, tendo a maioria delas censuradas pelo regime militar.

Primeira escritora no Brasil a alcançar um milhão de exemplares vendidos, somente sua obra *Eudemonia* teve mais de dezesseis processos. Perseguida, condenada, agredida, caluniada e verosamente caçada – tal como numa caça às bruxas -, sua subversão era apontada devido ao teor sexual dos seus livros interpretados como uma apologia à homossexualidade (FERNANDES, 2014).

Ainda sobre os movimentos sociais, o GALF talvez seja o grupo lésbico com maior alcance e notoriedade nacional, sendo mencionado por grandes pesquisadores como James Green e Renan Quinalha, mas também existiu na Bahia, invisibilizado nacionalmente, o GLH – Grupo Libertário Homossexual discutindo a identidade lésbica militante enquanto um enfrentamento ao apagamento lésbico. O grupo, muito menos mencionado e conhecido, teve sua importância como primeiro grupo lésbico na Bahia, editoras do jornal *Amazonas* (PAIVA, 2016; BARBOSA, 2019).

Após seis anos da sua primeira edição, o GALF muda o nome do seu boletim para “*Um Outro Olhar*”, já compondo a década de 1990, o boletim chega como uma possibilidade de comunicação entre lésbicas para compartilhar experiências. De acordo com Lessa (2007), o nome novo representou também uma nova organização do grupo que intencionava circular informações sobre lésbicas com o maior alcance possível em território nacional.

Além disso, há também um deslocamento da compreensão da identidade lésbica limitada à sexualidade, passando a ser vista na vivência das relações *entre* mulheres, de cumplicidade e desejo, esse movimento começa a ser feito ainda no final do ChanaComChana.

“[...] para nós, a palavra lésbica significa mais do que simplesmente mulher que transa-com mulher. Ela designa também uma mulher comprometida com a luta das mulheres por seus direitos, sua autonomia e auto-determinação.”
(ChanacomChana, 1985)

A resistência lésbica frente à ditadura é, portanto, marcada pela luta por visibilidade e existência. Ser vista para existir. Foi assim a construção dos grupos autônomos e exclusivos lésbicos, sempre em consonância com a luta pela redemocratização, e sobrevivendo ao moralismo da direita, ao conservadorismo da esquerda, à lesbofobia dos grupos feministas e à misoginia dos grupos gays. Que sejamos todas um pouco Cassandra Rios ao nos questionarem se não temos medo, em resposta diremos: “tenho sim, da minha própria coragem” (FERNANDES, 2014).

Como veremos a seguir, as mudanças na compreensão da lesbianidade refletem diretamente nas configurações do movimento lésbico e LGBT, de um modo geral, se deparando com uma forte epidemia que chega ao Brasil na década de 1980 e reconfigura o perfil de luta e as discussões acerca da sexualidade, corpo e prazer.

2.3. Tempos virais e o enfrentamento à epidemia da AIDS

“Quanto a morrer, não morri: sei que a AIDS pode matar, mas sei melhor que os preconceitos e a discriminação são muito mais mortíferos.” (DANIEL, 1989, p. 39 citado por VALLE, 2002, p. 194).

Na década de 1980, chegou ao Brasil um vírus mortal que acometeu segmentos específicos da sociedade brasileira, causando um pânico moral. Este foi o vírus ideológico criado em cima da epidemia da AIDS que deu margem à perseguição a LGBT's e a construção de estigmas para essa população. Alguns autores dizem que o vírus ideológico trouxe consequências ainda mais nocivas do que o próprio vírus biológico. (DANIEL; PARKER, 1990).

Néstor Perlongher (1987) afirma que a aparição da AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) gerou um medo coletivo impactando desde as alas hospitalares até as relações amorosas. Ainda sem uma cura, diversas previsões apocalípticas foram criadas. Hoje, no entanto, a AIDS mata menos pessoas no mundo do que o câncer, a desnutrição e até acidentes de carro.

Alguns autores compreendem a epidemia da AIDS, no Brasil, em três momentos: o primeiro refere-se à contaminação pelo vírus do HIV, que teria acontecido de forma silenciosa e despercebida e somente dois anos o segundo momento emergiria com o aparecimento da doença (DANIEL; PARKER, 1990).

O terceiro momento foi fortemente marcado pelas respostas das instituições e da mídia, colaborando negativamente para disseminação de informações equivocadas e discriminatórias alimentando um pânico social e aumentando a violência contra a população LGBT.

A ignorância e negligência, uma atrelada à outra, criaram equívocos sobre a epidemia, o vírus e a doença, causando uma onda de pânico, conseqüentemente, uma paralisia dos governos e instituições estatais, recaindo sob organizações comunitárias as iniciativas de enfrentamento à epidemia. A resposta social foi, portanto, o primeiro instrumento de combate à AIDS.

Parte dessa demora de ações estatais se deu por desconsiderar a gravidade da epidemia e acreditar se tratar de grupos de risco os únicos vulneráveis à contaminação, sendo assim, uma pequena parcela da população. Esse equívoco além de atrasar as iniciativas institucionais corroborou com a discriminação e violência a grupos sociais como no caso de pessoas LGBT's, principalmente homens gays.

De acordo com João Silvério Trevisan (2018), historicamente as sociedades compreendem doenças de massa como castigos impostos, até divinos. No caso da AIDS não foi diferente. Com seu surgimento epidêmico, convenções sociomoraes foram fortemente reforçadas vindo à tona uma onda conservadora e altamente moralista, principalmente no que diz respeito ao sexo.

Diferente de outras doenças, pela sua via de transmissão ser, também, através das relações sexuais, “a AIDS toca em um ponto sensível da sociedade contemporânea” (PERLONGHER, 1987, p. 10). Traz a contestação do corpo e de seus prazeres questionando a revolução sexual, onde as experimentações corporais e afetivas saíam da reclusão das quatro paredes e se tornavam pautas públicas.

Inicialmente, em meados de 1982, pouco se sabia sobre a doença. Os primeiros casos foram detectados pela dermatologista Valéria Petri, e se tratavam de homens gays por volta dos trinta anos (PERLONGHER, 1987), que haviam morado fora do país ou viajado recentemente para fora do Brasil. Apresentavam uma condição econômica abastada e viviam entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo passagens recentes em Nova Iorque ou Paris (DANIEL; PARKER, 1990).

A partir daí que é criada uma primeira ideia de “doença de rico” por ter sido vista, em um primeiro momento, em pessoas com melhores condições financeiras. Não demorou muito para essa imagem corporificada se tornasse a imagem do perigo da AIDS: homens gays, ricos, promíscuos e com aparência saudável. Automaticamente, o imaginário popular cria a ideia de “câncer gay” ou “praga gay”.

Em uma epidemia de um vírus facilmente transmissível, todos nos tornamos vulneráveis de certo modo, porém existem grupos de pessoas que são mais afetados ou afetados mais severamente, a essas pessoas é dado o nome de “grupos vulneráveis” e essa vulnerabilidade parte da dificuldade do acesso aos cuidados da saúde (BUTLER, 2020).

Assim, esses “grupos vulneráveis”, no caso da AIDS, homens gays, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, se tornaram responsáveis pela existência da doença, representando um perigo nacional e, portanto, precisando ser

contidos. De acordo com Daniel e Parker (1990, p. 19) a AIDS adquiriu três características fundamentais: “sua natureza contagiosa, sua aparente incurabilidade e seu desfecho inevitavelmente fatal”. Guiados pelo medo, sob a justificativa desse argumento, tivemos os direitos humanos mais básicos infringidos.

Com a disseminação da doença de modo incontável, muda-se não só comportamentos individuais como também o perfil dos movimentos LGBT's no Brasil, além de haver o encerramento de muitos desses grupos, tendo em vista o estigma criado sob essa população e, portanto, o medo de se assumir publicamente. A monogamia passa ser vista como única possibilidade de sobrevivência, e as experimentações do corpo tornam-se restritas (PERLONGHER, 1987; TREVISAN, 2018).

Perlongher (1987) afirma que, em uma entrevista dada pelo médico Jean Claude Nahoum, foi dito sobre as doenças também entrarem na moda. E o que determina uma moda, nesse caso, mais do que os dados epidemiológicos, seria a obsessão médica por encontrar respostas – às vezes, de modo a forjá-las – para esse vírus que emerge. A hipótese de que a doença acometia somente homossexuais, direcionam os estudos para esse público e, naturalmente, encontram dados nessa população, assim, foi estabelecida uma relação direta entre AIDS e homossexualidade.

Criava-se um inimigo da pátria, responsável por instaurar e disseminar a doença tão perigosa e tão pouco conhecida. Não demorou até que nomes como “peste gay” ou “câncer rosa” aparecessem na mídia, destacando LGBT's como principais culpados pelo cenário apocalíptico. A AIDS torna-se metáfora da homossexualidade (TREVISAN, 2018).

De acordo com Susan Sontag (2003, p. 45), “uma metáfora consiste em dar a uma coisa o nome de outra”. Assim, muitas metáforas de guerra são utilizadas no contexto de doenças como, por exemplo, “guerra ao câncer”, “combate à sífilis”. A AIDS, assume uma metáfora um pouco diferente.

Se no câncer, e em outras doenças severas, o paciente era considerado vítima e, portanto, causava compadecimento e comoção de pessoas próximas, no caso da AIDS o sentimento de familiares e amigos e, em alguns casos, até de parceiros, gerava raiva. A pessoa doente era considerada culpada pela doença. Devido a isso, apesar de não haver dados estatísticos sobre o tema, estima-se que o número de suicídios nesse período de epidemia foi significativamente alto.

Com o número de óbitos alarmantes, a AIDS passa a ser fortemente associada à morte, simbolizando a refutação tanto da vida quanto da esperança. Sontag (2003) afirma que muitos enfermos do câncer sentiam vergonha e se questionavam o porquê de terem tido a doença, algo diferente acontecia com a doença sexualmente transmissível.

A vergonha frequentemente vinha acompanhada da culpa de ter se contaminado, passando a se reconhecer como alguém pertencente a um “grupo de risco”. A confirmação do diagnóstico assumia publicamente uma identidade frente ao trabalho, a família e amigos, já que era associada diretamente a pessoas homossexuais, sobretudo homens, usuários de drogas injetáveis ou profissionais do sexo, ou seja, restrito a um grupo com comportamentos sexuais considerados desviantes da norma. Era fácil associar a um castigo divino (SONTAG, 2003).

A epidemia da AIDS reforça o que há de mais conservador quanto à sexualidade, a exaltação da monogamia, da família, do casamento e do sexo heterossexual para reprodução ganham espaço como contenção dos excessos da revolução sexual.

Quase um ano após os primeiros casos notificados, a Secretaria de Saúde monta um programa de diagnóstico e controle. Essa iniciativa, com muita luta dos ativistas homossexuais, foi bastante criticada por diversos jornais de circulação nacional alegando ser um gasto de dinheiro voltado para uma doença que acometia somente uma pequena parte da população. Até esse momento é possível perceber nitidamente o desconhecimento da transmissão e contaminação da doença por pessoas heterossexuais.

Rapidamente o Brasil passa a ser o quarto país no mundo com maior número de doentes de AIDS (TREVISAN, 2018). Praticamente todos os estados brasileiros foram atingidos pela epidemia. Ainda sem saber como agir para contenção dos casos e com os números crescendo de forma alarmante, as autoridades partem para atitudes desesperadas proibindo a doação de sangue por homossexuais e usuários de drogas injetáveis.

Foi noticiada a primeira morte de um bebê nascido com a doença, os bancos de sangue foram majoritariamente contaminados, cai drasticamente o número de voluntários doadores de sangue com medo de contraírem o vírus por meio das agulhas dos hospitais. Casos de hemofílicos e mulheres heterossexuais começa a crescer devido a transfusões de sangue contaminado.

A discriminação contra homens homossexuais continuou a se expandir ainda que, apesar do número de casos significativo nessa população, eles apresentavam menos da metade dos casos notificados. Por outro lado, o aumento do contágio entre homens bissexuais e heterossexuais, e a transmissão do vírus através do contato com o sangue contaminado, cresciam de modo a se tornarem igualmente significativos. Com isso, cria-se também uma nova categoria de “normal” (comportamentos seguros) e o que “não é normal” (comportamentos de risco) (SEFFNER, 1995).

Torna-se inegável que a AIDS extrapola as fronteiras dos chamados “grupos de risco”. Hospitais particulares passam a recusar enfermos com suspeita da doença sob justificativa de não afugentar os demais pacientes, muitas vezes deixando-os nas portas das emergências enquanto familiares buscavam permissão para adentrarem.

Motoristas de ambulâncias se recusavam a transportar pacientes e profissionais de saúde colaboravam para disseminação de informações falsas sobre a AIDS. A violência policial também foi uma fonte de opressão marcante nesse período, sob a justificativa de estarem servindo à “saúde pública”. O caos se instaura.

De acordo com Paul B. Preciado (2020), durante períodos de epidemias ou doenças coletivas severas, os corpos são marcados entre quais vidas deverão ser salvas e quais vidas serão sacrificadas. Assim, um vírus transforma-se rapidamente em estratégia política. Enquanto estratégia política, a AIDS não despertava interesse nos governantes em ser erradicada, apenas contida e reclusa aos guetos e margens.

Portanto, o enfrentamento à AIDS não se deu, em um primeiro momento, através de iniciativas estatais, mas contando com grupos de hemofílicos (Associação de Hemofílicos) e de homossexuais (Atobá e GGB) que disseminavam materiais educativos para população. Em meados de 1985 surge o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), composto por profissionais de saúde, ativistas políticos e membros de grupos homossexuais

Esse grupo de voluntários forneciam ajuda e serviços de aconselhamento tanto para pessoas com AIDS como para a sociedade em geral. A partir do GAPA, diversos outros grupos foram criados com objetivos semelhantes de informar a população e acolher as pessoas que convivem com a doença.

A AIDS por sua incurabilidade e como algo maior que a vida, a morte, passa a ser vista como uma identidade. Uma marca tatuada que sinaliza um estigma de marginal, atrelado a noções de sujeira, perversão sexual, transgressão das normas

cotidianas e práticas proibidas. Ela define a própria existência, não mais se falava de “pessoas com AIDS”, mas tornam-se “aidéticos”.

Os locais de sociabilização e de encontro de homossexuais aos poucos se esvaziavam e fechavam as portas. A doença cada vez mais sendo associada à homossexualidade e o caráter moralista mais forte, sob o pretexto da saúde. Se no contexto do câncer a família poderia optar por esconder o diagnóstico do paciente, no caso da AIDS era o paciente que, por vezes, preferia esconder o diagnóstico da família.

O ódio voltado à pessoas LGBT's tomou grandes proporções com ajuda da mídia. Frases como “prefiro um filho morto do que um filho homossexual” parecia se tornar sensatas, uma vez que a homossexualidade passava a ser vista como mero antecedente da AIDS. Estar infectado pelo vírus do HIV significava um atestado de óbito, uma morte social antes mesmo de uma possível morte física. (SONTAG, 2003; TREVISAN, 2018).

Profissionais que afirmavam falar em nome da ciência, apareciam em programas de televisão ou davam depoimentos em jornais reforçando a associação entre a doença e a homossexualidade. Muitos profissionais de saúde disseminam discursos discriminatórios à pacientes acometidos pela doença e recusavam-se a atendê-los, recaindo os cuidados médicos e sanitários sob amigos e conhecidos que, na maioria dos casos, sequer eram da área de saúde. Além do medo pela contaminação havia um certo nojo dos corpos infectados (CAPARICA, 2015).

Políticos e apresentadores de programas televisivos faziam apologia à violência contra LGBT's incitando a perseguição e assassinato a essas pessoas. Jornais como o *À Tarde* e *Veja* contribuíam para propagação de discursos de ódio. Revistas invadiam a vida privada de artistas coagindo-os a admitirem estar com a doença – ainda que em alguns casos não estivessem.

De acordo com Perlongher (1978), esse período, por volta de 1985, é fortemente marcada pelo pânico criado pela mídia. Excessivas imagens de corpos definhando nas alas médicas atreladas à casais de homens de mãos dadas, a mídia causava o pânico coletivo que corroborou para reforçar ainda mais a discriminação à homossexuais.

Com as testagens de sangue e os certificados anti-HIV, empresas e diversos espaços passaram a exigir apresentação do documento servindo como uma espécie de “passaporte para normalidade” (TREVISAN, 2018, p. 410). Tal perseguição à

população LGBT e tamanha violência discriminatória leva o autor a chamar de “uma espécie de triângulo rosa mais sutil” (TREVISAN, 2018, p. 410).

A AIDS tornou-se um “fantasma da morte” (TREVISAN, 2018, p. 411). Pessoas LGBT’s foram constantemente ameaçadas, perseguidas, demitidas, e mortas – por outros ou por si mesmos. Em São Paulo é implementada a Operação Tarântula, em outras palavras, a caça para prisão de travestis sob a justificativa de cometerem o “crime de contágio venéreo” (TREVISAN, 2018, p. 416).

Entidades religiosas e profissionais de saúde mental criam cursos especiais, oferecem terapias e remédios milagrosos para a cura do homossexualismo¹². As igrejas se aproveitam da desinformação da população, bem como de informações médicas equivocadas, para disseminar a auto-culpabilização sobre a doença, afirmando ser um castigo divino. Enquanto os centros das cidades e *points* gays perdem sua densidade, locais como banheiros e cinemas tornam-se espaços de socialização para práticas sexuais, é um retorno à clandestinidade.

Somente na década de 1990 o Ministério da Saúde criou um Programa Nacional de Prevenção e Controle da AIDS. Tal iniciativa Assim como em outros países, os serviços estatais de combate à AIDS aproximaram-se do ativismo LGBT.

A AIDS aparece no século XX não somente como um desafio à Medicina, sobrepondo a preocupação antes focada integralmente ao câncer, mas também para elucidar a discussão sobre comportamentos sexuais. A Medicina que se coloca como um discurso científico e, portanto, neutro, imparcial, mais funciona como classificatório, interventora e criadora de realidades (SEFFNER, 1995, p. 132), inclusive corroborando para a representação da AIDS como precursora da morte.

Com discursos religiosos e médicos, no que Seffner (1995) chama de “empresários da moral” o foco das atenções sobre a transmissão nesses grupos deixa de lado o alastramento da AIDS para populações determinadas por um perfil econômico e cultural, inclusive entre heterossexuais. É com o crescimento de casos de contaminação de mulheres monogâmicas que começa a desmoronar a ideia de “peste gay” (TREVISAN, 2018).

Com a generalização da epidemia, sem uma população específica sendo única vulnerável e responsável pela transmissão, a humanidade torna-se um único e imenso

¹² Termo utilizado com a conotação de patologia, que sai de uso após a OMS e a APA retirarem a homossexualidade dos manuais diagnósticos, em outras palavras, compreendendo que a homossexualidade não é doença.

grupo de risco, é o que o autor chama de “heterossexualização da epidemia” (TREVISAN, 2018, p. 420). Até mesmo a Igreja muda seu discurso.

O saber médico, mais uma vez, tenta se apropriar dos corpos homossexuais, se na Inquisição era proibido o derramamento do sêmen em vão, sem intuito de procriação, o saber médico na época proibia a sodomia sob o argumento de único modo de sobrevivência à epidemia da AIDS.

Somente a partir da segunda metade da década de 1990, com as terapias à base de retrovirais que formavam um coquetel medicamentoso, as pessoas infectadas pelo vírus do HIV tiveram uma melhora significativa na qualidade de vida e os óbitos diminuíram em até 50% com a distribuição gratuita nos postos de saúde. O Brasil, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), passa a ser país modelo no tratamento e prevenção à aids.

Para Trevisan (2018), a AIDS evidenciou a existência de homossexuais não como adjacentes à sociedade, mas como parte integrante dela. Levou ao debate público o sexo de um modo geral, o sexo oral, sexo anal, quantidade de parceiros sexuais, uso de camisinha, sexo seguro, doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento, adoção de criança em outras configurações familiares, dentre diversos outros temas até então considerados tabus.

A epidemia AIDS não chegou de surpresa no Brasil, pelo contrário, médicos, cientistas e até jornalistas já acompanhavam os casos que apareciam nos Estados Unidos e alguns países da Europa. A Revista VEJA já colocava em suas manchetes chamadas sensacionalistas relacionando a AIDS ao desconhecido que poderia levar à morte.

Dito de uma outra forma, era somente uma questão de tempo para a epidemia chegar ao Brasil, mas mesmo com o privilégio de poder se antecipar, nada foi feito, uma vez que não havia interesse das instituições estatais em ter iniciativas preventivas, nitidamente declarando que certas vidas não eram passíveis de luto.

2.4. Outros tempos virais

“Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia.” (CORONAVÍRUS:..., 2020)

Essa fala, proferida pelo então presidente do Brasil, traz consigo a descredibilização de um vírus com alto potencial de transmissão e contágio que

assolou todo o mundo, ao mesmo tempo em que demonstra uma tentativa de forjar uma masculinidade e usá-la como arma no enfrentamento ao coronavírus.

Algo não muito diferente da epidemia da AIDS foi vivenciado no final de 2019 e mais criticamente em 2020 e 2021 com a chegada da SARS-CoV-2, conhecida como COVID-19. Novamente, uma pandemia previamente anunciada (todo o mundo assistia atentamente à emergência do vírus ainda na China, na cidade de Wuhan), meses antes da aparição do primeiro caso em solo brasileiro.

As medidas protetivas adotadas pelos governantes da maioria dos países, visava o controle do alastramento do vírus a fim de evitar sua propagação. Para isso foram decretados *lockdowns*, quarentenas, fechamento do comércio e distanciamento social (SANTANA; MELO, 2021)

Entretanto, o caso do Brasil foi diferente. Tendo seu representante um negacionista científico¹³ com humor sádico¹⁴, coube aos governos estaduais e municipais estabelecerem normas e decretos de fechamento do comércio, distanciamento social e medidas de quarentena para a população. Além disso, coube também a alguns governadores até mesmo a negociação para compras de vacinas¹⁵.

Camilo Braz e Luiz Mello (2020) relacionam as atitudes (não) tomadas pelo governo brasileiro com uma tentativa de afirmação da masculinidade hegemônica no enfrentamento à COVID-19 que opera enquanto uma linguagem de gênero em meio à pandemia, isso se revela na construção de uma imagem “viril”, minimizando os efeitos do vírus ao propagar a falácia de se tratar de uma “gripezinha” ou estar imune à doença graças ao “histórico de atleta”.

Essa masculinidade forjada faz parte de uma expressão de guerra que confronta qualquer aspecto de feminilidade, uma postura bélica substitutiva de uma ética do cuidado. Não é meramente coincidência que os países liderados por mulheres em busca de gerir a pandemia centradas nessa ética têm encontrado melhores

¹³ Ver mais em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4978901-bolsonaro-melhor-vacina-que-pode-ter-e-a-propria-contaminacao.html>

¹⁴ Declarações sádicas do presidente do Brasil sobre a COVID-19: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml> e vídeo de Bolsonaro imitando pessoas com falta de ar https://www.youtube.com/watch?v=g4K_WifUhuI

¹⁵ Ver mais em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/21/sem-detalhar-doria-diz-que-toda-populacao-de-sp-sera-vacinada-contr-o-coronavirus-ate-fevereiro-de-2021.ghtml> e em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/governo-da-bahia-confirma-compra-de-9-7-milhoes-de-doses-da-sputnik-v/>

respostas aos desafios impostos pela crise pandêmica e seus reflexos políticos, econômicos e sociais (BRAZ; MELLO, 2020).

As primeiras vítimas fatais da doença foram Rosana Urbano¹⁶, de 57 anos, diarista, e Cleonice Gonçalves¹⁷, de 63 anos, empregada doméstica de um apartamento no Leblon, onde a patroa havia recentemente voltado de uma viagem para a Itália, país que em determinado momento apresentava maior número de mortes pela doença, e testando positivo para a COVID-19.

Esses casos, longe de serem aleatórios, demonstram o caráter não democrático do vírus, e de como algumas populações estiveram em situações mais vulneráveis do que outras. Nesse sentido, os entrelaçamentos de raça, classe, sexualidade e gênero arremessaram alguns grupos sociais numa escolha desumana entre arriscar morrer de fome ou arriscar morrer do vírus.

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2020), a quarentena reforçou a exclusão social e a discriminação de grupos que estão em situação de vulnerabilidade ainda precedente à quarentena. A COVID-19 chega ao Brasil num contexto de crise econômica, política e sanitária em um período de imensa fragilidade das políticas voltadas para a população LGBT devido a um governo que não apenas negligencia como se opõe às diversidades sexuais e de gênero (SANTANA; MELO, 2021).

“Mesmo o nosso orgasmo é influenciado pela pandemia” (SANDRINE; MATTOS; RIOS; PRADO, 2022, p. 3). Essa afirmação nos leva a pensar os impactos da COVID-19 para além do adoecimento, já bastante preocupante, mas outros aspectos da vida que são diretamente afetadas em um contexto de pandemia. Considerando o conceito de saúde não apenas como ausência de doença, mas enquanto uma correlação dos aspectos físico, econômico, social e mental, é possível entender que, enquanto direito do cidadão, o Estado deveria promover um bem-estar social (SANTANA; MELO, 2021).

Nesse sentido, é fácil compreender a LGBTfobia como facilitadora de produção de doenças e sofrimentos, acentuando os impactos da pandemia sob essa população inclusive no que tange as questões relativas à saúde mental. O sofrimento emocional devido ao distanciamento social foi impulsionador para a piora da saúde mental da

¹⁶ Noticiado em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>

¹⁷ Noticiado em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>

população LGBT, como afirma Mariluzza Bender, Michele Sott, Isadora Gonçalves, Suelen Freitas e Eduardo Saraiva (2022).

De acordo com as autoras mencionadas, episódios de LGBTfobia foram recorrentes na pandemia. Cabe, ainda, destacar que o Brasil foi um dos epicentros da COVID-19 e simultaneamente é um dos países que possuem o maior número de mortes de pessoas LGBT's no mundo (BENDER; SOTT; GONÇALVES; FREITAS; SARAIVA, 2022). O cruzamento dessas informações certamente nos expõe a um contexto insalubre e nocivo, de perigo constante até mesmo dentro de casa.

O âmbito familiar, para muitas pessoas LGBT's, não é um espaço de acolhimento, mas de violência física, psicológica, simbólica e até mesmo patrimonial. O período de distanciamento social, devido à pandemia, coagiu muitas pessoas a retornarem para casa de familiares sendo submetidos às mais diversas formas de violência (SANTANA; MELO, 2021).

Assim, em tempos virais, é possível estabelecermos paralelos entre a epidemia da AIDS e a pandemia da COVID-19, ainda que compreendendo suas divergências, em diversos aspectos, inclusive na não categorização da COVID-19 como uma infecção sexualmente transmissível.

Tanto a pandemia do coronavírus quanto a epidemia do HIV/AIDS trouxeram à tona adoção de cuidados e preocupações acerca das práticas sexuais, do contato físico e do olhar sobre o corpo, principalmente durante o período de distanciamento social (MACHADO, MATTOS, RIOS, PRADO, 2022).

Ambos vírus nos mostram, entretanto, que mesmo uma pandemia global, afeta de modo desigual determinadas populações. “As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga” (SANTOS, 2020), fatores como classe, raça, gênero e sexualidade determinam o grau de vulnerabilidade que algumas populações serão expostas em uma realidade pandêmica.

No Brasil, com um presidente que entoia o coro de “imbrochável” frente a milhares de pessoas, seguimos com uma androcracia broxante e impotente, com valores impenetráveis em uma sociedade que preze pela potência de vida. Assim, mais uma vez nos deparamos com a nocividade de um vírus ideológico que possui um alto índice de contaminação e transmissibilidade, desencorajando a população quanto ao autocuidado e contribuindo para as quase 700 mil mortes, até o momento.

2.5. E onde estavam as lésbicas durante a epidemia da AIDS?

“Por que você está nessa? Por que você abandonou uma carreira de sucesso para cuidar desses cuzões que ainda assim não te respeitam?” Ela me olhou com um semblante sério e disse “meu amor, porque ninguém mais vai fazer isso”. (CAPARICA, 2015).

Temos inúmeras produções sobre o período da epidemia da AIDS e o impacto disso na vida de homens gays ou bissexuais. No entanto, não com a mesma frequência vemos produções sobre os demais segmentos do LBT.

No caso das lésbicas, ao escrever esse artigo não havia sido encontrando nem sequer uma única produção científica nacional falando exclusivamente de como elas vivenciaram a epidemia, exceto textos com uma perspectiva biomédica focando na transmissão e contágio do vírus por mulheres que fazem sexo com mulheres.

Foi possível encontrar, também, alguns relatos de lésbicas ou lembranças de homens gays relatando alguma situação específica que haviam vivenciado, sendo assim, a lesbianidade aparece apenas com um adendo da homossexualidade masculina. De acordo com Caparica (2015), mesmo com atitudes separatistas entre gays e lésbicas ativistas, fortemente marcada nos movimentos homossexuais daquele período, a epidemia da AIDS os aproximou.

As lésbicas não estavam no que era chamado de “grupos de risco”, pois cientistas ainda disseminavam a ideia de que mulheres que se relacionavam sexualmente com mulheres não poderiam se contaminar “porque sua anatomia tem mais defesas do que a masculina” (TREVISAN, 2018, p. 414), e, portanto, somente através da sodomia masculina haveria a transmissão da doença.

Esse argumento é mais um sintoma da invisibilidade lésbica, ausentes não apenas na literatura mas também nos serviços de saúde, principalmente a saúde ginecológica. A Medicina acreditava que, por se relacionarem somente com mulheres, as lésbicas teriam uma proteção orgânica contra a contaminação pela via sexual, colocando isso como fator de proteção à infecção (LIMA; SALDANHA, 2020).

Estudos epidemiológicos apontam para a possibilidade de transmissão de IST's (infecções sexualmente transmissíveis) entre mulheres, no caso do HIV, especificamente, existem estudos que destacam casos de transmissão do vírus através do contato sexual entre mulheres, entretanto carecem de maior investigação. Esses dados mais denunciam uma ausência de literatura sobre o tema do que comprovam um real fator de proteção em relação à infecção.

Portanto, carecemos de produções que desvelem a existência lésbica na luta frente à AIDS, já que, segundo referências aqui mencionadas, sabemos que elas estavam ativamente presentes nesse período prestando ajudas aos seus amigos enfermos, muitos deles rejeitados pela própria família.

Já sobre a COVID-19 é possível encontrar alguns estudos que discutem os impactos da pandemia sob a população LGBT, considerando também as situações de vulnerabilidade que as lésbicas se encontram. O que parece distinguir enquanto uma especificidade desse segmento ainda é a invisibilidade que se faz presente nos contextos de saúde (MILANEZ; FERREIRA; PEDROSA, 2020).

A invisibilidade lésbica não é privilégio de um período ou contexto histórico específico. Algumas autoras teorizam sobre a ausência de produções acerca das lesbianidades como um preterimento das particularidades desse grupo social. Como pudemos ver, em momentos tão significativos para a memória LGBT juntamente com a história contemporânea do Brasil, onde estavam as lésbicas? Quem escreveram sobre elas se não nós mesmas?

A ausência de registros e memórias documentando a existência lésbica é uma forma, intencional, da manutenção da heterossexualidade compulsória para as mulheres, de modo a enfatizar a semelhança dessas realidades conectadas por aspectos somente negativos relacionados à dor, vergonha e culpa (RICH, 2010).

Para Mogrovejo (2000, p. 27): “[...] a história é registrada desde o momento em que a escrita aparece, e enquanto as lésbicas não escreverem sobre si mesmas, seguirão vivendo sua própria pré-história”, portanto, aqui se faz presente mais um trabalho feito para e por lésbicas, registrando a existência do curso Teorias Feministas e Lesbianidades, e demonstrando a importância e relevância de ferramentas acadêmicas para a propagação do pensamento lésbico e ampliação de uma rede lésbica.

3. TEORIAS LÉSBICAS E ACADEMIA: PELAS PORTAS DO FUNDO

Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem-se: "Você pensa assim porque é uma mulher". Mas eu sabia que minha única defesa era responder: "penso-o porque é verdadeiro", eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar: "E você pensa o contrário porque é um homem", pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada (Simone de Beauvoir, **O Segundo Sexo**, 1970, p. 09).

O pensamento lésbico pode ser compreendido a partir de Zuleide Paiva (2016) como um conjunto de teorias e movimento político cultural que se desenvolve a partir dos anos 1970 e que posiciona suas protagonistas enquanto produtoras de conhecimento e construtoras de práticas de enfrentamento à lesbofobia.

Sendo assim, tem como uma de suas pautas centrais a existência lésbica de modo a visibilizá-la, discutindo a heterossexualidade compulsória e promovendo uma aliança política entre mulheres. Desse modo, trago o pensamento lésbico neste trabalho como condição de possibilidade da entrada de lésbicas, de suas teorias e produções, na academia.

A escolha do termo “pensamento lésbico” ao invés de “teorias lésbicas” se dá a partir da compreensão de que as pensadoras lésbicas, no Brasil, ainda ocupam um lugar marginal na produção de conhecimento hegemônico norteado pelo androcentrismo científico, independentemente da localização geopolítica. (SILVA; ARAÚJO, 2021).

Após dois séculos de destruição subjetiva, pela ciência, as lésbicas resistiram à patologização, demonização e criminalização, tendo o seu autoconhecimento menosprezado pelo patriarcado e, com isso, não escrevendo sobre si, o que justifica a escassez de produções lésbicas, significativamente inferior aos dos homens gays.

Atenta a isso, esse campo se inicia a partir de uma inquietação após observação e construção de diários de campo durante o Congresso Virtual UFBA 2020 e em 2021 realizados integralmente em modalidade virtual durante 18 e 29 de maio e 22 e 26 de fevereiro, respectivamente.

Em um primeiro momento, por meio da programação¹⁸ divulgada do evento entre mesas com transmissão ao vivo, apresentação de vídeo-pôsteres e intervenções artísticas, foram encontradas três propostas de trabalho com temas relativos às lésbicas no primeiro ano e seis trabalhos no segundo ano.

3.1. Entrada de lésbicas na academia

Nota-se que a inserção de lésbicas nas universidades não é suficiente para que as mudanças pretendidas aconteçam, até porque o aumento expressivo das lésbicas nestes espaços acadêmicos, apesar de trazer visibilidade também pode vir em forma de armadilhas.

A mera presença de pesquisadoras lésbicas nos programas universitários não necessariamente garante condições para que haja um posicionamento frente às hierarquias sexuais e de gênero dentro da academia. Afinal, além de muitas pesquisadoras lésbicas não pesquisarem temas referentes às lesbianidades, muitas vezes não possuem pensamento crítico frente à misoginia e lesbofobia presentes em seus cotidianos (PERUCCHI, 2015).

Adrienne Rich (2010) traz o questionamento do apagamento da existência lésbica da literatura acadêmica e a distorção da experiência de mulheres heterossexuais. Enfatiza como a heterossexualidade enquanto instituição política, retira o poder das mulheres.

¹⁸ Disponível através do link: <https://congresso2020.ufba.br/> e <https://congresso2021.ufba.br/>.

Essa ausência de produções a respeito da existência lésbica foi constatada ao se fazer uma observação de campo a partir do congresso realizado pela Universidade Federal da Bahia em 2020 e 2021 de modo virtual, enfatizando a necessidade de mais espaços e mais publicações sobre as lesbianidades como sendo uma das vias de inserção do pensamento lésbico na academia.

3.1.1. Publicações lésbicas

Nos últimos cinco anos, foi possível perceber um aumento de publicações e ofertas de cursos de extensão abordando as lesbianidades como tema central. Sobre as publicações, em 2017 e 2018 tivemos dois dossiês exclusivamente voltados às lésbicas, pertencentes às revistas *Periódicus* e a *Cadernos de Gênero e Sexualidade* que apresentaram seus textos em coletâneas denominadas, respectivamente, “*Sapatão é Revolução!*” e “*Marielle Presente!!!*”. Já em 2019 a *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)* também publicou um dossiê intitulado “*(R)existência e Invisibilidade Lésbica: entre conceitos, panoramas e percursos*”. Além disso, os cursos de extensão parecem seguir uma trajetória semelhante.

Em 2017 o GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação propôs o primeiro curso on-line de teorias lésbicas no Brasil. Segundo Torres e Fernandes (2019, p. 191), “o curso *Pensamento Lésbico Contemporâneo (PLC)* surgiu do diagnóstico junto ao movimento lésbico baiano de que poucas autoras lésbicas eram lidas e conhecidas” com intuito de aproximar os movimentos sociais e academia difundindo assim o pensamento lésbico.

O sucesso da primeira edição do curso colaborou para haver no ano seguinte a segunda edição que também foi bem-sucedida. Mais de 200 cursistas passaram pelo PLC, tendo acesso a leituras de autoras lésbicas contemporâneas.

Em 2020, devido ao contexto pandêmico que se alastrou pelo mundo e com forte impacto no Brasil, as grandes mídias noticiaram o colapso do sistema de saúde e mais de 700 mil mortes até o momento devido às irresponsabilidades presidenciais. As universidades precisaram se reinventar e propor novas modalidades de ensino suspendendo encontros presenciais.

Nessa situação aconteceu à distância o curso “Dialogando sobre Feminismo Lésbico e suas Interseccionalidades” ministrado pela mestra Ana Carla Lemos, bem como o

curso “Teorias Feministas e Lesbianidades” que compôs o Semestre Suplementar da UFBA. Este último será o principal campo de análise desse trabalho.

O Congresso Virtual UFBA 2020 teve duração de dez dias (de 19 a 26 de maio) e atividades nas modalidades de vídeo-pôster, mesas gravadas e ao vivo, e intervenções artísticas. Dentro dessas categorias apenas em “mesas ao vivo” foram encontrados trabalhos que traziam propostas relacionadas às lesbianidades. Divididos em sete dias de evento (sábado e domingo não entraram na programação e o primeiro dia foi a abertura do congresso), cada dia contou com nove salas online disponíveis nas quais cada uma teve entre três e sete apresentações diárias, totalizando 421 mesas ao vivo nos mais variados formatos virtuais. As transmissões foram feitas pela plataforma do *Youtube* e *Facebook*¹⁹.

Dentre os trabalhos apresentados na programação do evento foram encontradas três mesas que se propuseram a discutir lesbianidades com os seguintes títulos: “Lesbianidades, Interseccionalidades e Feminismos na Arte: Corpo, Toques e Escritas”, “Lesbianidades, Inteseccionalidade e Feminismos no Cinema: Corpos, Prazeres e Sexualidades”, “IV Fórum Gira: Minha Pesquisa em 180 Segundos”.

É interessante pontuar que as duas primeiras atividades foram propostas pela linha de pesquisa Lesbianidades, Interseccionalidades e Feminismos (LIF) do Núcleo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade da UFBA (NUCUS/UFBA) e a terceira atividade foi proposta pelo Pensamento Lésbico Contemporâneo, linha de pesquisa do GIRA-Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação, também da UFBA.

Apesar desta última atividade não trazer termos que façam referência às lesbianidades em seu título, ela consta nas observações desse artigo devido ao fato da autora ter participado e tido conhecimento por outras vias de divulgação que extrapolaram a programação oficial do evento.

É possível que dentro de mesas mais amplas tenham existido apresentações pontuais de convidadas com o debate de lesbianidades, porém devido a uma limitação de tempo não foi viável uma busca minuciosa em cada mesa proposta, já que existiram mais de 400 mesas realizadas durante o evento.

Já no Congresso Virtual UFBA 2021 foi possível perceber uma mudança considerável. Com duração de cinco dias (sendo o primeiro dia composto apenas da

¹⁹ Canal da UFBA: [youtube.com/tvufba](https://www.youtube.com/tvufba) e da página [facebook.com/congressoufba](https://www.facebook.com/congressoufba).

abertura do evento), o congresso contou com 774 mesas ao vivo transmitidas pelo *Youtube* e 98 gravações aprovadas, mais de quatro mil videopôsteres.

Desse total, foram encontradas duas mesas ao vivo com os seguintes títulos: “Saúde, sexualidades e representações sociais sobre lésbicas e sobre o corpo de mulheres trans”, de autoria de Carle Porcino, Lanna Katherine Leitão Conceição, Simone Brandão Souza e Jeane Freitas de Oliveira; e “Tecnopolíticas da plataformização em perspectiva de gênero: autocuidado, lesbofobia e transmasculinidade” de autoria de Julianna Paz Japiassu Motter, Vilbérria Monteiro dos Santos e Sérgio Rodrigo Ferreira. Esta segunda também foi contabilizada como atividade gravada pois ficou disponível na plataforma do congresso.

Além das mesas ao vivo, também tivemos quatro vídeo-pôsteres com os seguintes títulos: “Os contos de fadas e a construção da heterossexualidade compulsória”, autoria de Luiza Brandão; “Teoria feminista e lesbianidade” de Daiane Oliveira; “Luz, câmera, sapatão!” com autoria de Ana Vitória Alves Antunes, Anna Claudia Menezes Souza, Eduarda Ferreira Anjos, Hivison Nogueira da Silva, Kathelly Oliveira Andrade, Kleber Soares Rocha, Manoella Alves Carneiro Chagas e Noêmia Fernanda Santos Fernandes; e “O Pensamento Lésbico Latinoamericano como uma epistemologia do sul” de Raíssa Lé.

Nas duas edições dos congressos as apresentações assistidas foram escolhidas através de uma busca pela programação do evento a partir de descritores como “lesbianidades”, “sapatão”, “lésbicas”, “lesbofobia”, “lésbico”, “sexualidade feminina”, “homossexualidade feminina”, “heterossexualidade compulsória”, “sáfica” e “homoafetividade feminina”, resultando nesse total de trabalhos que apresentaram essas categorias em seus títulos.

No entanto, foi encontrado mais resultados para buscas como “sexualidades”, “LGBT” e “gay”, mas partindo das categorias de análise de Daniela Auad e Luisa Bitencourt (2020) essa seria um tipo de “visibilidade transparente”, na qual as lésbicas são mencionadas ou até visibilizadas, mas sem distinguir suas especificidades, quando citadas apenas dentro da categoria LGBT ou enquadrada dentro das homossexualidades masculinas.

A partir da construção de diários de campo foi possível uma observação acerca das escolhas epistêmicas do tema trazido. Não raramente o pensamento lésbico é apresentado a partir do feminismo negro, constatação feita através das referências mais citadas nas mesas investigadas. Uma hipótese sobre essa escolha perpassa por

uma suposição de que as epistemologias negras apresentariam uma proposta subversiva do conhecimento, atendendo supostamente a uma análise não colonizada do tema e, conseqüentemente, não heterocentrada.

Grada Kilomba, bell hooks e Audre Lorde foram alguns dos nomes mais repetidos durante as apresentações. Também é importante sinalizar que as propostas de atividades sobre lesbianidades na primeira edição do congresso foram expostas por grupos que já possuem uma linha de pesquisa diretamente relacionada aos estudos das teorias lésbicas apresentando-se como únicos grupos de pesquisa responsáveis por trazer a existência lésbica para o evento.

3.2. Uma outra forma de fazer ciência: lesbianizar é preciso!

Com intuito de descrever e justificar as escolhas referentes a epistemologias e métodos utilizados trago os aspectos investigativos, delineando meu objeto e campo de estudos a fim de traçar percursos metodológicos. Faço aqui também a escolha pelo uso do feminino nas flexões nominais, no decorrer do trabalho, como uma escolha política de visibilidade.

De acordo com Margareth Rago (1998), é possível falar sobre uma epistemologia feminista uma vez que as mulheres apresentam um conhecimento “da margem” constituindo uma nova linguagem na produção de um contradiscurso o que reflete na produção de conhecimento científico. A ciência feminista predispõe de bases teórico-metodológicas para uma nova epistemologia e, conseqüentemente, uma nova forma de produzir saberes. Para Sandra Harding (1998), as epistemologias tradicionais não consideram as mulheres produtoras de conhecimento e negligenciam suas experiências.

Concordando com Cecilia Sardenberg (2002), a crítica feminista propõe um olhar sobre gênero, o colocando como categoria de análise de mundo. Assim, questiona a Ciência Moderna e seus pressupostos naturalistas e universais, isto é, repensam a relação sujeito/objeto e a ideia de sujeito universal (SARDENBERG, 2002; BANDEIRA, 2008), tecendo críticas a um discurso hegemônico, burguês, ocidental e meramente racional (RAGO, 1998).

O ideal de cientificidade está embasado na ideia de razão e objetividade, tidos como características masculinas, que possuem funções epistemológicas e políticas. Pensar o fazer científico sem problematizar as questões de gênero e sexualidade, por exemplo, recaem no modelo cartesiano de sujeito descorporificado, ou seja, que nega

um corpo e, conseqüentemente, o universaliza enquanto homem, hétero, branco e europeu. Esse fazer científico tem influência direta na forma de pensar ciência e o conhecimento com um caráter androcêntrico, ou seja, centrado no homem (KETZER, 2017).

A ciência que se diz neutra não oferece subsídios para compreensão de dinâmicas sociais, esvaziando conceitos e teorias que não tem aplicabilidade com intuito de transformação social (FIGUEIREDO, 2020). Portanto, uma das grandes colaborações do feminismo para a ciência foi elucidar o sujeito produtor de conhecimento, porém, esse conhecimento é desqualificado como “não-ciência” e colocado à margem (KILOMBA, 2008).

Para bell hooks (2019), a margem é um espaço de resistência e possibilidade, mas não somente pois, é também, um lugar de opressão, sob uma tentativa de ser posto para fora de algo que não pertencente ao centro. Essa desqualificação perpassa por uma acusação de um conhecimento do “senso comum” que seriam oriundos dos movimentos sociais.

A imposição do saber europeu como único referencial de conhecimento, desconsiderando as demais outras formas de compreender e interpretar o mundo, rejeita ou desqualifica tudo o que foge desse rigor científico, cometendo, assim, violência epistêmica (ROSA; ALVES-BRITO; PINHEIRO, 2020). É nessa discussão acerca de epistemes que Sueli Carneiro, em sua tese nos apresenta o termo “epistemicídio” (2005) e, juntamente com Boaventura de Souza Santos (2009), convergem que matar a epistemologia é uma das formas de matar um povo. É pressupor que existe um conhecimento mais importante do que outro, e, conseqüentemente, propagar a superioridade e inferioridade de povos.

Nesse ponto a Chimamanda Adichie (2019, p. 23) nos apresenta sua fala sobre “o perigo da história única”, de acordo com ela:

[As histórias] como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva.

Numa perspectiva feminista, a produção de conhecimento deve fazer parte da prática política, de modo a reconhecer que parte desse conhecimento se produz nos movimentos sociais. Dessa forma, se torna mais representativa, engloba os interesses de uma parte majoritária absoluta da sociedade e apresenta uma melhor interpretação

da realidade, porém acaba não sendo, ainda, muito bem aceito dentro da academia (TEIXEIRA; SILVA; FIGUEIREDO, 2017).

O fazer científico de uma feminista não necessariamente é o fazer de uma ciência feminista, de acordo com Maffia (2002), a inserção das mulheres na ciência não é suficiente para resultar nos efeitos esperados e mudanças significativas na produção do saber, porque a produção de saberes não deve ser *sobre* ou *por* mulheres somente, mas de relevância *para* mulheres (SARDENBERG, 2002). Uma ciência feminista questiona não somente o modo como pensamos sobre gênero, mas também o modo que não pensamos, entendendo o conhecimento científico como um sistema de dominação. (BANDEIRA, 2008).

A crítica feminista concentra-se na denúncia de uma ciência racista e sexista, com a supervalorização do saber ocidental excluindo outras produções. Assim, desvelando o caráter ideológico de uma ciência que se diz objetiva e neutra é possível evidenciar as relações de poder existentes. Portanto, não podemos pensar os “estudos da mulher” com um olhar a-histórico (RAGO, 1998), porque, de acordo com Wittig (2022), esses discursos descontextualizados consideram os seres humanos como invariantes, isto é, sem contexto histórico, sem conflitos de classes e sem subjetividade.

Por isso, Harding (1998) propõe incorporar na produção de conhecimento vozes marginalizadas que trazem consigo marcadores de classe, raça, gênero – acrescento aqui sexualidade -, constituindo assim um sujeito histórico e cultural que produz conhecimento. É nesse conflito de espaço que Grada Kilomba (2008) afirma que certos corpos são construídos para não pertencer, e que estão sempre “fora do lugar”.

Certos corpos não são lidos como “corpos acadêmicos”. “Os outros” são como estrangeiros, isto é, ocupam um lugar limítrofe, são os “intelectuais marginais” (COLLINS, 1986). “Serás-hétero-ou-não-serás” (WITTIG, 2022), serás-branco-ou-não-serás, serás-o-outro-ou-não-serás, sempre em perspectiva com o ideal de humano imposto.

De acordo com Bourcier (2020), os estudos negros, feministas, lésbicos, vem transformando a universidade, principalmente as ciências sociais, rompendo com as epistemologias do ponto zero, isto é, epistemologias hétero, androcêntricas e brancas. Assim, são construídas novas epistemologias. As posições marginais evocam

emoções, dores e raivas e que a partir disso pode-se – e deve-se – construir articulações teóricas e metodológicas (KILOMBA, 2008).

Epistemologia também é chamada de “teoria do conhecimento”, é a construção do conhecimento científico a partir de critérios de consistência lógica de teorias (KILOMBA, 2008; FIGUEIREDO, 2020), e, assim, é determinado questões, temas, análises, explicações e conduções de pesquisas, determinando também em quem devemos confiar e quais saberes validar.

Para Linda Alcoff (2011), para além da presunção de credibilidade e delineamento dos objetos de investigação de quem produz, a epistemologia valida o modo como o conhecimento pode e deve ser produzido, e quem é autorizado a produzi-lo.

Considerando que certas categorias aprisionam ao invés de libertarem e, compreendendo ainda, que esse modo hegemônico de fazer ciência traz fortes influências do androcentrismo, que para Zuleide Paiva e Rosângela Araújo (2013) é um modo específico de sexismo no qual a perspectiva masculina é privilegiada, e, portanto, um olhar feminista não é suficiente. É preciso lesbianizar a ciência.

Afirmar um pensamento lésbico é desafiar os princípios e fundamentos da ciência moderna, resistindo aos seus fundamentos epistemológicos e possibilitando outras construções de saberes. Produzindo, assim, outra forma possível de ciência, de modo a questionar também a invisibilidade lésbica nos espaços formais de construção de conhecimento, portanto, desafia os saberes hegemônicos, ou seja, o pensamento hétero, e possibilita pensamentos periféricos dificilmente adentrado na academia (SILVA; ARAÚJO, 2021).

Partindo da perspectiva de Wittig (2022) sobre *mulher* enquanto categoria política, também corroboro que é necessária uma “consciência lésbica”, quer dizer, pensar essa categoria como produto social e não da natureza. Dessa forma não reforçamos a ideia de “verdadeira mulher” e desafiamos um não-lugar, entre não-mulher, mas ao mesmo tempo não-homem, através da recusa da heterossexualidade. A partir dessa compreensão a autora afirma: “as lésbicas não são mulheres” (WITTIG, 2022, s.p.).

O que seriam, então, as lésbicas se não mulheres? Como caracterizá-las? Essa pergunta abre discussões que não tenho pretensões de esgotar neste trabalho, compreendendo a pluralidade do ser-lésbica e a desambição em reduzir ou limitar essa vivência particular e pessoal, reconheço, no entanto, que as lésbicas libertam-se

do segundo sexo e instauram uma categoria outra de possibilidade política de movimento, de sujeito e de existência (PAIVA; ARAÚJO, 2013).

“[...] a política de informação comprometida com o enfrentamento e superação da lesbofobia é política de visibilidade, cujo desafio é informar à sociedade que existem outras formas possíveis de organizar a vida, outros sentimentos, outros mundos fora da heterossexualidade obrigatória, tornando possível e visível a existência lésbica em diferentes contextos, confrontando assim a política do silêncio, da invisibilidade” (SILVA; ARAÚJO, 2021, s.p.).

Respaldada e incentivada, ainda, por essas duas autoras, proponho o desafio de “lesbianizar a ciência”, isto é, disputar espaços através do pensamento político de lésbicas, colaborando para o campo feminista de produção e difusão de conhecimento. Nos próximos parágrafos pretendo explicar e delinear melhor os métodos e instrumentos investigativos que pretendo utilizar para corresponder ao que estou propondo.

3.3. Etnografia: a teoria vivida

O papel da etnógrafa não é de reprodução do que se viu e ouviu, mas principalmente de traduzir e elaborar o que foi visto e ouvido (PEIRANO, 2008; LATOUR, 2006). Para Hélio Silva (2009, p.175), a etnografia é “o registro de andanças e coisas vistas”, é um livro de andar e ver. Compreendendo que o andar é metafórico e indica percurso, é o aguçamento de todos os sentidos que se interrelacionam dinamicamente a todo momento. O ver é a percepção de si e do outro no campo estudado, compartilhado e adentrado. Por fim, o escrever, é o (re)ver o que pode ter passado despercebido, é retomar os diários de campo e escritas, rascunhos, é investigar o cruzamento de sentidos que transbordam para conduzir uma narrativa (PEIRANO, 2008; SILVA, 2009).

No entanto, Mariza Peirano (2008, 2014) nos adverte que as palavras não executam uma função somente de descrever e nomear, elas apontam, acusam, denunciam, evocam, elas são também ação. Portanto, de acordo com Hélio Silva (2009), é importante a recusa da ideia de neutralidade em campo, a etnógrafa precisa se permitir a influências e afetações, compreendendo o processo mútuo das relações com os sujeitos e com o campo da pesquisa, ou conduzirá uma narrativa com riscos de manipulações. A entrada da etnógrafa em campo também tensiona suas próprias fronteiras subjetivas, possíveis geradoras de desconfortos, ansiedade, que pode trazer à tona tristezas, medos, ou seja, emoções que são evocadas.

Para Roberto DaMatta (1978), um dos desafios etnográficos é transformar o estranho em familiar e o familiar em estranho, ele explica que ao mesmo tempo que a etnógrafa precisa trazer para si uma cultura outra, também precisa se perceber enquanto alguém que chega ao campo com influências e afetações pregressas. E longe de um transformar-se no outro, DaMatta ressalta a importância dessas duas dimensões para um equilíbrio entre distanciamento e proximidade com o campo de estudos.

O estranhamento causado possibilita dúvidas, questionamentos, incertezas e para Hélio Silva (2007) esse não-saber é a principal motivação da ida a campo da etnógrafa. A relação pesquisadora/sujeito de pesquisa seria, então, um dos principais desafios em campo, pois não há roteiro e envolve um fato bastante complexo: relações humanas.

Mariza Peirano (2014, p.378) afirma que: “A vida repete a teoria”, e tudo o que nos causa estranhamento nos gera também reflexões sobre momentos anteriores que nos são familiares, portanto, a entrada no campo seria crucial para o aperfeiçoamento da teoria e não o contrário, pois é lá que há as revelações e descobertas que fogem do senso comum acadêmico. Sendo assim, toda etnografia é, também, teoria, e mais, a etnografia é a “teoria vivida”, teoria e etnografia possuem uma íntima relação, é um modo de ver e ouvir, de interpretar (PEIRANO, 2008).

Mas, uma questão que fica para mim, apesar das metáforas, das explicações poéticas - pelas quais me afeiçoo -, é: como fazer uma boa etnografia? Bom, toda etnógrafa é metonímica, isto é, possui atenção aos detalhes e sua “mania de colecionar miudezas” (SILVA, 2007, p.173), fazem da parte um todo, um universo de possibilidades a serem exploradas. Mariza Peirano (2008) afirma, portanto, que não existem fórmulas mágicas para se fazer uma boa etnografia, mas ressalta que é preciso criatividade, Bruno Latour (1978, p. 346) complementaria afirmando: “descreva, escreva, descreva, escreva...”

3.3.1. Etnografia de tela: sobre redes e conexões

A internet tem despertado curiosidade enquanto campo de investigação das Ciências Sociais, principalmente após os anos 2000. Atualmente, a internet oferece não apenas um espaço cultural, social, mas também tem ultrapassado fronteiras de *online* e *offline*, afinal, o que realmente está *offline* nos dias de hoje? É possível estar totalmente desconectado? De acordo com Bruno Campanella (2015), um dos fatores

que levaram a popularização da internet foi a facilitação do acesso aos *smartphones* e o amplo alcance de *wi-fi* em grande parte dos espaços, sejam abertos ou fechados, portanto, não é interessante desprezar os ambientes virtuais já que estes se configuram como um fenômeno social da nossa era (FERRAZ, 2019).

Alguns autores como a Katie Ward (1999) vão considerar que a convergência entre espaço físico e virtual seria chamado de “hibridização”, no entanto, orientar-se por essa perspectiva seria considerar uma distinção entre esses espaços. Corroboro com a compreensão de Christine Hine ao afirmar que as interações *online* geram reinterpretções levadas para o *offline*, ou seja, vão ressoar em outros espaços culturais e sociais, dessa forma o *online* e o *offline* se retroalimentam borrando suas fronteiras (CAMPANELLA, 2015).

Assim, quando a internet se apresenta como uma possibilidade de investigação enquanto campo, a Antropologia perde a exclusividade da etnografia e passa a empregá-la para o estudo de culturas nos meios digitais (FERRAZ, 2019). E qual seria então seu nome? Seria necessária uma etnografia diferenciada para esses espaços? Vera Santos e Cleide Costa (2015), afirmam que o termo varia dependendo da área que realize a etnografia, sendo mais chamada de “netnografia” quando vem de pesquisas na área de Comunicação, ou “etnografia virtual” quando relacionadas à Antropologia.

Já Christine Hine afirma que encontrar novas nomenclaturas para esse tipo de pesquisa seria afirmar ser inviável etnografar a internet, sendo necessário a criação de novos termos e diferenciações para isto. Sendo assim, sugere que a internet seja apenas um novo campo para ser etnografado (CAMPANELLA, 2015). Sem unanimidade, e felizmente por isso, esse trabalho opta por utilizar a nomenclatura de “etnografia de tela”, termo cunhado por Carmen Rial (2004) em seus estudos sobre mídia, que consiste em um conjunto de técnicas, sendo elas: a imersão, a observação sistemática e construção de diário de campo, e a crítica cinematográfica.

Como então fazer uma etnografia de tela? Ainda sem unanimidades, uma das questões levantadas é sobre a formulação prévia de questionamentos e elaborações de perguntas antes da ida a campo, ou se deve-se deixar emergi-las uma vez imersa (FERRAZ, 2019). Considerando que uma pesquisadora não vai a campo como uma folha em branco, mas motivada por incertezas, hipóteses e dúvidas, leva com ela, também, pressupostos subjetivos e teóricos, ainda que para uma investigação na internet.

O desafio que se impõe aqui, então, é como se situar no campo entre o real e o observado, entre mediador e participante, como integrar *wi-fi*, telas, *touchscreen* nas análises sobre a cultura? Sobre isso Theophilos Rifiots (2016) afirma que o observado é tanto real, social, quanto efeito da narrativa. A etnografia na internet dissolve as fronteiras da vida pessoal da pesquisadora e, portanto, há muito da etnógrafa em sua atuação, assim ela é integrante, participante e atuante no grupo com diálogos e debates (FERRAZ, 2019).

A observação participante conta de uma participação direta da pesquisadora que transita entre observadora e membro da comunidade. Sendo assim, a participação pode ser natural (quando já pertencente a aquela comunidade) ou artificial (quando passa a pertencer à comunidade). A pesquisadora, além de observadora e participante, também pode atuar como coordenadora e suporte técnico, tirando dúvidas e/ou auxiliando o melhor uso de ferramentas da plataforma, portanto é importante a elaboração de um tutorial e um tempo disponibilizado para as interagentes se familiarizarem com a plataforma (SANTOS; COSTA, 2015).

Já sabemos que as pesquisas virtuais se deparam com fronteiras borradas entre *online* e *offline*, mas então como delimitar um campo virtual para etnografar? De acordo com Flávia Santos e Suely Gomes (2013) o que chamamos de campo de pesquisa, na internet, não pode ser compreendido de forma objetiva e material, pois ele é construído por personas de localidades distintas e delimitações territoriais. Uma etnografia de tela requer tanto observação quanto participação e, para isso, demanda imersão no ambiente a ser etnografado.

Esse trabalho pretende compreender como o pensamento lésbico adentra a academia através do curso de extensão Teorias Feministas e Lesbianidades (TFL), fazendo deste seu campo, investigando o desenvolvimento das cursistas utilizando para isso os fóruns de discussões da plataforma. Se caracteriza, portanto, como uma pesquisa mista, envolvendo aspectos tanto qualitativos quanto quantitativos, a partir de uma etnografia de tela, uma pesquisa descritiva e exploratória. Com pretensões e expectativas de colaborar com a difusão do pensamento lésbico enquanto uma epistemologia desafiadora do androcentrismo e que rompe com a heterossexualidade compulsória a partir de uma análise lésbica da academia.

4. TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES, O CURSO DE EXTENSÃO

De acordo com Felipe Fernandes (2020), a Educação à Distância (EAD) possibilita que as participantes, mesmo separadas no tempo-espaço, ainda estejam conectadas através das comunidades virtuais (online). Essas interações estabelecidas não apresentam mais ou menos qualidade se comparada com a educação presencial, mas se dão de formas diferentes, produzindo uma cibercultura que pode contar com recursos de vídeo e imagem, por exemplo.

O curso à distância Teorias Feministas e Lesbianidades (TFL) aconteceu durante o semestre suplementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2020, com carga horária de 68 horas/aula, vinculado ao Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – GIRA, e oferecido para as comunidades interna e externa da universidade (discentes de graduação e pós, ativistas dos movimentos sociais, comunidades populares, gestores de políticas públicas e interessados no tema). A proposta foi de oferecer um curso de extensão introdutório sobre as teorias feministas

e lésbicas considerando suas intersecções, e buscando sensibilizar diversos atores sociais para as questões lésbica e os direitos humanos.

O TFL foi ministrado pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes e possuiu suporte da mestranda do PPGNEIM, Raíssa Lé Vilasboas Alves. Na organização do projeto com ações de monitoria das aulas e auxílio aos cursistas esteve a bolsista Daiane Oliveira, contemplada com o auxílio estudantil. Além da presença de Bárbara Alves, militante, integrante do coletivo Lesbibahia, compondo a equipe pedagógica do curso, trazendo sua experiência de coordenação desde as duas edições do curso de extensão Pensamento Lésbico Contemporâneo, que serviu de impulsionamento para o TFL. Além disso, o curso contou também com a participação de professoras convidadas para as videoaulas, e webnários que aconteceram paralelamente como atividades extraclasse.

Contamos com a participação virtual de professoras de referência nacional nos Estudos de Gênero e no campo das Políticas Públicas e Ativismo Lésbico, mais especificamente nas discussões sobre os feminismos e as lesbianidades. Pretendeu-se como público-alvo pesquisadoras, ativistas e analistas de políticas públicas propondo um curso de extensão interdisciplinar em constante diálogo com as mais diversas áreas: Direito, Jornalismo, Psicologia, Antropologia, Letras, História, Sociologia, dentre outras.

O TFL se apresentou na modalidade de Educação à Distância (EAD), através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle da UFBA. Composto de 18 semanas/aula teve seu encerramento em 06 de dezembro de 2020, com um total de 70 cursistas inscritas (e 18 concluintes). Contou com atividades multimídias (videoaulas e webnários), leitura de textos e exercícios de escrita interativa, visando a interação com as/os cursistas como foco da dinâmica pedagógica, enriquecida pela troca de conhecimento, experiências e múltiplos saberes. Foi disponibilizada a tradução em Libras das videoaulas, facilitada por Alón Maurício (DIVERSILIBRAS) e pela equipe do NAPE/UFBA, tornando-o mais acessível.

Para compreendermos melhor como se deu o desenvolvimento do curso proponho a analisá-lo em três dimensões: a dimensão afetiva e a identificação das cursistas com o tema abordado, ou seja, a motivação que fez grande parte delas a se inscreverem, seus processos de reconhecimento de si e como pares dentro das lesbianidades; a dimensão política do curso e as diversas perspectivas e

posicionamentos, como resultado dos impactos nas cursistas; a dimensão pedagógica e a produção de conhecimento através do curso.

A partir dessas dimensões mencionadas foi possível observar também quais temas geraram mais engajamento, ou propiciaram mais discussões conflitantes, quais temas se mostraram como “novos” para as cursistas dentre outras categorias de análise. Observando, também, a tecitura de uma rede seja de apoio, seja de conhecimento, ou até mesmo afetiva, entre elas.

Compreendendo, no entanto, que as participações nos fóruns trazem reflexos de questões *offline* práticas e subjetivas das cursistas como o tempo disposto para a atividade, a motivação e, sem perder de vista, o contexto pandêmico que vivíamos durante o curso e que apresentou impactos significativos em nosso bem-estar, como na saúde física e mental.

4.1. O início antes do começo

O curso Teorias Feministas e Lesbianidades começou a ser idealizado e construído ainda no primeiro semestre de 2020. Assim, em meados de julho as divulgações começaram através de redes sociais como *Whatsapp*, *Facebook* e *Instagram*. A divulgação contava com um card seguido de um texto com informações sobre período de duração, plataforma, público alvo, e conteúdo abordado, bem como informações de contato para quem desejasse realizar a inscrição.

Durante o período de inscrição foram esclarecidas dúvidas e recolhidas documentações (atestado de matrícula, e-mail para contato e carta de intenção) via e-mail. Nos últimos dias surgiu a demanda de sete cursistas surdas de um coletivo nacional feminista e se fez necessário adaptar toda a metodologia do curso para atendê-las adequadamente, proporcionando maior acessibilidade aos conteúdos trabalhados. Desse modo, foi iniciada a transcrição das videoaulas para legendá-las e contamos com a facilitação Alón Maurício (DIVERSILIBRAS) e equipe do NAPE/UFBA na tradução das aulas para Libras.

No entanto, a divulgação do curso se deu com críticas a ele. Através das redes sociais algumas pessoas, majoritariamente mulheres que se denominam lésbicas ironizavam um homem, gay, branco, cis, estar ministrando um curso sobre lesbianidades, afirmando não haver “lugar de fala” para tal. Nesse sentido, é importante relembrar o que diz Djamila Ribeiro sobre esse conceito por vezes tão deturpado.

O “lugar de fala” chega a partir da teoria do “ponto de vista feminista” e pretende se colocar como interrupção do discurso autorizado (RIBEIRO, 2017). Ainda sobre o *standpoint theory*, trata-se de experiências historicamente compartilhadas de um grupo ao ponto dessas realidades se ressaltaram frente às experiências individuais. Para Patrícia Hill Collins (1997), esses grupos precisam ser localizados nas relações de poder.

O “lugar de fala” rompe com o regime de autorização vigente possibilitando a “emergência de vozes historicamente interrompidas”. Há, portanto, a desconstrução do mundo enquanto “evento epistemicida” (MOMBAÇA, 2017, s.p). De acordo com Djamila Ribeiro (2017, p. 66): “pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”, compreendendo que sem o acesso de alguns grupos a determinados espaços também não se tem produções nem epistemologias desses grupos nesses espaços.

Com isso, considerando o que já foi dito anteriormente, sobre a entrada do pensamento lésbico nas universidades através das portas dos fundos, promover um curso de extensão propondo como tema central as lesbianidades é inserir a um espaço de saber e de produção de conhecimento a possibilidade de construção de outras epistemologias, ainda que guiado por um sujeito não-lésbico.

Corroborando com Djamila Ribeiro (2017, p. 69), o conceito de “lugar de fala” não pretende limitar quem pode falar: “reduzir a teoria do ponto de vista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro. [...] O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo”. Desse modo, talvez mais importante do que as experiências individuais, seja refletir sobre *locus* social. Jota Mombaça (2017, s.p) explica:

Não é que brancos não possam falar de racismo, ou as pessoas cis não possam falar de transfobia, é que elas não poderão falar como pessoas cis brancas: isto é, como sujeitos construídos conforme uma matriz de produção de subjetividade que sanciona a ignorância, sacraliza o direito à fala, secundariza o trabalho da escuta e naturaliza a própria autoridade. Isso significa também o fato paradoxal de que eles não poderão falar como se não fossem cis e brancos, isto é: apagando as marcas da própria racialidade e conformidade de gênero, a fim de agir como se os privilégios da branquitude e da cisgeneridade não fossem coextensivos aos sistemas de opressão das vidas e vozes não brancas e trans.

Em outras palavras, a visão crítica da posição social que se ocupa é mais produtiva ao debate do que a vivência *per se*. Considerando, entretanto, que por mais combativos e conscientes que sejam, pessoas de grupos privilegiados não deixam de ser beneficiados estruturalmente, mesmo falando das opressões de outros grupos.

Assim, quando pensamos “lugar de fala” não estamos determinando quem pode ou não falar, mas alertando de que é preciso localizar de onde se está falando e, simultaneamente, romper com os discursos hegemônicos e excludentes, sejam eles discursos da branquitude, androcentrados e/ou heterocentrados.

Por fim, refletindo sobre a diferenciação de lugar de fala e representatividade, quando um homem, gay, cis, branco se propõe a ministrar um curso sobre lesbianidades é compreensível que muitas lésbicas não se sintam representadas por esse corpo que assume a liderança do projeto, no entanto, isso não invalida a sua competência teórica, técnica e atitudinal para administrar o tema a partir do lugar (não só social, mas institucional) que ele ocupa. Isso, inclusive, aponta para assunção de uma responsabilidade política do sujeito do poder (RIBEIRO, 2017).

Ainda com as críticas, mas também com um grande número pessoas interessadas mandando e-mails para mais informações sobre o curso, o TFL teve sua plataforma aberta para as cursistas no dia 24 de julho de 2020. O intuito foi de que elas pudessem ser inseridas no componente do curso e convidadas a se aventurarem pelos fóruns a fim de se familiarizarem com a plataforma antes dos fóruns de discussões online (FDO) serem abertos juntamente com as vídeo-aulas e atividades.

4.1.1. Dinâmica da plataforma

O Moodle é um software livre de apoio à aprendizagem e executado num ambiente integralmente virtual, seu nome é um acrônimo para “*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*” e também se refere a um Sistema de Gestão da Aprendizagem (em inglês *Learning Management System*), que através da internet disponibiliza recursos para a aprendizagem, seja de forma síncrona ou assíncrona, porém colaborativa.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), criado a partir do Moodle, é um ambiente virtual que possibilita a realização de cursos online e acessíveis e auxilia tutores no gerenciamento de conteúdo, avaliações e atividades viabilizando o acompanhamento do progresso de discentes. É, portanto, uma ferramenta de EAD (Educação à Distância). Durante o Semestre Letivo Suplementar da UFBA, as disciplinas online contaram com a plataforma Moodle para gerenciar e guiar o processo de aprendizagem.

A página inicial da plataforma apresentava um mural personalizado que conforme as atividades iam se desenvolvendo, as imagens, junto com a logo do curso, eram fixadas com efeitos de animação no topo revelando cada uma por vez. Abaixo, foram postados comunicados urgentes que emergiam conforme o andamento das atividades, em seguida se encontrava um vídeo de orientação para o trabalho final do curso, adicionado posteriormente conforme o prazo de entrega se aproximava. Assim, uma vez inseridas nesse campo possivelmente novo, ao mesmo tempo que bastante intuitivo, as cursistas do TFL puderam explorar tópicos, janelas, fóruns e links incorporados ao curso.

Nesse momento, três fóruns já se encontravam, propositalmente, abertos e permaneceriam assim durante todo o processo, visando a participação e integração de todas: 1) “Avisos”: onde eram postados comunicados sobre o curso e conteúdos afins; 2) “Fórum Livre – Eventos, Notícias, Poemas, Inquietações”: espaço livre voltado para divulgação de atividades, compartilhamento de sentimentos e o que surgisse; 3) “Fórum de Diálogo com a Equipe de Coordenação do Curso”: este foi pensado como espaço de diálogo diretamente com a equipe de coordenação para sanar dúvidas, sugestões, críticas, dentre outras. Para inserir um comentário em qualquer um desses fóruns bastava criar um novo tópico informando o título da mensagem ou até mesmo comentando em tópicos já previamente criados seja pela equipe do curso ou por outras cursistas.

Ainda na página inicial, era possível encontrar a música tema de abertura das vídeo-aulas, Debut de Ariane Moffatt, com a letra na íntegra em Francês; um fórum denominado “Biblioteca Lésbica” que foi alimentado com textos mencionados nas vídeo-aulas ou até mesmo nos fóruns de discussão online, mas que não faziam parte do cronograma; o arquivo contendo o “Programa do Curso” com os objetivos, metodologia, carga horária, métodos de avaliação, cronograma e todas as informações referentes à ementa, bem como a bibliografia utilizada; um tópico com as listas de presença semanais onde era possível acompanhar número de faltas de cada cursista nos fóruns.

Ainda, desde o início do curso, na página inicial constava as orientações para o trabalho final a ser entregue para conclusão e aquisição de certificado. Além das orientações, foi compartilhado dois modelos de ensaios biográficos e uma nota de destaque para que fossem respeitadas as políticas de prevenção à COVID-19, lembrando que o curso aconteceu durante um período de *boom* da pandemia e

medidas de proteção eram obrigatórias. Abaixo, um podcast de como utilizar a ferramenta do MORE – Mecanismo Online de Referências da Universidade de Santa Catarina que auxilia na construção de referências bibliográficas para textos acadêmicos.

Por fim, a página inicial trazia uma aba de apresentação do curso com um vídeo de acolhimento com o professor Felipe Fernandes, Bárbara Alves e Raíssa Lé, representando a equipe pedagógica, dando as boas vindas às cursistas, nos apresentando e compartilhando nossas expectativas. Nesse vídeo também foi explicado como se desenvolveria o TFL, o que era esperado do trabalho final solicitado e falando brevemente sobre as vídeo-aulas que teriam início com a abertura do curso.

A metodologia de ensino foi repetidamente explicada e detalhada, seja anexada e/ou escrita nos fóruns, seja verbalizada no vídeo de apresentação, seja mencionada durante os fóruns de discussões online. Uma vez que a compreensão do funcionamento metodológico e seus aspectos pedagógicos são fundamentais para a permanência no curso (BRANCO, CONTE, HABOWSKI, 2020).

Antes do início oficial do TFL, previsto para o dia 03 de agosto de 2020, um primeiro fórum de atividade “Vamos nos conhecer? Apresente-se aqui!”, foi aberto propondo uma dinâmica de apresentação chamada de “Bazar”. A dinâmica consistia numa lista de imagens variadas (objetos, comida e animais) dispostas na tela e as cursistas precisariam escolher uma imagem para se apresentar fazendo alusão a uma característica sua. O pedido era que evitassem escolher imagens repetidas, de modo a aguçar também a criatividade.

As respostas ao fórum chegaram timidamente (ver tabela em APÊNDICE C), e sempre comentadas pela equipe de coordenação. De acordo com Lilian Soares Alves Branco, Elaine Conte e Adilson Cristiano Habowski (2020), a taxa média de evasão de cursos EAD é de aproximadamente 27%, destes 85% evadem ainda no início. Como estratégia para evitar que isso acontecesse, fomos orientadas a buscar sempre uma interação com as cursistas quando se manifestassem nos fóruns, já que a ausência de interação humana direta e a mediação das tecnologias digitais são alguns aspectos colaboradores da decisão de evasão (BRANCO, CONTE, HABOWSKI, 2020).

Nessa apresentação, deu-se início a uma ambientação para quem chegava no curso e foi observado que intuitivamente as/os cursistas começaram a interagir umas/uns com as/os outras/os. As apresentações acabaram seguindo um padrão,

ainda que não tenha sido acordado ou mesmo sugerido como deveria acontecer. No entanto, as/os cursistas se apresentavam a partir de seus nomes, seus marcadores sociais (ex: negra, lésbica, bissexual, não-binária, etc), de onde vinham (cidade, departamento, universidade, profissão), o porquê de se interessarem pelo tema, juntamente com suas expectativas sobre o curso, escolha e justificativa da imagem da dinâmica. Algumas respostas interessantes começaram a surgir a partir daí.

Com 57 apresentações, incluindo integrantes da equipe de coordenação, um primeiro ponto a ser percebido foi uma maioria de pessoas utilizando o marcador “mulher” para se identificar, ficando atrás somente de “lésbica/sapatão”. Desse modo, percebemos que as análises de gênero estão presentes ao ser posto a história das mulheres dentro da história lésbica.

Nessa perspectiva das cursistas que se apresentaram como tal, as lésbicas seriam sim mulheres e trariam fortemente consigo outros marcadores de autoafirmação como classe, raça, território, etc, sem apresentar uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas passível de ser transformada de modo contínuo nas relações e a depender de como sejam interpeladas nos sistemas culturais (HALL, 2006). Por conta dessa significativa maioria de pessoas se reivindicando enquanto “mulher”, utilizarei a partir daqui o feminino para me referir às cursistas.

Um outro marcador frequentemente mencionado foi “negra/o”, demarcando aspectos de raça das cursistas, mesmo não sendo maioria. Aliás, não é possível afirmar tratar-se ou não de maioria uma vez que o marcador “branca/o” aparece timidamente, sendo mencionado apenas duas vezes. Essa ausência nos possibilita pensar que a branquitude não se vê racializada ao falar de si.

Como já diria Grada Kilomba (2016) “uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa”, bastante conhecida, essa frase nos mostra o olhar da branquitude sobre si, como um sujeito universal e que, portanto, não precisa ter seu lugar demarcado ao apresentar-se, pressupondo sua fala a partir de um lugar neutro. Algo bastante semelhante ocorreu com a categoria da cisgeneridade.

Ainda sobre as identidades referidas em suas apresentações, algumas cursistas revelaram-se “mães” e “pais”, utilizando categorias de maternidade e paternidade para se localizarem socialmente. É interessante pensar na maternidade enquanto construtora de identidade social, além de, desmistificar a impossibilidade da maternidade para sujeitas lésbicas.

Titulações acadêmicas e profissões também emergiram como facilitadores do processo de apresentação do eu. Com isso, a maioria das cursistas vieram de ou estão em contexto acadêmico e buscaram o curso com intuito de ampliar seus referenciais teóricos para contribuir em suas pesquisas. Importante lembrar que o TFL teve como público alvo estudantes de graduação.

Portanto, em muitas apresentações foi possível observar uma queixa da ausência do tema sobre lesbianidades na academia de variados cursos e universidades. Outro motivo mencionado mobilizador do interesse das cursistas em se inscreverem no TFL foi visando contribuições pessoais, seja um autoconhecimento, no sentido de compreender melhor processos pessoais de “saída do armário”, relações familiares transpassadas pela sexualidade, violências e relações amorosas.

Essa justificativa também transpareceu nas escolhas dos objetos da dinâmica sugerida. Através de metáforas, os objetos eram relacionados com amor próprio, descoberta de si, auto percepção, liberdade, identidade, ampliação de olhares, caminhos a serem trilhados, conhecimento, alçar vôos, resistência, ancestralidade, pacto de convivência, pertencimento, compromisso, história, dentre outros.

Muitas dessas explicações traziam consigo o compartilhamento de histórias de vida das cursistas, e é interessante de observar o início da construção de um vínculo com o grupo, o que requer confiança e sensação de acolhimento. Nesse sentido, é possível dizer que o curso teve um início sólido, vencendo uma barreira significativa de propostas EAD sobre os desafios de vinculação devido a mediação das tecnologias virtuais (BRANCO, CONTE HABOWSKI, 2020).

A partir desse primeiro momento de interação, nas apresentações, já foi possível observar as expectativas que iam sendo criadas, algumas que seriam frustradas e outras, no entanto, concretizadas. De acordo com Branco, Conte e Habowski (2020), a evasão não necessariamente se trata de um fracasso do curso oferecido, mas pode também demonstrar um amadurecimento emocional e intelectual da cursista, optando pela não permanência uma vez que não lhe contempla e, com isso, não alcançaria a meta proposta objetivada pelo curso.

Um último tópico de observação a partir das apresentações foi referente às localidades de onde as cursistas residiam enquanto cursavam o TFL. Diferentes estados, cidades e universidades puderam dialogar durante pouco mais de quatro meses trazendo novas perspectivas e compartilhando saberes culturais e bagagens teóricas diversas para dentro de um curso. Nesse sentido, só se fez viável essa troca

devido à possibilidade de uma metodologia à distância para um curso integralmente remoto.

4.1.2. Os Fóruns de Discussão Online

Para Vera Lúcia Santos e Cleide Jane Costa (2015), os Fóruns de Discussão Online (FDO) possuem um aspecto facilitador do Ensino à Distância devido ao seu caráter assíncrono, permitindo uma organização pessoal e individual dentro dos prazos estipulados em cada fórum para o cumprimento das atividades propostas tornando-o assim mais acessível e flexível.

Além disso, os FDO's também possibilitam uma sociabilidade virtual, isto é, promove a interação de cursistas e a identificação delas através de um perfil criado podendo conter fotos ou não. Assim, rompe as barreiras geográficas, construindo um campo de estudos digital que transborda as fronteiras estaduais (SANTOS; COSTA, 2015). No caso do TFL os FDO's deram suporte para as atividades propostas após as vídeo-aulas e textos disponibilizados, desse modo, cada uma das dezoito vídeo-aulas possuiu um FDO para ser debatido o seu tema.

As vídeo-aulas foram construídas sob um template pré-confeccionado em formato 1920x1080, ideal para a plataforma do *Youtube* onde os vídeos foram feitos o *upgrade* e anexados à plataforma do Moodle contendo a logomarca do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD). Os vídeos seguiam um padrão de telas, iniciando com um template de fundo roxo e com a identidade visual do BEGD e o nome logo embaixo, ambos entrando com uma animação de texto.

A tela seguinte apresentava fundo branco, com a entrada do nome do TFL escrito por extenso sob efeito de animação de revelação, abaixo em fonte menor continha "Semestre Suplementar da UFBA 2020" e, mais abaixo, o nome do professor à frente do curso, todo o texto entrava em tela com animação. Só após a aparição dos textos a identidade visual do curso era revelada acima e se desfragmentava em seguida anunciando o número da aula que se iniciava em cor rosa, bem como seu tema, em texto roxo centralizado na tela, e abaixo dele o nome da professora a administrar a aula, também em cor rosa.

O modo de apresentação da aula era em formato descontraído, de conversa, com o professor Felipe Fernandes apresentando a professora convidada e introduzindo o tema e abrindo com perguntas para que a docente pudesse iniciar sua fala. Duas vídeo-aulas, no entanto, diferiram desse formato: a aula número oito, sobre

Maternidades Lésbicas, que contou com a presença de Raíssa Lé; e a aula número 15, sobre Feminismo Lésbico, com a presença de Bárbara Alves. Em ambas, as integrantes convidadas puderam fazer perguntas às professoras, dinamizando um pouco mais o bate papo.

Ao lado direito da tela, em um retângulo menor do que o formato do vídeo, apareciam os intérpretes de libras, estes estiveram presentes até a aula 09, mas devido a imensa demanda pela equipe do NAPE, não foi possível contar com a tradução de libras durante todo o curso.

A partir de então foi inserida legendas nos vídeos para facilitar o acesso das cursistas surdas às vídeo-aulas, foram apresentadas na cor branca com sombra preta, de modo a dar destaque para leitura. As legendas eram configuradas no próprio *Youtube*, após a transcrição de cada aula, atividade que demandava bastante tempo e atenção para construção. O trabalho foi não apenas reconhecido como bastante satisfatório, como pode ser visto na fala de uma cursista.

Primeiro quero agradecer a esta oportunidade de trabalhar em parceria com o diversilibras e ter intérpretes e legendas, sei que é um trabalho longo mas qualificado, muito obrigada a equipe e a este curso e quando tiver mais outros futuramente, irei recomendar aos meus amigos da Bahia, para poderem estudar porque a gente aprende muito na inclusão. Emocionada em conseguir acompanhar muita visibilidade para a comunidade surda (L.S.F).

Ainda somando com a identidade visual do TFL, foi escolhida a música de Ariane Moffat – Debut para abrir as vídeo-aulas e perdurar como música de fundo durante todo o vídeo, criando uma identidade ainda mais consolidada do curso. Assim, com templates pré-elaborados, cores de texto pré-definidas e trilha sonora selecionada, a edição das aulas foi facilitada por seguir sempre um mesmo modelo, precisando somente adequá-lo para cada temática.

Desse modo, ao longo do curso, foi possível observar a partir da participação das cursistas três dimensões que irei analisar a seguir: a dimensão afetiva, política e pedagógica. Compreendendo, também, que essa diferenciação está sendo feita para fins didáticos pois se entrecruzam e transbordam umas nas outras.

4.2. Dimensão Política

“O que é uma lésbica? Uma lésbica é a fúria de todas as mulheres condensada até ao ponto de explosão.”
(RADICALESBIANS, 1970)

O curso deu início aos FDO's já lançando alguns questionamentos: o que é lésbica? O que é lesbianidade? O que é o pensamento lésbico? Foram perguntas que acompanharam toda a atividade de extensão. As respostas vieram de diversos os lugares: a partir de teorizações, de (con)vivências, de observações e posicionamentos políticos, e nesse momento foi possível perceber a heterogeneidade da turma pois enquanto algumas cursistas chegavam para um primeiro encontro com as teorias e autoras lésbicas, outras demonstravam um nível de aprofundamento e bagagem teórica mais densa.

Um dos principais pontos de discussão foi sobre a lesbianidade estar associada à afetividade e relações sexuais entre mulheres ou se poderia ser compreendida como um posicionamento político frente ao mundo, como pontua a seguinte cursista:

Quando falamos de lesbianidades, estamos falando de um ser e estar no mundo que fragiliza/ameaça essa ideia [da mulher em posição de inferioridade], colocando-a em um espaço de questionamentos. Então é impossível falarmos do que é ser lésbica apenas como orientação sexual, visto que além de relacionamentos com outras mulheres, há aí também os impactos de ocupar um lugar que não se espera/se permite de uma mulher. (D.S.C.)

No entanto, se apenas a orientação sexual não define a lesbianidade, ela parece imprescindível de ser tangenciada para que esse modo de ser e estar no mundo seja nomeado, é o que traz a cursista a seguir, ao afirmar que a ruptura com o patriarcado é também romper com um *status quo* dominante e coercitivo das estruturas sociais que tentam nos controlar o corpo e a sexualidade.

Porque, em minha concepção, claro que ser lésbica política vai além da orientação sexual, mas para ser lésbica, parte de um lugar que entendo como fundamental, que é se relacionar de forma afetivo e sexual com outras mulheres. Compreendo que é aí que está a potência da lesbianidade. Ela se torna uma afronta as estruturas opressoras machistas, patriarcal, heterossexual, racista (pensando as negras lésbicas que vem reivindicando suas necessidades pensando raça) entre outras, quando tira o homem do centro, e pra mim isso inclui as relações afetivo sexuais que alimentamos [...]. Particularmente, é a partir da relação entre vivência e teoria que penso meu corpo lésbico negro enquanto político. (E.B.S.)

Nesse embate, podemos pensar à luz das autoras Adrienne Rich e Gayle Rubin, ao discordarem das definições acerca da lesbianidade. Se a primeira pensadora resgata no feminismo lésbico uma aliança política, social, econômica, afetivo entre mulheres, criando um laço não natural, mas voluntário entre elas (2010), a segunda pensadora questiona a dessexualização das lésbicas a partir dessa

premissa, bem como o privilegiamento de mulheres heterossexuais “parceiras” em detrimento de lésbicas que não expressam feminilidade. Para Rubin (2003), a lesbianidade não deve ser afastada do âmbito sexual e a cursista a seguir corrobora com a autora:

[...] eu acredito que as mulheres heterossexuais se beneficiem de alguma maneira dessa heterossexualidade [...] vejo um apagamento das identidades lésbicas quando mulheres heterossexuais, que se beneficiam dos (poucos) privilégios da heteronormatividade, passam a assumir uma identidade lésbica. É como se mesmo diante dos privilégios houvesse ainda uma necessidade de falar a partir de uma identidade política que não atravessa a própria vida (A.M.S.).

A lesbianidade, portanto, perpassa uma vivência sexual, mas também exige um posicionamento de mundo já que desafia, *per si*, lógicas hegemônicas e coercitivas de sexo, afeto, e existência, transgredindo normas heterossexuais e patriarcais. Outra autora também mencionada nessa discussão foi a Monique Wittig [1992]/(2022), trazendo a centralidade do sistema na heterossexualidade, e, portanto, a marginalização das lésbicas.

Para além da identidade, penso que afirmar para si uma categoria como “lésbica” é também afirmar uma atitude para com o mundo, sendo que neste caso concordo com o pensamento de Wittig ao perceber que as implicações de se assumir dessa forma é também se assumir marginal em relação ao sistema patriarcal (J.M.K.N.).

Ainda nas problematizações de Wittig (2022), a autora considera “homem” e “mulher” como classes políticas, sendo assim, a lésbica não é uma mulher no âmbito econômico, político ou ideológico, e, por isso, sua frase tão conhecida, afirmando que, nesse sentido, as lésbicas não seriam mulheres. Essa afirmação, apareceu timidamente em algumas falas de cursistas, como nesse caso a seguir em que inicialmente é colocada a categoria “mulher” como eixo estruturante para a identidade lésbica, mas logo em seguida a categoria parece não dar conta e a lesbianidade transborda seus significados.

A autoafirmação enquanto estar lésbica é, em si, um ato político, não apenas de duas mulheres mantendo relações afetivossexuais entre si. [...] consegue abranger diversas nuances da esfera LGBTQIA+ e conversar com questões não apenas de gênero, mas também sexual, racial e identitária. A autoidentificação enquanto lésbica é não somente feminista, mas revolucionária e a própria palavra carrega em si dois significados intrínsecos. O primeiro deles é mulher, porque para estar lésbica você precisa compreender-se mulher em primeiro lugar [...] Em segundo lugar você afirma que está para além de ser mulher, que pode estar em qualquer lugar em qualquer um desses eixos, fazendo tantas combinações deles quanto possível (M. D. R. B.).

Um outro ponto de discussão levantado, ainda sobre as discussões acerca das definições de lesbianidade foi caracterizá-la em contraponto à homossexualidade masculina, fazendo uma dissociação de ambas. Sobre isso, Jules Falquet (2013) vai mais além, assume o termo “lésbica” como um afastamento da homossexualidade feminina, isto se dá porque compreende que a homossexualidade se refere a um conjunto de práticas afetivas, amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, práticas individuais.

O termo “lésbica”, por outro lado, seria compreendido, pela autora, como uma identidade coletiva e política, ampliando seu significado e politizando sua prática, afirmando que “a palavra lésbica se refere a um lesbianismo político, que se plantea como uma crítica em atos e um questionamento teórico ao sistema heterossexual de organização social” (FALQUET, 2013, p.8). Assim, podemos vislumbrar uma separação entre lesbianidade e homossexualidade feminina.

Pensando conjuntamente com a autora feminista guatemalteca, Doroteia Grijalva (2020), ela reivindica seu lesbianismo por uma escolha política e não por uma “orientação sexual”, pois isso retiraria sua agência sobre o próprio corpo. É nesse sentido, do entendimento do corpo, suas limitações, narrativas e expressões, que emerge uma nova problematização nas discussões dos termos “lésbica” e “sapatão, sobre o quais uma cursista expôs seu desconforto com o segundo:

Eu particularmente não gosto do termo sapatão porque remete e remeterá a um lugar de misoginia, do feio, do grotesco. Eu não me identifico como sapatão, e sim como uma mulher que ama outra mulher, seja ela pobre, preta, rica, branca, índia ou outra categoria. Acho que apesar de tbm não gostar do termo lésbica, considero um termo mais respeitoso (G.L).

Ao expor sua opinião, uma outra cursista contra argumenta sobre a escolha do termo, sua ressignificação e importância política:

Eu acho que a questão da autoidentificação é muito particular. Por outro lado, ver que outras lésbicas ainda associam sapatão ao "grotesco", "feio", "pobre", é o que reafirma toda a luta colocada, principalmente pelas pretas não femininas pelo uso do termo sapatão (L.A.).

Assim, a discussão adentra as questões de classe social e raça ao ser associada a aspectos que categorizam o termo “sapatão”, de acordo com as cursistas. A autora Tanya L. Saunders (2017), ao recordar em seu ensaio o caso de Luana

Barbosa²⁰ e afirmar que ela não foi reconhecida como “humana” pelos agentes do Estado - e, portanto, não digna de vida -, diz também que ela não teve o direito de se auto identificar ao ser revistada , pois:

A polícia não parou e perguntou como ela se identificava antes de decidirem assassiná-la. Essa política de poder ser tratada como um sujeito que tem alguma influência na sua autodefinição e no seu destino requer a capacidade de ser reconhecida como tendo uma subjetividade, de ser primeiro reconhecida como estando dentro do reino do humano (SAUNDERS, 2017, p. 115).

O argumento da autora é de que, por ser lésbica/sapatão, mulher, periférica e negra, Luana se afastaria do que a colonialidade compreende como “ser-humano”, já que o afastamento do sujeito homem, branco, hétero, seria também o afastamento do ideal de humanidade. Nesse sentido, o corpo parece narrar um posicionamento de mundo que tange a esfera da sexualidade.

É adentrando o universo das corporalidades que as discussões nos FDO's debatem a colonialidade, posicionando o corpo lésbico como afronta à centralidade do homem nos ajudando a localizar esse corpo político em espaços de poder, do saber, e do existir, e, sobre este último, abrindo espaços para outras epistemologias, como propõe Saunders (2017, p. 115) com o que chama de epistemologia sapatão negra objetivando:

“minar o homem como o vetor central da determinação humana –ou seja, como ela pode ser uma ruptura em que podemos desafiar quem e ou que é um humano, como um processo central ao se pensar e lutar por liberação.”

Corroborando com a autora, a cursista a seguir pontua a ruptura dos espaços do conhecimento, tal como a universidade, a partir da presença desses corpos.

[sobre o corpo-político] me ajuda a localizar meu corpo dentro de um espaço acadêmico embranquecido, heterocispatriarcal e classista que é a universidade (...)Tenho discutido com um grupo de colegas da pós-graduação o quanto a gente necessita urgentemente pautar os lugares de onde falamos em nossas pesquisas, localizar esse corpo político na academia que sempre estuda o outro (...) (L.A).

Nesse movimento, pensar a descolonização do corpo se faz de modo quase automático, e as vias de libertação da imposição colonial é através do que algumas cursistas compreendem o corpo-político:

²⁰ Mulher, negra, lésbica, de 34 anos, espancada e assassinada durante uma revista policial na frente de seu filho. Caso aconteceu em 2016. Ver mais em: <https://diplomatie.org.br/o-que-faz-o-caso-luana-barbosa-tao-assustador/>

como uma grande e complexa metáfora do que significa existir, ou seja, descolonizar – cujo processo é desbravado nas relações de luta travadas, inevitavelmente, em todos os níveis da experiência, de etnia, de gênero, de religião, de espírito. Libertar o corpo, nesse sentido, afirmar a própria e plena existência faz ruir as construções mais basilares do domínio patriarcal (I.V.).

Assim, o corpo lésbico traz consigo o confronto também pela via da sexualidade, desafiando normativas heterossexuais ao reivindicar sua existência e visibilidade, como afirma a cursista: “a lesbianidade é também uma fratura na colonialidade porque enquanto corpo já invisibilizado, confrontar o patriarcado através da sexualidade de forma consciente e política é uma revolução.” (A.D.S.D.). Já diria Cheryl Clarke (1988, p. 99): “a lesbiana descolonizou o seu corpo”

Ainda pensando à luz do corpo e da corporalidade, uma das discussões levantadas pelos FDO's abordavam corpos com deficiência. De acordo com a professora Anahí Guedes de Mello (2020), um dos principais debates do campo da deficiência é desassociar a deficiência da patologia, pois, ainda de acordo com a autora, as pessoas com deficiência são vistas como cidadãos de menos valor, incapazes de gerir a vida civil.

Essa afirmação precede a interpretação da invisibilidade da sexualidade de pessoas com deficiência, anulando a vida sexual desses sujeitos. E é, portanto, através da Teoria Aleijada²¹ que a autora vislumbra a desconstrução do sexo, gênero, deficiência e corpo, além de questionar a heterossexualidade como representação da “norma do corpo capaz”.

Nesse sentido,

O corpo lésbico foge também da ideia do corpo normatizado pelo fato de exercer nele formas não convencionais de ser e de estar no mundo patriarcal e heterossexual. A luta feminista, ao interseccionalizar a lesbianidade com outros marcadores de opressão, precisa quebrar barreiras já que, mais do que simplesmente incluir, é preciso se reformular e transformar a luta ao compreender questões como a das deficiências enquanto uma das múltiplas determinações que atravessam as trajetórias das mulheres. (P.A.).

O que a cursista nos mostra é que a luta lésbica precisa garantir também a visibilidade dos corpos deficias, compreendendo que esses corpos são sexualizados

²¹ Teoria Crip ou teoria *aleijada* (como utilizada por Anahí Guedes), em português, faz referência à Teoria Queer no seu uso propositalmente agressivo para propor uma análise da compulsoriedade imposta aos corpos, juntamente com a o patriarcado e a heterossexualidade compulsória, como via de opressão. Desse modo *aleijar* refere-se a deformar no sentido de descolonizar o pensamento feminista e queer. (MELLO, 2019).

no que diz respeito ao sentir, ao atrair e ser atraído, ao fantasiar, enfim, a vivência plena de seus desejos sexuais. E a garantia da expressão de suas sexualidades abre espaços para mais vozes lésbicas.

A infantilização de pessoas com deficiência leva a um apagamento perverso de umas das formas mais comuns e espontâneas da expressão humana: o ser sexual. (...) o desejo do movimento LBTTQI+ de se afastar da deficiência por ainda vê-la como uma patologia, pode ser uma barreira categórica para lésbicas com deficiência pautarem suas vozes nesses espaços (L.L.).

A infantilização, inclusive, parece ser ferramenta de invisibilização para alguns sujeitos, como é também o caso do sujeito idoso, mencionado na discussão acerca da morte de Mãe Stella de Oxossi em que foi debatido, através dos fóruns, os limites violentos entre o apagamento da sua sexualidade e a intolerância religiosa sofrida por ela. Uma cursista chegou a afirmar que esse conflito foi potencializado pela cultura heterossexual em conjunto com a infantilização do idoso.

O caso mencionado também nos permite pensar na condução das mídias para a invisibilidade lésbica e o modo como acontecimentos como esse são noticiados, principalmente nas mídias tradicionais.

Enquanto as lésbicas estão sendo representadas na mídia tradicional como brancas, magras e femininas, as lésbicas que se situam no polo oposto compõem o grupo com maior risco de lesbocídio. As lésbicas negras não-femininas são aquelas que sofrem maior violência. E, ainda assim, suas mortes não aparecem na mídia. Elas sofrem, portanto, uma morte dupla, uma dupla invisibilização (D.S).

A invisibilidade lésbica é um tema caro em todos os âmbitos da lesbianidade, da família ao Estado, da saída do armário à entrada no mercado de trabalho, do público ao privado – e vice-versa. Na mídia, nas universidades, nos espaços de socialização e de lazer. A invisibilidade enquanto violência subjetiva, aniquila a existência do que não está no visível, e traz consequências em diversas esferas da vida, de adoecimento mental à ausência de direitos garantidos por políticas públicas. É o que pontua a cursista a seguir:

Acredito no diálogo, mas também me encontro cansada, encontro outras mulheres lésbicas muito cansadas. Há muito silenciamento, muito apagamento e acho que no fim das contas a gente tenta é cuidar da nossa saúde mental e sobra pouco pra investir em outras pessoas que não estão abertas a nos ouvir. É aí que entra o privilégio, né? De quem tem, poder lutar por aquelas que não tem, porque nossa saúde mental está ruindo. E as políticas públicas entram nisso também, né? Pra nos garantir saúde (A.B.O.).

O cansaço mencionado já denuncia uma exaustão que vem de décadas de uma luta concomitante com o movimento LGBT. Como pontua a professora Salete Maria (2020), trazendo do crime de sodomia ao Brasil Sem Homofobia, ao pensar numa retrospectiva do Poder Executivo frente aos direitos LGBT's no Brasil afirmando que as mudanças têm sido demasiadamente lentas do ponto de vista antropológico e sociológico.

O que se tem visto é mencionado pela autora Bruna Irineu (2020) enquanto “cidadania de consolação”, como uma cidadania pela metade, que serviria de consolo para nos contentarmos com um mínimo oferecido pelo Estado.

Eu compreendo que nossa participação política é urgente, e de importância imensurável, apesar de estarmos vivendo um desmonte de direitos e em um contexto político desfavorável tenho em vista que estamos em constante guerra por direitos, disputando espaços de poder (...) é uma guerra pela existência, pelos direitos à vida, à cultura, à saúde, entre tantos outros, foi uma analogia que me ajudou a elaborar sobre a cidadania de consolação lésbica, por essa apropriação e apagamento perante a luta e garantia de políticas públicas, por uma existência plena. (A.D.S.D.).

De acordo com Salete Maria (2020), as lésbicas necessitam de políticas públicas universais (educação, saúde, trabalho), políticas públicas focais (ações afirmativas, políticas de inclusão, de geração de emprego e renda) e políticas culturais que envolve a produção da cultura por mulheres lésbicas. Podemos pensar novamente no papel das mídias na criação de uma autoestima positiva para lésbicas, através da representatividade em filmes, séries, novelas, ou seja, em espaços de entretenimento e cultura.

Considero muito importante o aumento da representatividade lésbica na mídia tradicional. Acho importante retratar as lésbicas como felizes, livres, empoderadas, sujeitas de sua sexualidade. Mas ainda é preciso avançar muito mais: é preciso que as lésbicas sejam representadas em sua diversidade própria: femininas e masculinas, negras e brancas, gordas e magras, jovens e terceira idade, deficientes ou não, com todos os corpos possíveis (D.S.).

Uma representatividade positiva possibilita a construção de uma autoestima também positiva e manutenção de bem-estar, ver-se como espelho em espaços variados abre possibilidades de existência. Os direitos LGBT's enquanto política de governo, e não como política de Estado, no entanto nos deixa alertas e vigilantes, como nos últimos seis anos em que assistimos aos diversos desmontes de políticas

públicas que nos garantiam um mínimo de dignidade e consolo. Nesse sentido, uma cursista coloca:

fiquei pensando bastante foi sobre a questão de "sair do armário". Não me lembro se já falei sobre isso anteriormente no curso, mas sair do armário é uma constante em nossas vidas. (...) me parece que as pessoas pensam que a gente sai do armário uma vez e pronto, tudo resolvido. Mas a gente tem que escolher sair ou não do armário todos os dias, andando na rua, quando vamos começar um trabalho novo, quando conhecemos pessoas novas, quando frequentamos lugares diferentes, enfim. E me parece um paralelo possível com essa questão dos Conselhos. Sendo políticas de governo e não de Estado, a gente fica dependente de quem vai nos querer fora e quem vai nos querer dentro dos armários. (L.A.).

Para Eve Kosofsky Sedgwick (2007) a saída do armário é uma ação constante e não pontual, sempre haverá algum novo “armário” seja no local de trabalho, para alguém da família, em um grupo de amigos, e ao mesmo tempo que é proibida também é compulsória. O “armário” levanta a discussão entre público e privado, considerando que o privado não é dentro da família pois lá também não há aceitação, o privado é, então, o armário. Como disse uma cursista: “uma estrutura de opressão sutil e sofisticada” (L.S.B.).

Ainda corroborando com Sedgwick (2007), a saída do armário é uma exposição, ao mesmo tempo, compulsória e proibida. Compulsória porque a todo momento tentam nos empurrar para fora dele, e proibida pelas retaliações que o “assumir-se” implica. A discussão sobre público e privado é levantada como o que deve ser mantido para si e o que pode ser exposto. A família, portanto, assume um papel importante nesse processo e pode ser um primeiro agente causador de violência. É o que afirma a cursista a seguir ao falar do estupro corretivo como medida de “correção” da lesbianidade:

o estupro corretivo seria um grande exemplo como tentativa de curar as mulheres lésbicas, considero nitidamente como uma tentativa de apagamento a identidade lésbica, nos meus estudos sobre violência intrafamiliar voltada a mulher lésbica, entendo que é na a família onde vivemos o nosso primeiro relacionamento abusivo mesmo que venha muitas das vezes de uma maneira muito mais sutil, costumo perguntar o seguinte: Quantas vezes colocam a gente em lugares que não nos pertencem de verdade, só porque é assim que tem que ser? (L.S.B.).

Portanto, as imposições de saída do armário a qualquer custo, além de violento, também pode colocar o sujeito em situação de vulnerabilidade social, por isso, é possível, em certas situações e em determinados momentos, a escolha pela “volta ao

armário”, sendo este um dispositivo de regulação da vida de pessoas LGBT’s (SEDGWICK, 2012).

A sexualidade não necessariamente estará explícita, é preciso ser anunciada, ao mesmo passo que a coloca num lugar do “se parece ser, então é”. Portanto, o armário também oferece proteção, e o silêncio acerca da sua própria sexualidade, de acordo com Fátima Lima (2020), pode ser agência. Enunciar exige um contexto que possibilite que se enuncie.

Tratar das relações familiares é um tópico sensível, principalmente para pessoas LGBT’s, o que fica evidente em diversos relatos de violências, agressões e constrangimentos, nos fóruns. Sobre a aceitação da família acerca de um membro LGBT, Kate Weston (2012, p.78) afirma: “declarar-se homossexual a um familiar biológico coloca à prova o amor incondicional”. Tal incondicionalidade muito bem condicionada, por vezes, a diversas expectativas e projeções.

É complicado tratar disso pois desde sempre aprendemos que a família é a coisa mais importante que temos e que devemos zelar e amar incondicionalmente. Me pergunto como alguém simplesmente exclui um filho que diz amar tanto SOMENTE por sua sexualidade a padrão. Isso é amor? Que tipo de amor é esse? (B.A.C.).

Mas a família também é pensada, por muitas pessoas LGBT’s, como construção de um novo núcleo com outras configurações, fugindo do ideal de “família tradicional brasileira”. O desejo da maternidade atravessa muitas vivências lésbicas, e esse foi a pergunta chave de pesquisa da autora e professora Anna Carolina Horstmann Amorim (2020) ao se questionar: “por que das mulheres desejam ser mães? Como se constitui o desejo de maternidade? ”, que deu origem à sua tese.

Quando chegamos à fase adulta sempre tem essas tensões e expectativas em torno da parentalidade. É claro que sobre nós mulheres há um peso maior em torno dessa demanda, expectativa e quase exigência da maternidade. (...) parece que a maternidade vem como uma “certificação” do ser mulher. (...) a expectativa de ter filhas tem ocupado um lugar também de “certificação” da conjugalidade “legítima”, da família “legítima” (P.C.A.S.).

A maternidade para mulheres heterossexuais aparece como uma imposição social, como algo que seria naturalmente esperado da mulher, no entanto, para mulheres lésbicas, essa expectativa parece não existir, como afirma a cursista a seguir:

Como feminista, às vezes a gente cai num posicionamento pessoal bem contrário a maternidade, e esse foi meu caso por algum tempo, era contrária à minha própria maternidade por pensar que se eu tivesse o desejo de ter filho eu estaria colaborando pra essa questão

compulsória e pra legitimação de que eu só seria completa ao procriar, além de toda a romantização do processo. Interessante como Anna traz essa tensão sobre o debate feminista da maternidade compulsória e como essa maternidade se caracteriza de forma distinta no contexto da lesboparentalidade, justamente pela falta desse caráter compulsório. (F.M.).

Essa discussão parece chegar com um certo peso nos FDO's, gerando reflexões acerca de parentalidade, maternidade e configurações familiares, abrindo novos horizontes de pensamentos.

Tenho me questionado muito sobre isso, principalmente por querer vivenciar a maternidade. Sempre me pergunto de onde vem esse desejo? Entendo que nossos desejos são construídos, mediados pelas nossas experiências cotidianas, subjetivas e sociais, essas experiências por sua vez estão atravessadas pelos construtos socioculturais que compõem a sociedade que compartilhamos, então é bem possível que meu desejo tenha sido acionado pelos padrões normativos de que a maternidade é minha função enquanto mulher cis, mas também é possível que esse desejo tenha surgido do amadurecimento afetivo da relação lésbica que tenho construído (...) por estarmos em um mundo dado não significa que não possamos reconfigurá-lo. (...) o fato de se estar gestando e maternando entre mulheres em si já é transgressor, ele atesta que o modelo unívoco de família nuclear é um engodo. Já que, nosso sexo não tem a função reprodutiva, assim como disse a professora Anna, a reprodução é de fato uma escolha (A.C.).

A parentalidade lésbica nos permite pensar, também, outras configurações de maternidade. De acordo com Amorim (2020), as crianças nascem de projetos comuns do casal. Diferente do que acontece com casais heterossexuais de “acidentes” ou gravidez não planejada. Já na maternidade lésbica (e homossexuais também) é necessário um planejamento pelo alto custo dos procedimentos e técnicas, mas que costuma ser também uma discussão sobre o futuro da relação, uma consolidação desse relacionamento estável. A partir daí surgem as possibilidades dessa maternidade: doação de sêmen? Um amigo “empresta”? Adoção? Fertilização do óvulo de uma mãe e gestação pela outra mãe? Mas não se deve perder de vista que a maternidade não pode ser resumida a isso, como nos alerta a cursista abaixo:

A maternidade não se resume em gerar filhos e constituir famílias. Podemos pensar em várias outras configurações de maternidade e problematizações que as mães lésbicas podem enfrentar, ou vivenciar. (...) Um deles é a “maternidade por adoção”; e outro a “maternidade compartilhada” (J.A.R.).

A discussão, no entanto, levantou algumas opiniões opostas, se por um lado a maternidade lésbica possibilitava o reconhecimento do Estado de novas famílias e

configurações familiares, por outro, esse enquadramento cooptava as lésbicas a se enquadrarem na homonormatividade, isto é, o enquadramento de casais lésbicos dentro da cultura e normas heterossexuais.

Para uma parte da militância, essa defesa da estrutura do casal levava ao risco de uma reprodução acrítica da heteronormatividade. No entanto, o que é interessante é que na pesquisa, como na fala da prof. Anna, se vê que a efetivação da maternidade biológica por esses casais de mulheres, muitas vezes é uma porta de entrada para a militância LGBT. (...) a própria maternidade por vezes leva esse casal, que antes procurava não se expor, a executar sua “saída do armário” para a sociedade em geral (L.B.).

A cursista levanta um ponto crucial da maternidade lésbica como facilitador da aproximação da militância lésbica. Sobre isso, Amorim (2020) traz que essas mães acabam criando redes com outras mães e costumam ser bem ativas politicamente nesses grupos seja fóruns, redes sociais, indicação de profissionais. O engajamento político dessas mulheres, após a maternidade lésbica é notório, e passam a participar ativamente na militância LGBT.

A partir da decisão da dupla maternidade o casal que socialmente era invisível, que tinha uma relação não reconhecida, agora se posiciona na esfera pública porque precisa, e algumas configurações passam a chamar atenção: duas mulheres criando uma criança, contar para a família e vizinhos, ir à escola. É sair do âmbito privado e adentrar o público, reivindicar visibilidade.

E um modo de se obter visibilidade é se colocar enquanto protagonista da própria história, com isso, uma das discussões emergentes no TFL foi sobre o pensamento lésbico e a existência de uma escrita lésbica, pois como diria Norma Mogrovejo (2000, p.27): “afirmamos que a história é documentada desde quando a escrita aparece, e enquanto as lésbicas não escreverem sobre si mesmas, seguirão vivendo sua própria pré-história”. Mas o que seria uma escrita lésbica?

A cursista L.A faz uma reflexão acerca do “pensamento lésbico”, afirmando “Mulheres heterossexuais, homens gays e hétero podem escrever sobre lésbicas? Certamente. Mas é um pensamento lésbico? Claramente que não. ”. Por outro lado, um indivíduo também não seria capaz de falar sobre todo um grupo ao ponto de sua fala representar um “pensamento”, seja lésbico, negro, LGBT, ou afins. É o que a cursista a seguir expõe:

(...) nem mesmo pessoas negras que escrevam sobre negros, ou LGBT que escrevam sobre LGBT, para citar as identidades que me atravessam, poderão ter seus textos considerados um pensamento

LGBT ou negro. Elas podem defender uma ideia, mas não constitui-se em pensamento generalizado, ao menos não se for desprovido de reflexão crítica e de um sentimento compartilhado pelo seu grupo. (...) pertencer a um grupo não dota ninguém de uma visão crítica da realidade, os marcadores por si só não operam milagres (I.L.S.T.).

Assim, podemos considerar que um “pensamento lésbico” não deve (ou até mesmo pode) ser construído somente por sujeitos que falam sobre, mas não a partir, da lesbianidade, bem como, a vivência lésbica enquanto uma fala desprovida de engajamento e reflexão também não dá conta de produzir um conhecimento plural e coletivo. Unir teoria e experimentações parece ser a receita mais próxima de um fazer engajado e consciente, como nos mostra a seguinte cursista:

(...) a minha escrita enquanto pesquisadora lésbica é uma escrita ativista que intersecciona ciência e política. É uma escrita híbrida que se faz em cumplicidade entre minha existência lésbica e meus estudos teóricos, eu falo a partir da lesbianidade, essa é uma das pilastras que sustentam o meu fazer como pesquisadora e as minhas reflexões sobre os fenômenos que me proponho a estudar (...) entendo que para o lugar de onde essa mulher escreve deve estar na encruzilhada da lesbianidade, do trabalho intelectual e do ativismo político.(...) A própria corpa lésbica dentro da academia, circulando nos espaços de produção epistemológicas, é uma escrita, é uma narrativa, é uma brecha. (A.C.).

Para a autora Andrea Lacombe essas brechas criadas a partir da presença lésbica na academia, proporcionam espaços de discussão sobre gênero e sexualidade e, portanto, novos modos de produzir conhecimento, indo de embate a um molde positivista como única vertente da construção do saber, em que o posicionamento político é acusado de “subjetivismo” (LACOMBE, 2015, p. 10).

Desse modo, e pensando à luz das autoras Zuleide Paiva Silva e Rosangela Janja Costa Araujo (2021), o pensamento lésbico é também uma política de visibilidade pois informa outros modos possíveis de experienciar o mundo, outros sentimentos e afetos, fora da esfera da heterossexualidade compulsória visibilizando a existência lésbica e confrontando a política do silêncio.

Para isso, como discutido também pelas cursistas, é que se faz necessário os grupos organizados, a militância e os movimentos lésbicos, reivindicando a visibilidade também na macro política, exigindo políticas públicas para garantia de direitos. É o que reconhece a seguinte cursista:

É a partir do envolvimento político que conseguimos nossas conquistas, e daí a importância da representação na esfera de governança. Não quero dizer que a micropolítica não tenha grande peso, como citado na aula é a dimensão que mais toma importância

nesse momento, mas que percebemos o retrocesso enorme quando “perdemos” parte dessa representação a nível de tomadas de decisões governamentais (L.M.).

Por isso, a organização lésbica e sua aproximação com movimentos sociais se torna necessário, ocupar o “público” transgredindo as limitações do “privado” é colocar o corpo político, as demandas e especificidades de um grupo social à luz, saindo da invisibilidade mas também denunciando na carência de políticas voltadas para esses sujeitos. Segundo a cursista:

São sujeitos potencialmente revolucionários não apenas no que concerne o conteúdo das políticas mas também, com a inserção dos seus corpos e mentes na política, a presença de mulheres lésbicas na práxis política pode fazer repensar as formas sociais essencialmente patriarcais do Estado (P.O.).

Com isso, foi pensado e debatido o futuro dos movimentos sociais, e a linguagem adotada a fim de ampliar o alcance e ressonância na sociedade, mas também para dialogar com as esferas de poder. Assim, outros modos de comunicação podem ser mais eficazes, inclusive, para envolver novos atores sociais nessas lutas, como por exemplo, o público jovem. O ativismo, portanto, foi mencionado como possível mediador:

A arte ativista provoca deslocamentos, tem a potencialidade de aproximar mundos através de linguagens diferentes, são tanto um mecanismo de transformação social quanto de expressão do diverso. O ativismo promove interações significativas, sejam presenciais ou virtuais, pois atuam sobre o sensível, através do exercício do compartilhamento (A.C.).

Os formatos devem ser repensados e atualizados, gerando novas possibilidades criativas de envolvimento político e criando possibilidades e visibilidades de formas de ser no mundo.

Não precisamos estar diretamente envolvidas com partidos políticos, movimentos sociais e outros tipos de grupos (...) apesar de reconhecer a importância disso, a aula evidenciou pra mim que nossas lutas podem ser feitas de diversas formas, com diferentes configurações do se agrupar e organizar politicamente (A.D. S.D.).

Assim, ocupar espaços, da rua à academia, quebra a invisibilidade lésbica, elucidando esses sujeitos políticos potentes e historicamente negligenciados. Possibilita outras vias de luta, produção de saberes e afetos, outras configurações familiares e outros norteadores de vida, expande a pluralidade da existência

diversificando o sentir, o relacionar-se com o outro, o ser e estar. Legitima a existência lésbica como sujeitas integrais e não anexas à homossexualidade masculina, com suas demandas e lutas particulares. Se uma lésbica é a raiva condensada até um ponto de explosão, então que essas fagulhas incendeiem, no sentido de impulsionar, novas construções políticas, teóricas, e afetivas de mundo.

4.3. Dimensão Pedagógica

O curso TFL, como já dito anteriormente, trouxe um primeiro contato sobre o pensamento lésbico para muitas cursistas, além de debater temas e conceitos que passam a fazer parte do vocabulário delas. É a partir dessa aquisição de conhecimento que nomeio de “dimensão pedagógica” a observação de novos aprendizados, produção de conhecimento e a menção de novos conceitos a serem internalizados.

Uma das primeiras discussões, nesse sentido, foi acerca da relação entre feminismo e lesbianidade. A professora Miriam Grossi em sua aula nos apresentou Virginia Woolf e Simone de Beauvoir como precursoras do pensamento lésbico, a partir de suas produções teóricas e literárias, respectivamente, deslocando a mulher do lugar social que é estabelecido para elas, levantando, com isso, questionamentos, discordâncias e concordâncias das cursistas. Surge, então, a pergunta “o que são as lésbicas?”

Para Grossi (2020), a lesbianidade é um conceito político e se reconhecer lésbica é se colocar num campo de recusa, em oposição ao que é esperado das mulheres, fazendo, conseqüentemente, críticas a esse lugar. Há uma forte influência de autoras que se reconhecem enquanto lésbicas como posicionamento político na produção da teoria lésbica

Ainda de acordo com a autora, o termo “teoria” remete à produção de conhecimento, um conceito inovador e revolucionário nos anos 80. Passando por nomes como “estudos sobre a condição feminina”, “estudos sobre a mulher”, “estudos sobre as mulheres”, começa então a empregar o conceito de gênero e denominar essa área como “teorias feministas”. Estas surgem da relação entre pesquisa acadêmica e movimentos sociais feministas, ou seja, uma teoria engajada.

Portanto, as contribuições das lésbicas desde as décadas de 1970 dentro dos feminismos seriam: “a produção de um tipo de conhecimento marcado por essa experiência de sujeita mulher que não corresponde às normas de gênero esperadas

pela heterossexualidade, ou seja, de um lugar subalterno” (GROSSI, 2020, s.p.). Se posicionar no campo político da lesbianidade é também se colocar num lugar outro enquanto mulher e estar fora do que é permitido ou esperado. É o que a autora e ativista Ti-Grace Atkinson afirma na década de 1970: o feminismo é a teoria, lesbianismo é a prática.

Refletir à luz dessa frase nos convoca a rememorar o grito de ordem da segunda onda do feminismo, na década de 1960, quando as feministas afirmavam que o pessoal é político, e, portanto, reconhecer-se pertencente a uma categoria implica em reconhecer-se perante ao mundo. É o que afirma a cursista a seguir:

[...] reconhecer a identidade como um fenômeno que transgride os limites de uma vivência meramente pessoal é uma necessidade crítica. Para além da identidade, penso que afirmar para si uma categoria como “lésbica” é também afirmar uma atitude para com o mundo, (...) perceber que as implicações de se assumir dessa forma é também se assumir marginal em relação ao sistema patriarcal (J.M. K.N.).

No entanto, a relação dos movimentos feministas e os movimentos lésbicos nem foram sempre amistosos. No Brasil, as organizações lésbicas estavam articuladas em movimentos mais próximos do movimento homossexual, mas sempre estiveram em conflitos com as organizações mistas, pois ainda eram subalternizadas pelos homens gays, e nos movimentos feministas as mulheres heterossexuais não queriam ser confundidas com lésbicas (GROSSI, 2020; BARBOSA, 2020).

Porém, a relação entre feminismo e lesbianidade, para a autora Yuderkys Espinosa-Miñoso (2004), é imprescindível, segundo ela, tentar negar ou ocultar essa relação seria o mesmo que negar nossa própria história e origem. Assim, para a autora, a política feminista não pode ser pensada sem a existência das lésbicas, do mesmo modo que a política lésbica não pode ser pensada fora do feminismo, teorias e práxis dialogam e se complementam.

É nessa relação necessária que a cursista evoca Adrienne Rich (2010) ao falar do *continuum* lésbico:

“O continuum é estabelecido pela autora como vivências de uma mulher e suas relações de apoio, companheirismo, cumplicidade com outras mulheres, ou seja, de afetividade, sem necessariamente serem sexuais” (E.B.S.).

A aliança sugerida, no entanto, se depara com alguns marcadores de raça, classe, de idade, corpo e território. É a partir da percepção de que dentro do universo das lesbianidades as sujeitas lésbicas não são um ser universal, que as primeiras

discussões sobre interseccionalidade começam a ser incorporadas nos FDO's, fazendo dele o conceito mais mencionado durante todo o curso. Sobre os marcadores, a cursista D.S. afirma que quando se cruzam, podem estabelecer uma aliança perversa entre si.

De acordo com a professora e autora Fátima Lima (2020), as teorias das lesbianidades precisam ser estudadas com a noção de raça e elementos raciais, compreendendo o contexto brasileiro. Para ela, é necessário pautar dentro das lesbianidades as mulheres racializadas e que estão fora do eixo de privilégio raciais, de classe, gênero, sexualidade, territoriais, geracionais, com deficiência, ou seja, que fogem da hegemonia e que, portanto, são atravessadas pelas opressões.

A autora ainda ressalta a impossibilidade de uma história das mulheres sem a presença de mulheres negras e das lésbicas, e evoca o Coletivo Combahee River. Surgido em 1974, o coletivo mencionado foi uma organização negra feminista de Boston (EUA) fundado por Bárbara Smith. Teve seu manifesto escrito coletivamente por suas integrantes no qual reivindicavam as imbricações entre raça, gênero e sexualidade. Afirmavam que a libertação das mulheres negras e lésbicas implicaria na destruição de todas as opressões, pois elas estão na base da pirâmide.

Felizmente as discussões de raça estiveram presentes em quase todos os debates. Sempre pautados epistemologicamente e/ou através de referências negras trazidas aos FDO's. Por isso, um dos principais pontos questionados acerca da decolonialidade foi a descentralização da raça da discussão. É o que afirma a seguinte cursista:

[...] quando a modernidade se apropria da decolonialidade, vemos ela fortemente localizada em Boaventura (homem, português, branco) e outros autores/as europeus, brancos, muito bem localizados em um norte epistêmico e que defendem a descentralidade da raça das discussões sobre colonialidade. Isso me preocupa há um tempo, e cada vez, porque eu acho que assim como raça é indissociável da interseccionalidade, a raça também é indissociável de pensar a colonialidade (L.A.).

Uma outra cursista argumenta sobre pontos passíveis de ambiguidade nos conceitos de “decolonialidade” e “colonialidade”, e aponta alguns possíveis equívocos da cursista anterior, uma vez que, para A.M.S., raça é sim um marcador central na aposta decolonial.

[...] A colonialidade não é sobre TERRITÓRIO é sobre RAÇA. O eixo central da teoria decolonial é raça e racismo (...) Decolonial é

geolocalizado nas experiências latino-americanas a partir de 1492, ano no qual se funda a Modernidade para as teóricas decoloniais. O pós-colonial parte das experiências africanas a partir do século XVIII (...). Ou seja, apesar de dialogarem, são duas questões diferentes. E é exatamente aí que está o branco decolonial. A partir do momento que a academia branca "descobre" as potencialidades negras e indígenas passam a usa-las apagando primeiramente a raça. Tanto interseccionalidade quanto decolonialidade é antes de tudo sobre raça, essa é inclusive UMA das justificativas para a decolonialidade ser interseccional (...) Inclusive a teoria decolonial é advinda da práxis dos povos negros e indígenas latino-americanos, ou seja, a teoria é baseada nas nossas corpo-espacialidades [...] (A.M.S.).

No entanto, essa opinião não foi unânime entre as cursistas, algumas compreenderam que juntamente com o racismo, o etnocídio e a lesbofobia vinham intrínsecos ao colonialismo, e, portanto, a decolonialidade seria uma via de libertação dessas amarras.

[...] entender seu corpo como território político é poder ter o direito de escolhas, ter domínio sobre sua existência, um direito que foi negado com o colonialismo. É ter a consciência dos atravessamentos marcados pelo racismo, pelo etnocídio e pela lesbofobia, mas conseguir romper com essa normatividade imposta, com os padrões produzidos pelo ocidente que não abarcam nossa subjetividade, esse ato político gera liberdade e controle sobre a própria vida (A.D.S.D.).

Essa via da decolonialidade, seria através do que Walter D. Mignolo nomeia de “geopolítica do conhecimento”. Sobre este conceito que se apresenta para muitas cursistas como novo, Mignolo (2020) afirma ser necessário utilizarmos outras bússolas de pensamento, para além dos cânones ocidentais que conhecemos, mesmo que estes tenham críticas à modernidade. Pois, continuar norteado pelas mesmas epistemologias apenas reproduz, mais uma vez, o etnocentrismo cego que inviabiliza a abertura para novas vias do saber.

Assim, voltando ao curso TFL, o entendimento de “geopolítica do conhecimento” refere-se a um lugar não apenas geográfico (mas também!) de produção de conhecimento validado, corroborando com Mignolo (2020, p.197) quando ele afirma que “a epistemologia não é a-histórica”. Isso quer dizer que é produzida dentro de contextos e intencionalidades. Pelas palavras das próprias cursistas:

Cada vez mais faz sentido pra mim o quanto que é importante perceber como a colonialidade do saber vem operando no processo de epistemicídio, pois como sabemos, os cânones científicos estão fundamentados nas produções encabeçadas pelos centros de construção de conhecimento, tanto em escala global quanto nacional. Se pensamos que este esquema de marginalização dos saberes também ocorre quanto ao que os cânones científicos impõem como

objetos de interesse, temos aí uma gama de estudos e de conhecimentos considerados como subjetivismos. Então, quando penso na construção e afirmação de um pensamento lésbico, penso enquanto um movimento de insubmissão que potencializa caminhos outros dentro da produção de conhecimento, que borra os limites impostos pela produção científica cisheteronormativa, que põe em questão o projeto eurocêntrico de cientificação dos saberes, e que também denuncia a discriminação presente nas bases epistêmicas ocidentalizadas (A.C.).

Ainda sobre a discussão de saberes cientificizados e outros marginalizados, a cursista a seguir ressalta a importância da chegada desses conhecimentos na academia, de modo a não hegemonizar o conhecimento como neutro e, portanto, universal.

É por isso que é importante questionarmos e revermos as grades curriculares. Os textos, os conceitos no qual nos baseamos são geograficamente localizados, estão em realidades que não vão vestir a todos, mas muitos querem que sejam aplicadas de forma geral, o que é muito perigoso (E.B.S.).

Nesse sentido, a decolonialidade contribui para o lesbofeminismo acolhendo teorias tangenciadas pelo saber hegemônico, confrontando o epistemicídio e introduzindo outros conhecimentos, da margem, nos espaços de debate, de saber e de poder. Além disso, descentraliza o ideal humano de um modelo descorporificado, atribuindo um corpo com raça, classe, sexo, sexualidade, território, etnia, a esse sujeito. É o que nos afirma a cursista a seguir:

A teoria decolonial lesbofeminista tem o potencial de desnaturalizar as categorias do pensamento ocidental liberal, que nos é colocado pela estrutura (mídias, Estado, arranjo familiar heterossexual e individualizado). Assim, ao nos compreendermos como do Sul Global, enquanto corpos futuros de processos de genocídios e epistemicídios dos povos originários e das comunidades africanas, resultados do colonialismo, podemos entender como nossas formas de afetos, de organização social e de arquitetura política estão impregnadas pela colonialidade, em que o Norte Global acaba sendo a referência de vida, cultura e projetos (G.A.B.).

Portanto, pensar em outros modelos de corpos e corpas nos remete também a incluir os corpos defieças, termo utilizado por Anahí Guedes de Mello como forma afetiva de se referir a corpos com deficiência. Interessante perceber que dentro dessa discussão nos FDO's, a teoria Crip não foi muito explorada pelas cursistas, sendo somente mencionada como instrumento de combate ao capacitismo.

Anahí (2020) traça um paralelo entre a Teoria Crip e a Teoria Queer. Se a Teoria Queer desconstrói o binarismo cissexual/heterossexual e o binarismo

sexo/gênero, a Teoria Aleijada (como a autora se refere) vai um pouco mais além, na tentativa de desconstruir sexo, gênero, deficiência e corpo. É pensar que assim como uma pessoa heterossexual só existe porque existe a pessoa homossexual, uma pessoa sem deficiência também só existe na relação com a outra que precisa ser nomeado. É pensar que a heterossexualidade também representa “a norma do corpo capaz”.

Com isso, uma nova observação ressalta aos olhos, de um modo geral, o queer e as teorias queer pouco foram mencionados durante o curso pelas cursistas, ainda que por vezes trazidas pela equipe de coordenação. Inclusive, havendo até algumas críticas ao pensamento de Judith Butler, colocada como principal representante dessas teorias. No entanto, não foi explorado os pontos de discordâncias da autora, exceto nessa fala da cursista:

[...] também não sou adepta da Judith Butler, apesar de ler de vez em quando. Eu leio Cidinha da Silva, Ochy Curiel, Yuderlys Espinosa, Glória Anzaldúa, Cherrie Moraga, Audre Lorde, bell hooks, de vez em quando Patrícia Hill Collins...eu gosto de ler pessoas que como eu são vítimas da racialização colonial, mas que de alguma maneira conseguem refletir de maneira mais ampla questões ligadas a gênero e sexualidade (A.M.S.).

Assim, mais uma vez, temos a menção de questões raciais como imprescindíveis para os debates de sexualidade, sendo pautadas como aspectos indissociáveis. A discussão acerca da racialidade levantada ao longo de todo o curso revela uma preocupação das cursistas com a invisibilidade da negritude nos debates sobre lesbianidades, muito bem apontadas de que o corpo lésbico é marcado por raça, etnia e território.

E é pensando também acerca da invisibilidade que as discussões sobre “tolerância” e “violência” foram trazidas. Qual a linha, talvez tênue, entre o tolerar e invisibilizar? Seria a tolerância uma demonstração de aceitação e respeito ou uma forma de silenciar a lesbianidade? De acordo com as cursistas, a tolerância se mostra, por vezes, travestida de silenciamento como forma de violência sutil do “fingir que não existe”. É o que afirma a cursista a seguir:

[...] não acredito que a lesbianidade seja mais tolerável. Na verdade, o que pode ocorrer é uma invisibilidade. A resposta familiar de espanto que pode ser dada à homossexualidade masculina, pode ser usualmente diferente pras mulheres pelo histórico de castração da sexualidade feminina. Essa resposta, às vezes, se dá no silenciamento da sexualidade, como ocorre, por exemplo, quando a namorada se torna uma grande amiga. O que há, as vezes, é uma

forma de intolerância que pode vir a ser menos escandalizada e mais castradora e silenciadora (P.O.).

[...] tem uma coisa que me incomoda bastante que é essa coisa do significado da tolerância sabe?!? Acho que é uma palavra que deixa em suspensão as nuances da homofobia. Não sei se me fiz entender, mas no geral penso que muitas vezes a tolerância é acionada como mecanismo de afastamento da real intencionalidade do que se quer dizer, e/ou fazer. Muitas famílias se respaldam a partir de um discurso da tolerância para camuflar uma prática discriminatória e opressora. (A. C.).

Assim, vemos que a invisibilidade lésbica se denuncia não somente nas teorias hegemônicas, dentro das universidades, mas também no corpo, nas relações familiares, nas relações de trabalho. As lésbicas são colocadas em um não-lugar de existência: não-possível de ter filhos, não-possível de sexo, não-possível de bem-estar, não-possível de existir enquanto sujeitos de direitos. E, também por isso, se faz tão importante um curso como o TFL, voltado para lésbicas e composto majoritariamente de lésbicas, pois possibilita não apenas trocas acadêmicas, mas também trocas afetivas, como veremos a seguir.

4.4. Dimensão Afetiva

Antes mesmo de me entender lésbica, por não gostar de usar batom, vestidos, saias, já me apontavam como lésbica, e quando me coloquei como tal, me perguntavam se eu queria parecer homem (E.B.S.).

A terceira dimensão escolhida foi com intuito de analisar o afeto que se mostrou presente e verbalizado no decorrer do TFL. Ao longo das discussões temáticas sempre houveram brechas e espaços para feedbacks sobre o curso, sobre como determinado tema chegava para cada cursista e até compartilhamento de histórias pessoais. De acordo com algumas cursistas, o TFL as ajudou a compreender melhor a sua própria lesbianidade e, ainda, acolhê-las na descoberta de sua sexualidade.

Para a cursista a seguir, o reconhecimento enquanto lésbica envolve uma reconstrução subjetiva, provocando aproximações e afastamentos, descobertas e rompimentos de naturalizações, raízes fincadas coercitivamente e que moldaram modos de ser, de se relacionar e de se expressar.

[...] a (re)construção subjetiva que se entender enquanto lésbica proporciona [...] Entendo como um processo de reconhecimento e reencontro consigo mesma, em uma sociedade tão colonial, que incentiva o afastamento de si mesma, das próprias raízes e sentimentos. (A.N.R.).

Assim, o “ser lésbica” também envolve um posicionamento de mundo, onde há o manejo de contextos excludentes que, ironicamente, nos insere em espaços de luta. É o que nos revela a cursista a abaixo:

Posicionar-se no mundo, então, é uma tarefa árdua, porque nos coloca em uma posição seja ela favorável ou não para lutar pelo que acreditamos. [...] assumir-me como lésbica me exclui, mas me insere em uma posição de luta contra as opressões dentro do Direito (N.R.).

Para muitas delas, foi através do curso que algumas discussões chegaram pela primeira vez. O próprio tema da lesbianidade se apresentava como algo novo, um universo a ser desvendado. E foi assim, desde um primeiro momento bastante afetivo, que o TFL foi ganhando força.

[...] foi o meu primeiro contato com o estudo sobre colonialidade e decolonialidade. Contudo, ao mesmo tempo, muito rico para entender questões que já havia pensado, mas ainda não tinha nome e materialidade (N.R.).

Eu, como outros colegas aqui, tomei conhecimento mais profundamente das questões que envolveram a morte de Mãe Stella somente ao fazer o presente exercício (F.M.).

[sobre maternidades lésbicas] O tema tratado na aula não é de muito conhecimento meu, nenhum conhecimento, na verdade, e eu curti pesquisar. Grata por estar participando de um curso tão maravilhoso que tem me proporcionado tanto conhecimento (B.A.C.).

[...] Nossa, eu to empolgada com nosso curso, a cada semana que passa temos debates incríveis e super estimulantes. Eu to adorando essa variedade temática, muito legal e muito inclusiva! (P.C.A.S.).

Os trechos são exemplos de algumas discussões que chegaram pela primeira vez até as cursistas, alguns recebidos com surpresa e entusiasmo, outros com indignação, e alguns até com certa angústia por despertarem gatilhos emocionais de situações vivenciadas. Os FDO's acabaram proporcionando também um espaço de acolhimento para essas e outras emoções que emergiram no decorrer do TFL.

Esse acolhimento, presenciado desde os fóruns iniciais de dinâmica e boas vindas, se mostra a partir do momento em que as cursistas se sentem confortáveis em compartilhar histórias de vida, às vezes com temas pessoais que lhes tocaram de modo íntimo.

[...] minha esposa e eu que estamos super naquela idade onde as pessoas começam a perguntar sobre filhos e tal (2 anos de casadas, ela tem 34 e eu 26), e ninguém nunca nos pergunta sobre filhos, e quando mencionamos o desejo de compartilhar a maternidade, sempre sobram questões sobre quem vai ser mãe e quem vai ser pai (L.A.).

A cursista acima comenta no tópico com o tema “maternidades lésbicas” relatando a diferença entre casais lésbicos e casais heterossexuais ao chegarem num determinado tempo de relacionamento e/ou numa determinada idade. No caso dela, apesar de haver o desejo, junto com sua parceira, de terem filhos, essa não parece ser uma possível realidade para suas famílias.

Além disso, no momento em que o tema é mencionado surgem questionamentos de quem exerceria o papel de pai e de mãe, não respeitando uma maternidade compartilhada por duas mães. Abaixo, uma outra cursista detalha ainda mais a diferença de tratamento da sua família recebidas por ela e sua esposa comparado com seu irmão e sua cunhada. Como se apenas o segundo casal fosse legítimo. A risada no final da fala, no meio digital representado por “rs” denota certa ironia ao se mostrar submetida à situação.

[...] o tratamento que eu e minha companheira recebemos ainda é muito diferente do tratamento que meu irmão e a esposa dele recebem, por exemplo, na sala da casa dos meus pais tem uma foto do meu irmão e minha cunhada abraçados e uma foto minha sozinha, mesmo eu vivendo uma relação consolidada a cinco anos com a mesma mulher. Mesmo meus pais sendo "legaizinhos" eu sei que tá muito longe do ideal, mas é o que tenho pra hoje, rs. (P.C.A.S.).

A coercitividade da volta ao armário também foi mencionada como forma de invisibilizar a lesbianidade de algumas mulheres. A cursista a seguir traz em sua queixa a denúncia de que cada grupo social dela tenta empurrá-la novamente para a invisibilidade e isso a deixa em constante vigília acerca da sua sexualidade.

[...] me vejo sempre empurrada para o armário, sou empurrada pro armário quando eu não posso demonstrar afeto em público, sou empurrada pro armário quando não posso levar minha namorada no almoço em família mesmo todos sabendo que sou lésbica, mas fingem que não sabem, sou empurrada pro armário no trabalho que é conservador quando exponho minha sexualidade já se torna uma ameaça, podendo ser demitida [...] as vezes eu escuto minha mãe falar que minha namorada é minha amiga para as pessoas, mesmo ela sabendo que ela não é, isso pra mim é uma opressão que pode vim muitas das vezes mais sofisticadas do que a gente pensa, e é por isso que funciona, [...] em todo lugar eu tenho que está com minha sexualidade escondida, e esse é lugar que as pessoas querem que eu sempre esteja (L.S.B.).

Como dito anteriormente, também tivemos o relato de um caso de violência sexual que gerou comoção em todo o grupo. Uma das cursistas relatou ter passado por uma situação de estupro, além de violência física e psicológica, ainda na

adolescência, e sua rede de apoio no momento teria sido somente uma amiga que lhe ajudava a sair de casa para se esconder de sua família.

De acordo com M.D.R.B., isso lhe deixou marcas impactando o modo como compreendia o amor. Com muito afeto e empatia o relato da cursista foi acolhido pelo grupo através de mensagens de apoio, solidariedade e com outros compartilhamentos de situações próximas vivenciadas por outras cursistas.

Houve também o relato da cursista a seguir que trouxe uma mudança de perspectiva deixando de se culpabilizar pela violência acometida e compreendendo-a como dentro de seu próprio núcleo familiar. Segundo ela, os estudos sobre lesbianidades facilitaram esse processo de percepção de si e do outro e da interpretação dessas violências que antes não eram percebidas.

Eu sempre pensei que eu me violentava. E que todos os problemas em não vivenciar a minha sexualidade eram apenas meus. A partir de estudos, pesquisas e dessas aulas, percebo que foram violências intra-familiares, e em cada leitura e relato que leio, vou reconhecendo as violências que perpassaram por e em mim. (A.M.).

Esse relato não foi o único que seguiu por essa via, cursistas também trouxeram que através do curso e das discussões nos fóruns se deram conta de outros processos de violências que transpassavam por seus corpos e que antes não enxergavam/sentiam. A compreensão de suas sexualidades, durante o curso, possibilitou o aguçar de lentes das lesbianidades, percebendo “pontos-cegos” de suas vivências e que passaram a fazer sentido através de relatos de colegas.

[...]eu cheguei nesse curso em uma bolha gigantesca que abraçava todas as minhas vivências e espaços, meu núcleo familiar é de educadores, minha família é fora da norma, então na minha cabeça a única lesbofobia que sofria era por não poder andar de mãos dadas com minha namorada na rua em determinados horários, o curso foi me proporcionando tantas reflexões que fui reconsiderando muitas vivências, "descobri" que há 3 anos eu fui/sou invisível na vida e família da minha companheira [...] parece que um novo mundo se abriu pra mim, é lógico que eu tinha noção do tamanho da violência enfrentada por todos LGBTQIA+, mas eu não tinha a sensação na pele, e é uma dualidade entre ficar feliz por ter o conhecimento de algo e a raiva por ter que conviver com isso. (A.D.S.D.).

O TFL ofereceu leituras, vídeo-aulas e discussões que possibilitaram autoconhecimento, no sentido de conhecer-a-si de uma maneira mais profunda e mais cuidadosa, aguçando a percepção das lesbianidades não apenas no nível teórico mas, principalmente, a nível pessoal. Em determinado momento algumas cursistas compartilharam como havia sido suas saídas do armário e processos de descoberta.

A descoberta de minha sexualidade foi um tanto solo e aconteceu em meio a vídeos pornô (o que não foi nada saudável) e jogos como a plataforma Habbo, onde através de um avatar pude acessar espaços LGBTs virtuais, [...] fui pesquisando, aos poucos, coisas na internet, mas me julgava muito por ter uma família evangélica e o tempo todo ouvir que era pecado e que eu iria para o inferno. Eu não achava que era possível viver o que eu sentia, pois eu não me enxergava em nenhum lugar. Eu tinha apenas 13 anos de idade [...] (E.B.S.)

Ainda, com o auxílio das videoaulas, surgiu o diálogo acerca dos termos como “lésbicas”, “sapatão”, e afins, e as conotações que emergiam através dessas escolhas. A cursista a seguir, por exemplo, rememora a conotação negativa que o termo “lésbica” lhe trazia e traça um paralelo com a videoaula da professora Paula Barbosa (2020) que nos explica sobre o medo das feministas da década de 1980 de serem confundidas com lésbicas.

A professora, na videoaula, traz a conotação negativa com que o termo lésbica é/era trazido em determinados cenários. E sei que, quando eu me questionei sobre a minha heterossexualidade (compulsória), esse sentido pejorativo me afastava de qualquer identificação com a realidade imensa, complexa e importante da orientação sexual. Assim, nesse processo de representatividade, compreender e, especialmente, enxergar a "naturalidade" de relacionamentos lésbicos foi um passo importante para mim. [...]. Ao me mudar para Florianópolis, enxergar a diversidade e as possibilidades, nas pessoas que me foram representativas em vários espaços, foi-me extremamente saudável e necessária para quebrar a ideia pejorativa do termo lésbica e para me entender como tal. (G.A.B.).

Com esses trechos, podemos observar fóruns em que houveram desabafos de situações de rejeição familiar, invisibilidade nos relacionamentos, expulsão de casa, discriminação em ambientes de trabalho e até mesmo violência sexual. Bem como, tivemos também a felicidade de presenciar algumas cursistas “saindo do armário”, encontrando novas motivações para levantarem da cama em meio a uma pandemia de nível global, e relacionamentos sendo oficializados. Como dito pela cursista P.C.A.S., nos debates apareciam muito de cada uma.

Desse modo, o curso não se restringiu somente (e já muito) ao compartilhamento e aprendizado de conteúdo, mas possibilitou trocas subjetivas, criação de vínculos e, conseqüentemente, de redes de afeto, apoio e profissionais também. Como mencionado anteriormente, muitas cursistas buscaram o TFL objetivando ampliar o repertório bibliográfico sobre sexualidade e/ou lesbianidade, uma cursista até traz em sua fala a importância do curso para sua dissertação:

Início essa reflexão agradecendo pela oportunidade de participar desse curso. As discussões aqui travadas têm trazido uma

contribuição inestimável para a minha pesquisa de mestrado que é uma continuidade da graduação. (D.M.N.S.).

Assim como esse feedback, ao longo dos FDO's apareciam comentários, sugestões, e elogios referentes ao formato do curso, à escolha dos textos e das professoras participantes. A cursista V.C.M. afirma ter gostado da primeira aula ter sido uma introdução pois já cria um panorama para quem chega ao curso pela primeira vez e sem muita bagagem teórica.

Eu havia decidido começar os estudos em gênero e sexualidade e o curso foi um feixe de luz pra mim, afinal eu nunca tinha tido contato com a maioria dos textos aqui expostos. Me senti muito honrada também por ter participado junto com tantas colegas potentes que me ensinaram, me mostravam uma outra visão a cada encontro. Foi tudo muito agregador. (B.A.C.).

Algumas cursistas também pontuaram como o curso teceu pontes entre os pensamentos de autoras tão diferentes, de teorias plurais e, principalmente, conseguiu estabelecer uma relação possível entre teoria e prática, mostrando viabilidades de ativismo e militância.

Então, o que mais me deslocou foi a diversidade e a possibilidade de criações de pontes teóricas que ligam as formas do pensamento lésbico e que me levaram a reflexões importantes para construção do meu trabalho, da minha pesquisa de tese. (A.C.).

Um dos pontos primordiais aprendidos no curso foi como transformar a teoria em prática, diante da promulgação de políticas públicas, como analisá-las, era muito abstrato pra mim, mas as professoras e as vivências das colegas me ensinaram como me organizar politicamente. (A.D.S.D.).

É nítido nas falas das cursistas que o TFL agregou não apenas no âmbito profissional, mas também no âmbito pessoal, alguns relatos enfatizam essa importância dos impactos subjetivos que o curso alcançou.

Gostei da plataforma utilizada e da dinâmica das aulas. Claro que aqui cito coisas de modo geral, mas tudo que aprendi vai além, e com certeza contribuiu de forma positiva e significativa, tanto para minha vida profissional, quanto de forma subjetiva. O curso cumpriu minhas expectativas e deixo aqui meu desejo de participar de outros espaços como este (E.B.S.).

Ao longo dos relatos também esteve presentes dificuldades enfrentadas em acompanhar o curso devido ao contexto pandêmico. Apesar de não haver discussões específicas correlacionadas à pandemia, algumas cursistas trouxeram o Coronavírus

como obstáculo imposto e causador de impactos na família e na saúde, acarretando adoecimento mental e falta de tempo para uma dedicação mais profunda ao curso.

Durante o último semestre eu estive com depressão e estava tudo muito confuso pra mim. [...] Este curso me auxiliou nas tentativas de retomada de fôlego, sendo algo que eu consegui me interessar e concluir neste momento, que me fazia pensar e remexeu tanto no meu lado profissional quanto no pessoal (A.N.R.).

Agradeço, assim, a todo carinho dispensado a nós, desde o texto de introdução da disciplina, a escolha da música, a cada interação durante as aulas. Gostaria de ter comentado a cada colega, mas perdas que tive (perdi duas familiares), preocupações com a minha saúde e com a pandemia em si obstaram esse intento. Mesmo assim, senti, aqui, um espaço de acolhida e de resistência que me propiciou forças para enfrentar 2020. (G.A.B.).

Essa pontuação é importante para não perdermos de vista que todo o TFL se deu durante uma pandemia, e mesmo com todos os impactos que a COVID-19 causou ao longo desses meses, ainda assim o curso conseguiu ser concluído e administrado, com engajamento em todos os fóruns e atividades extraclasse. Isso se revela como um dado significativo demonstrando como a dimensão afetiva aparece por vezes até sobreposto às demais dimensões, considerando se tratar de um curso de extensão de caráter extracurricular, isto é, sem obrigatoriedade curricular.

O curso para mim desde o início foi muito intenso, tanto teoricamente, como na experiência vivida nas aulas, a escrita, as trocas, etc... Acredito que para todas nós. Foi um ano difícil, com várias dificuldades; penso que para nenhuma de nós foi fácil, conciliar o momento histórico que estamos vivendo, em meio de uma pandemia, onde todos os problemas familiares devem ter se intensificado. [...] para quem ficou até o final. Conseguimos! E para mim foi muito gratificante. Desde o início, com o próprio debate sobre o lugar de fala de “quem estaria coordenando o curso” sendo um homem gay. Acredito que aí! Já começou todo um debate muito rico. Acredito que cada aula acabou mexendo muito com minha subjetividade, mas creio que as aulas que mais me atravessaram foram as que tem mais a ver com minhas vivências [...] (J.A.R.).

Com essa breve retrospectiva relatada pela cursista, podemos lembrar a trajetória do curso e de como, desde o princípio, esteve aberto ao debate, gerando discussões marcantes para se debruçar sobre o pensamento lésbico. Quem pode construir o pensamento lésbico? Qual o papel dos homens nessa construção? Por quais epistemologias devemos ou podemos seguir? O TFL nos ajuda a pensar sobre esses questionamentos sem que necessariamente finque alguma resposta absoluta.

Pelo contrário, como vimos nas construções de saber diversos e plurais, as certezas absolutas só favorecem o conhecimento hegemônico tido como legítimo, no entanto, excludente. Propor reflexões e brechas nas verdades irrefutáveis me interessa mais. Assim caminhamos na contramão, como boas arquitetas de margens, tensionando o centro, que uma hora há de implodir.

“Conseguimos!”, como dito acima, traz foi um sentimento coletivo, tanto das cursistas entregando seus trabalhos finais, quanto da equipe de coordenação com satisfação por ter administrado um curso mesmo com todos os obstáculos que o ensino remoto, as tecnologias virtuais e, principalmente, o contexto mundial impôs.

[...] agradeço ao curso e as colegas por proporcionarem tantos debates importantíssimos, por compartilharem suas experiências, porque hoje consigo ter uma consciência mais real das lesbianidades e todas nossas demandas. É sobre realmente retirar nossa existência da invisibilidade. (A.D.S.D.).

Dessa forma, o TFL chegou ao fim, concluindo os debates e videoaulas e aguardando o envio dos trabalhos finais das cursistas. Com um gostinho de saudade, mas a sensação de contemplação, o curso foi concluído com a esperança de ter plantado novas sementes que germinarão em um futuro próximo, ou, ao menos, é a expectativa de cada pessoa integrante desse grupo que não chega ao fim, mas dá-se continuidade através de redes de afetos e de conhecimento plantando sementes prósperas, em cada cursista que embarcou conosco nessa jornada. Na tentativa de enfrentamento à invisibilidade, o TFL se fez um potente instrumento elucidador do pensamento lésbico.

4.5. Sementes

Ainda no final do curso foi possível começar a observar frutos gerados. Como aula de encerramento foi organizado um webnário com a professora Suely Messeder, professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), doutora em Antropologia e coordenadora do grupo Enlace, explanando sobre o tema “Mulheres Masculinizadas em Salvador”, com transmissão para o *Youtube* e *Facebook* (sempre prezando pelas políticas de prevenção à COVID-19).

Também foi convidada para a mesa duas cursistas para participarem do debate. Nesse momento foi reunida também a equipe do curso em sua totalidade para uma cerimônia de encerramento. A exposição de Suely Messeder gerou engajamento no chat por onde cursistas e público em geral interagem com perguntas, comentários e colocações.

Ainda durante o curso, estava em construção, de forma coletiva entre cursistas e equipe de coordenação o “Manifesta Lésbico-Feminista” e foi também nessa aula de encerramento que o produto final da atividade de criação do manifesto foi apresentado pela primeira vez à sociedade, com intuito de ser compartilhado para alcançar o maior número de pessoas. Posteriormente o manifesto foi publicado como capítulo do *e-book* intitulado: “Diversidade Sexual, Étnico-racial, e de Gênero: temas emergentes”, da editora Devires²².

Esses acontecimentos marcam a conclusão do TFL enquanto um curso proporcionador de espaços de conhecimento, difundindo o pensamento lésbico e, assim, colaborando para a visibilidade lésbica, como bem ressalta a cursista a seguir:

O curso fez parte de um processo de aprendizado muito significativo para mim. Inclusive, arrisco dizer que foi um dos espaços que mais pude colher conhecimento, não apenas por conta dos textos e das aulas, [...] porque aprendi MUITO com vocês. (P.O.).

Assim, imbricando as dimensões políticas, pedagógicas e afetivas, o curso também ofereceu ferramentas epistemológicas para processos de auto reconhecimento, posicionamento político e existência, que puderam ser levadas profissionalmente, ajudando muitas cursistas em suas monografias, dissertações e teses, mas também tocando em suas individualidades.

Atualmente na minha pesquisa tenho priorizado a utilização de textos produzidos por mulheres lésbicas como referências, por entender que a minha escrita enquanto pesquisadora lésbica é uma escrita ativista que intersecciona ciência e política. É uma escrita híbrida que se faz em cumplicidade entre minha existência lésbica e meus estudos teóricos, eu falo a partir da lesbianidade, essa é uma das pilstras que sustentam o meu fazer como pesquisadora e as minhas reflexões sobre os fenômenos que me proponho a estudar. (A.C.).

Para além de toda essa produção e entrega a curto prazo, também está em produção um *e-book* com algumas videoaulas transcritas no intuito de confeccionar um material introdutório para estudantes de graduação sobre as teorias lésbicas no Brasil. Oferecendo uma “porta de entrada” para quem quiser se aventurar pelos estudos das lesbianidades.

E, finalmente, também se encontra confecção um *e-book* contendo os trabalhos de conclusão das cursistas, nos quais tiveram que biografar lésbicas de sua região de

²² E-book disponível através do link: <https://editoradevires.com.br/book/diversidade-sexual-etnico-racial-e-de-genero-temas-emergentes/>.

moradia, de modo a nos possibilitar conhecê-las e elaborando um memorial de existências lésbicas no Brasil. Desse modo, desvelamos nomes e personalidades lésbicas que contribuíram para que as histórias que a História não conta, pudessem ser, finalmente, contadas.

Assim, o curso cumpre uma função de semente, seja para cursistas que se depararam pela primeira vez com as teorias lésbicas, seja para pesquisadoras que já têm uma trajetória de pesquisa nesse campo, mas em qualquer um dos casos, sem dúvidas, colaborando para a visibilidade do pensamento lésbico.

5. TECENDO FIOS

“Pois novas ideias não existem. Há apenas novas formas de fazê-las serem sentidas – de investigar como são sentidas quando vividas às sete da manhã de um domingo, depois do almoço, durante o amor selvagem, na guerra, no parto, velando nossos mortos – enquanto sofremos os velhos anseios, combatemos as velhas advertências e os velhos medos de ficarmos em silêncio, impotentes e sozinhas, enquanto experimentamos novas possibilidades e potências.” (LORDE, 2019, p. 48)

Três anos se passaram desde o início desse trabalho. Nas imprevisibilidades da vida real, nas incongruências encontradas no campo, dentro das teorias limitadas que não dão conta do viver, pois é tudo mais complexo fora destas linhas ditadas por normas técnicas. Um trabalho que transborda as margens de texto e se derrama em corpos, vivências, dores e amores.

Para quem se escreve quando construímos mais de cem páginas de teorias e observações com referências bibliográficas? Sobre quem escrevemos? Não pode ser somente para uma parcela restrita de uma população. Eu não acredito nisso. Acredito que o meu papel enquanto pesquisadora, psicóloga e lésbica, seja de facilitar um dentro-fora, que é a relação conturbada entre academia, sujeito e militância, afinal, minhas apostas são de que um não pode existir sem o outro.

Enquanto facilitadora, proponho que minha função de pesquisadora seja de complexificar o que é simples e simplificar o que é complexo. Em outras palavras, aprofundar um conhecimento do senso comum e/ou superficial, investigando suas problemáticas, ao mesmo tempo em que torno acessível este processo e construo resultados. Desse modo, retribuo de alguma forma para a sociedade com o que o campo me ofertou.

No primeiro capítulo eu já alertava de que aqui não haveria nenhuma invenção de roda. A roda já existe e continua a girar. Com esse trabalho, meu intuito era fomentar movimento, entendendo que as voltas da roda estão interligadas e cada uma é essencial para o seu deslocamento, partindo de um ponto inicial até chegar em um ponto de destino, não seguindo um movimento retilíneo uniforme, mas ainda havendo uma força atualizante dessa ação.

Como foi possível ver, elucidei forças que sempre existiram, mas se consolidaram enquanto organismo vivo e pulsante, com nome e reconhecimento, no Brasil, a partir do final da década de 1970, como o movimento lésbico. E foi a partir da luta dessas ativistas, com sua coragem, que a lesbianidade adentra a academia enquanto conhecimento produzido.

Após cinco décadas de organização política, alguns textos, pensamentos e discussões começam a ocupar a academia ainda timidamente. De acordo com Martins e Auad (2020), as lesbianidades aparecem mais frequentemente com rápidas menções ou enquadradas dentro das homossexualidades masculinas. No entanto, vemos que através de periódicos e cursos de extensão temos uma “visibilidade palpável” (MARTINS; AUAD, 2020), onde é possível observar com nitidez as lésbicas enquanto tema de estudo.

Com o panorama traçado do movimento lésbico no Brasil foi possível compreender a relevância das forças latino-americanas nas lutas dos feminismos, dos movimentos antirracistas e de libertação sexual, assim como, as lutas contra governos antidemocráticos em contextos de autoritarismos e perseguições políticas, escrevendo história de um sul global afrontando o imperialismo estadunidense e europeu.

A partir da criação de grupos auto organizados as lésbicas puderam demarcar seus espaços ressaltando suas especificidades e se desanexando dos homens gays. Esse desconjuntamento além de criar autonomia também permitiu tecer críticas a um feminismo heterossexualizado e homofóbico e a um movimento homossexual misógino. As lésbicas passaram então a traçar seus próprios caminhos escrevendo sua própria história.

Não se pode perder de vista que essa organização política se dá durante duas décadas de ditadura hétero-militar, onde a deimopolítica dos afetos era usada de modo a perseguir grupos denominados de subversivos por não se curvarem ao regime político que cerceava os direitos, não só das lésbicas mas de outros sujeitos, e criminalizava os movimentos sociais.

Nesse período de pânico moral forjado como modo de justificar as políticas sexuais, a ameaça lilás fez o seu enfrentamento ao verde oliva. Sem se encolherem frente aos homens fardados as lésbicas ocuparam ruas, espaços, como o Ferro's Bar, as mídias, sejam as alternativas como o ChanaComChana, sejam as tradicionais como foi o caso do programa da Hebe, sempre reivindicando visibilidade. Esquecidas

no limbo entre o moralismo da direita e o conservadorismo da esquerda, encontraram seu próprio espaço e se organizaram em um movimento exclusivo.

Porém, anos mais tarde o fantasma da invisibilidade retornaria colocando algumas conquistas em corda bamba, quando a epidemia do HIV/AIDS assombrou o país. Trazendo uma nova onda de pânico moral com novas coerções de comportamentos sexuais, mais uma vez as lésbicas se viram esquecidas pelo Estado e pela Ciência, sob a justificativa – equivocada - de uma anatomia naturalmente propícia à não contaminação do vírus.

No entanto, as lésbicas, apesar de longe dos holofotes, assumem uma função protagonista no cuidado aos muitos amigos gays que contraíram a doença e foram deixados à sorte tanto pela equipe médica como, muitas vezes, pelos próprios familiares, apesar dessa narrativa não ser comumente contada ou sequer registrada oficialmente.

Cerca de quatro décadas após a ameaça viral, um outro vírus a nível mundial assola o Brasil. Com diversas semelhanças ao que foi o HIV/AIDS, difere-se, no entanto, por não ser considerada uma infecção sexualmente transmissível, mas, inegavelmente, ambas impuseram novos olhares e cuidados sobre o corpo, contato físico e relações sexuais.

O distanciamento social como forma de prevenção ao coronavírus gerou impactos em outros âmbitos da saúde, além da física, como a saúde mental. Nunca, talvez, tenha se falado tanto sobre adoecimento mental como nos três últimos anos, de adicção em substâncias à síndrome de Burnout, o olhar para a saúde mental esteve presente nas discussões familiares, no ambiente de trabalho alcançando até mesmo as redes sociais.

A partir daí pesquisas de iniciativas privadas mapearam como a população LGBT lidou com o confinamento, compreendendo que o distanciamento social acarretou e/ou acentuou o sentimento de solidão e mais, considerando muitas pessoas LGBT's que ainda não haviam saído do armário ou que não eram/são aceitas em seus núcleos familiares, ficar em casa por um lado era uma medida de prevenção contra o coronavírus, mas também significativa estar confinado em um ambiente hostil e violento.

Se faz importante o panorama traçado do início dos movimentos homossexuais e lésbicos no Brasil, e as décadas ditatoriais, bem como os períodos de pandemia, para que se torne compreensível como o pensamento lésbico adentra a academia,

ainda pelas portas dos fundos, e o seu enfrentamento à governos repressivos e situações de calamidade pública. Desse modo, compreendemos melhor algumas das estratégias adotadas pelas lésbicas na luta por visibilidade.

Essas lutas não são esquecidas, pelo contrário, são a todo momento rememoradas nos FDO's do curso Teorias Feministas e Lesbianidades, não somente pelas cursistas mas pelas professoras parceiras sempre trazendo contextos históricos e em suas falas contemporâneas. Desse modo, mantemos vivos nomes e memória de quem esteve na linha de frente dessa luta, de Monique Wittig a bell hooks, passando por Maria Lugones, Rosely Roth, cada contribuição no âmbito social, político e/ou acadêmico, para que hoje possamos debater sobre a existência de sujeitas que se atreveram a reivindicar seus nomes.

Desde 2017 acompanhamos a entrada do pensamento lésbico nas universidades de modo mais frequente e explícita. Longe de ser considerado um conhecimento hegemônico, esses pensamentos chegam como questionamentos e indagações sobre onde estão esses sujeitos políticos na História, onde estão suas produções na Ciência e onde estão suas existências na Educação.

É possível vermos que apenas a entrada de lésbicas na academia não assegura que suas produções e pensamentos entrem também. Estes ainda buscam por brechas curriculares que permitem certas discussões de preencherem o silêncio coercitivo desses espaços educacionais. E é por isso que sigo afirmando a respeito da entrada desses pensamentos se darem pelas portas dos fundos, afinal, sabemos que historicamente a margem tem sido, ainda que sob mendicância, uma possibilidade de existência.

Através de periódicos centrados nas lesbianidades elucidamos autoras, além de possibilitar um levantamento epistemológico do pensamento lésbico. Observamos em congressos de grande porte, que se propõe interdisciplinar, o quanto ainda é escassa as produções sobre lesbianidades como é o exemplo do Congresso Virtual UFBA.

Como campo inicial de pesquisa, o congresso da UFBA nos mostrou um aumento de produções sobre lesbianidades proporcional ao aumento de apresentações totais. Enquanto as mesas ao vivo quase duplicaram, o número de produções lésbicas aumentou de três para sete no evento, o que nos permite olhares otimistas. Porém, reconhecendo que em um universo de mais de 700 mesas e trabalhos sendo apresentados, ainda há uma carência abissal dessas discussões.

Com base nisso, ainda cabe questionar qual a razão dessa escassez perdurar? Onde estão as produções lésbicas nos grandes congressos e/ou em eventos interdisciplinares? Tal inquietação se faz persistente mesmo após esse trabalho.

Um outro ponto de observação se dá na discussão de quem seriam os agentes do pensamento lésbico e por quais as epistemologias esses debates têm sido construídos. Longe de haver unanimidade, reconheço a aliança com parceiros (homens) e com mulheres heterossexuais na colaboração da construção do pensamento lésbico visando uma difusão mais ampla do conhecimento.

Apesar de compreensível o entusiasmo de uma produção lésbica endógena e espaços exclusivamente lésbicos, se pretendemos ampliar o alcance de nossas produções, do nosso pensamento, de modo a adentrar os currículos formais das instituições, se faz imprescindível a saída de bolhas, o falar para fora e não somente para dentro. Nesse sentido, a parceria com outros entusiastas pode somar forças em busca desse projeto de mundo.

Ainda, revisitar os pensamentos e teorias que consolidam o nosso, também é imprescindível se desejamos um ponto de destino compatível com nossa visão de mundo. A partir disso, deixo em aberto os questionamentos acerca das epistemologias negras darem conta de explicar as lesbianidades, não por ingenuamente afirmar que uma possa compensar a outra, mas por apostar na complementariedade delas a fim de somar forças a uma epistemologia subalterna.

Talvez, mais importante do que nomeá-las seja pensar suas intersecções fortalecendo vozes da margem, retomando os discursos produzidos nos movimentos sociais (FIGUEIREDO, 2020). Abrir mão dos binarismos e tecer costuras, encontrando imbricações com intuito de vislumbrar lá na frente uma transformação social que paute raça, gênero, sexualidade e, também, corporalidade, territorialidade e classe.

É desse modo que nos posicionamos frente a uma ideia conservadora de fazer ciência a partir da razão, neutralidade e objetividade. Aprendemos com a ciência feminista que as epistemologias tradicionais não nos consideram sujeitos cognoscentes, isto é, capaz de produzir conhecimento. Fugir do sujeito universal é, também, abrir brechas para que as vozes das margens ecoem.

Desse modo, considerando outros pontos de vista, outras perspectivas e olhares de mundo, possibilitamos um outro modo de fazer ciência sem o racismo e sexismo científico, sem utilizar epistemicídios disfarçados de “rigor científico” para justificar desigualdades sociais. Considerando os saberes dos movimentos sociais,

construímos um conhecimento mais representativo e com uma melhor interpretação da realidade respondendo, - ou ao menos tentando –, às demandas sociais.

Se a vida repete a teoria, pois esta última está a serviço da primeira, o papel da etnógrafa seria então o de traduzir o entrelaçamento de sentidos evocados no estar-em-campo. Para uma etnografia, o cruzamento de sensações e a ressonância no corpo é o permitir afetar e ser afetada. E é nessa dinâmica que os dados são construídos, a partir da coleta de informações.

No exercício de escrever e descrever me deparo com inquietações, angústias e dúvidas, me perco em abstrações, e me reencontro cheia de hipóteses que vão se firmando ou se desconstruindo. É no campo que o insubstituível da humanidade se firma: nas relações. Ainda que complexas, é a partir delas que estabelecemos vínculos e, portanto, nos aproximamos das sujeitas de pesquisa pretendidas.

A etnógrafa, que vive a teoria, é uma colecionadora de miudezas, atenta-se aos detalhes, em sua imersão no campo depara-se com o virtual e os desafios de conexão: com o online e com os outros. Quando se borra os limites entre o real e o virtual, emerge personas de diversas localidades e experiências de vida, com bagagens teóricas que pluralizam o debate.

Foi com esses instrumentos metodológicos que se tornou possível a observação de aspectos teóricos e subjetivos que emergiram nos fóruns de discussão online do curso Teorias Feministas e Lesbianidades. Um curso de extensão oferecido em um semestre “teste” da UFBA durante a pandemia, e que contou com alto número de cursistas engajadas nas discussões das lesbianidades.

Através das dimensões políticas, pedagógicas e afetivas foi possível analisar o desenvolvimento das cursistas referentes a aspectos teóricos e subjetivos, isto é, checando o nível de envolvimento, vinculação e engajamento, além da aprendizagem, ao longo do curso, ao mesmo tempo em que expressavam como se sentiam não somente com a atividade de extensão, mas com as discussões nos fóruns, com a equipe, com colegas e até mesmo em outros âmbitos da vida, e que chegavam ao grupo como forma de desabafo.

Além de mediar um espaço educacional, estávamos também mediando um espaço de acolhimento, portanto, um dos primeiros pontos observados no curso foi a heterogeneidade da turma, enquanto algumas cursistas chegavam para um primeiro contato com o pensamento lésbico, outras já traziam argumentações mais sólidas e

uma bagagem teórica mais densa, o desafio inicial então foi promover um nível de debate em que todas se sentissem confortáveis e instigadas a participar.

A dimensão política nos convidou a imergir na compreensão do que é a lesbianidade e o pensamento lésbico, pontapé inicial para começar a trilhar a trajetória que seria seguida no decorrer do curso. O que consiste em o corpo lésbico e como pode ser definida a lesbianidade? Foi alguns dos questionamentos levantados.

Se as lésbicas são ou não mulheres, não parece ser crucial para a compreensão da existência lésbica pelas cursistas, mas parece ser concordado que elas fogem do segundo sexo operando na castração do poder masculino, negando o patriarcado como via de mundo, exercitando a autonomia sobre suas escolhas, seus corpos, suas configurações familiares e seus desejos. E o que seria isso se não um exercício político?

Já na dimensão pedagógica conhecemos novos conceitos e conceituações, novos aprendizados e nos deparamos com conteúdos que extrapolaram os muros virtuais do AVA. Os limites teóricos entre feminismo e lesbianidade foram apresentados e discutidos estabelecendo, no entanto, a importante relação entre eles. Construir uma aliança entre mulheres, sejam lésbicas ou não, como modo de proteção e cuidado, é uma das vias levantadas.

O obstáculo para essa estratégia, no entanto, se esbarra nos marcadores das diferenças: raça, classe, território, corpo, idade. É a partir desse obstáculo que a interseccionalidade ganha ainda mais força nas discussões se tornando uma ferramenta teórica bastante utilizada no TFL, seja pelas cursistas ou pelas professoras. Junto a essas discussões, principalmente as discussões sobre raça (que atravessaram todo o curso de modo bastante enfático), também foram trazidas as discussões de colonialidade e decolonialidade.

Apontadas como teorias um pouco mais complexas suscitaram discussões engajadas pensando as lógicas do corpo e território, além de estabelecer uma relação direta com os marcadores de raça, demonstrando uma preocupação das cursistas com a invisibilidade racial nas discussões de sexualidade. Mais uma vez sendo ressaltado que não se pode perder de vista a intersecção dos marcadores nas desigualdades sociais.

A invisibilidade lésbica foi citada como instrumento de violência seja acadêmica, intrafamiliar, nas relações de trabalho, perpassando todos os âmbitos e sentido de modos diferentes, mas presentes. Por isso, como destacado, as teias de

conhecimento produzidas pelo curso não apenas possibilitaram partilhas de saberes teóricos, mas também afetivos.

A dimensão afetiva, portanto, foi imprescindível na construção de vínculo entre as cursistas. Desde os primeiros fóruns na plataforma propondo dinâmicas de apresentação já foi possível observar o interesse que elas mostravam umas nas outras e nas histórias de vida contadas. Nas discussões teóricas isso não foi perdido de vista.

O curso funcionou, também, como grupo de apoio para relatos pessoais que surgiram no decorrer dos fóruns, de conquistas, saídas do armário a violências de diversos tipos, diversas histórias de vida foram compartilhadas ao longo do curso. Cursistas que passaram a se compreender enquanto lésbicas ou a compreender melhor sua lesbianidade.

Um curso de extensão integralmente na modalidade online trouxe desafios para sua execução. Além das tecnologias que se tornaram obstáculos para algumas cursistas, tivemos também algo que não podemos esquecer, a pandemia da COVID-19. Ainda que soe repetitivo, enquanto algo nunca vivido antes, é impossível não mencioná-la como dificultadora de processos de aprendizagem, de organização pessoal e saúde mental. Concluir um curso dentro desse contexto atípico é de mérito das cursistas e da equipe de coordenação.

Ainda sobre a COVID-19, é importante trazê-la também como um significativo obstáculo para a conclusão de uma pós-graduação. Muito diferente do que havia sido idealizado em 2020, essa pesquisa passa por reformulações e adaptações metodológicas devido ao contexto pandêmico. Sobre as mudanças e limitações de pesquisa pela pandemia, considero ter o privilégio na escolha de um campo que não foi tão afetado pelo confinamento.

A etnografia de tela me possibilitou não apenas acompanhar um curso realizado virtualmente como a construção de dados pelas telas de um computador. Apesar da viabilidade prática de ida a campo, o confinamento impossibilita a troca presencial, o corpo-a-corpo, a sala de aula, espaços que julgo ser diferenciais para o aprendizado.

O privilégio de poder ficar em casa e realizar uma dissertação em um espaço seguro, não me protege, no entanto, do mal-estar coletivo que assolou o mundo. Em relação à pesquisa, considero pertinente rememorar o questionamento de Bruna Irineu à minha apresentação no IV Fórum Gira dentro do Congresso Virtual UFBA:

será que uma vez o pensamento lésbico adentrando as universidades sobreviverá à essa conjuntura?

Acredito que sobrevivemos a décadas de invisibilidade, anos de autoritarismo e fascismo, a crises sanitárias e colapsos do sistema de saúde, tempos de censura e destruição cultural. Vislumbro um futuro mais otimista, sinto uma esperança com responsabilidade social, e uma potência de vida latente nos anos que estão por vir.

Talvez seja utópico realizar uma sociedade em que tenhamos visibilidade plena, direitos assegurados, e que não nos coloque em situação de vulnerabilidade ou perigo. Mas existimos, e ainda que em passos pequenos temos caminhado em direção a um sul²³. Para algumas de nós, companheiras negras, trans, indígenas, imigrantes, periféricas, “defiças”, o caminho terá mais obstáculos, mas não podemos esquecê-las, aprendemos que as estruturas sociais só se movimentam junto a elas.

Por isso a aposta desse trabalho nas produções de conhecimento, na inserção de lésbicas e das teorias lésbicas na academia, da difusão do pensamento lésbico como enfrentamento a um conhecimento heterocentrado, androcêntrico, hierárquico, que corrobora com o sexismo e racismo científico. Através de uma epistemologia lésbica, enquanto um conhecimento subversivo, se faz possível uma transformação social. É através da educação que se transforma pessoas e são as pessoas que mudam o mundo, como diria Paulo Freire.

Nessa perspectiva, escolhas epistemológicas contribuem para a difusão do conhecimento e das produções lésbicas, atentar-se a isso é imprescindível se desejamos propagar e construir um pensamento lésbico. Assim, evoco o apelo feito por Zuleide Paiva e endosso o coro de que lesbianizar é preciso pois “como desafio de pesquisa, lesbianizar é adentrar o campo feminista orientada pelo pensamento político de lésbicas, sabendo que este campo é espaço” (PAIVA, 2016, p.105). É por essa via que cursos de extensão e dossiês sobre lesbianidade colaboram para ampliar o alcance de autoras e teorias lésbicas criando e possibilitando espaços de existência e visibilidade.

Afinal, para quem escrevo? A Grada Kilomba (2016) diria que escrevo quase como uma obrigação, para tornar-me o Eu e não mais o Outro, não mais me assujeitar ao que dizem sobre mim. Escrevo para me tornar sujeita do meu próprio percurso, da

²³ Aqui faz referência às “epistemologias do sul”, considerando um sul global para além de uma produção de conhecimento eurocentrada, dialogando com teorias subversivas.

minha própria investigação, para corporificar a Ciência e fugir da invisibilidade da História.

Mas, também, escrevo para salvar a minha própria vida, já diria Clarice Lispector (1978, s.p.): “viver é uma espécie de loucura que a morte faz”. E a morte foi algo que esteve muito próximo à nós, principalmente nos dois primeiros anos dessa pós-graduação. Entre vida e morte havia a pesquisa. Entre vida e morte haviam prazos. Entre vida e morte haviam crises de ansiedade. Entre vida e morte havia uma linha, por vezes, tênue.

Entre vida e morte se encerra um ciclo, uma etapa. Talvez haja mais adiante. Quem sabe? Escrevo, por fim, para tirar de mim a angústia da solidão, compartilhada por tantas como eu, por tantas de nós. Escrevo na tentativa de somar com as poetas da linguagem nos entraves entre ciência e pessoalidade. Para transbordar em palavras quando há a sua falta no nó da garganta causado pela invisibilidade. Se a ciência afirma que “penso, logo existo”, eu afirmo: escrevo, e assim podemos ser livres. Desatando nós, e tecendo fios, sigamos em busca de mais teias de compartilhamento, de afeto e cuidado. Evocando, mais uma vez a Glória Anzaldúa (2000, p. 232): “você não está sozinha.”.

REFERÊNCIAS

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**. Tradução por: Julia Romeo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 61p.
- AFONSO-ROCHA, Rick. **O Perigo Cor-de-Rosa**: ensaios sobre a deimopolítica. Salvador: Devires, 2021. 262 p.
- ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, Fluminense, v. 9, n. 1, p. 225-249, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30947>. Acesso em: 10 out. 2022.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Distrito Federal (Brasília), v. 31, n. 1, p. 129-143, jan/abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- ALVES, Raíssa Lé Vilasboas; FARIA, Anna Amélia. As ligas acadêmicas como suplemento da graduação em psicologia: uma experiência como coordenadora da

lasg (2015-2016). **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 9, n. 4, p. 422-432, dez. 2020. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2895>. Acesso em: 21 set. 2021.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Maternidade lésbica e tecnologias reprodutivas. **Revista Geni**, Online, v. 29, n.p., 2016. Disponível em: <https://revistageni.org/03/maternidade-lesbica-e-tecnologias-reprodutivas/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da Uff**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p. 303-318, ago. 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12544587/como-domar-uma-lingua-selvagem-gloria-anzaldua-uff>. Acesso em: 11 jun. 2022.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 229-236, 01 jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 11 jun. 2022.

AULA 01 – Teorias Feministas e Lesbianidades. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 20 min e 26seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=QHCPv1jeB7Q&feature=youtu.be> > Acesso em: 24 de jul. de 2020.

AULA 02 – Epistemologias Negras e Lésbicas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 31 min e 26seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=DT2L9uTtm0&feature=youtu.be> > Acesso em: 14 de jul. de 2020.

Aula 04 – Deficiências e Lesbianidades. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 35 min e 46seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=EqiA08StMQQ&feature=youtu.be> > Acesso em: 22 de jul. de 2020.

AULA 06 – Imprensa Lésbica no Brasil. 2020, 35 min e 38seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IL1ZdYIBULc&feature=youtu.be> > Acesso em: 07 de jul. de 2020.

AULA 07 – Direitos Humanos de Mulheres Lésbicas. 2020, 1 hora 00 min e 51seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6qDDEzNwoNQ&feature=youtu.be> > Acesso em: 06 de jul. de 2020.

AULA 08 – Maternidades Lésbicas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 48 min e 19seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=v6ZcwSCMmaU&feature=youtu.be> > Acesso em: 24 de jul. de 2020.

AULA 09 – A Crítica Lesbofálica e o Conselho Popular LGBT. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 46 min e 06seg, son., color. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WRJft3_EwNY&feature=youtu.be> Acesso em: 08 de jul. de 2020.

BANDEIRA, Lourdes. A Contribuição da Crítica Feminista à Ciência. **Revista Estudos Feministas**. Brasília: UnB, v. 16, n.1, p. 207-230. 2008.

BENDER, Mariluz Sott; SOTT, Michele Kremer; GONÇALVES, Isadora Ferretti; FREITAS, Suelen Machado de; SARAIVA, Eduardo Steindorf. A Saúde Da População LGBTQIA+ Durante A Pandemia Da Covid-19:: revisão sistemática e análise de redes. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 165-203, jun. 2022. Trimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/issue/view/2322>. Acesso em: 27 set. 2022.

Boletim Um Outro Olhar, São Paulo: Galf, n.1, set/dez. 1987.

BOURCIER, Sam. **Homo Incorporated**: o triângulo e o unicórnio que peida. Tradução de: Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2020. 266 p.

BORDIANO, Geovani; LIBERAL, Suzana Pacheco; LOVISI, Giovanni Marcos; ABELHA, Lucia. COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 3, p. 1-4, 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DGn766gbxHvgXMyyyfLWjgb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRANCO, Lilian Soares Alves; CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 132-154, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772020000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MHWXpfQMQ4jGQzR7TBrMXxN/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRAZ, Camilo; MELLO, Luiz. Masculinidade e androcracia em tempos de COVID-19. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. Cap. 56. p. 269-273.

BUTLER, Judith e RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. cadernos pagu (21) 2003, pp. 157 – 209 Disponível em: [http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/2003\(21\)/Butler.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/2003(21)/Butler.pdf). Acesso em 08. set. 2020.

BUTLER, Judith (2020). **O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades**. Carta Maior, 21(1), 1–9.

CAMPANELLA, Bruno. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. **Matrizes**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 167, 7 dez. 2015. Universidade de Sao Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p167-173>.

CAPARICA, Marcio. **Uma população dizimada**: como foi o auge da aids nos anos 1980. como foi o auge da AIDS nos anos 1980. 2015. Disponível em: <https://ladobi.com.br/2015/03/aids-1980/>. Acesso em: 06 jul. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CLARKE, Cheryl. El Lesbianismo, Un Acto de Resistência. In: MORAGA, Cherrie; CASTILLO, Ana. **Esta puente, mi espalda**: Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. ISM press. San Francisco. California. 1988.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hakman "Truth or Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Onde está o poder? **Signs**, v.22, n. 2, p. 375-381, 1997 [Tradução de Juliana Borges].

CORONAVÍRUS: 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. BBC, 2020. Disponível em: <
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>> . Acesso em: 27 de set. de 2022.

CURIEL, Ochy. **El Lesbianismo Feminista**: Una propuesta política transformadora. Alainet: 2007.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. A terceira epidemia:: o exercício da solidariedade. In: DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS a terceira epidemia**: dois olhares se cruzam numa noite suja. São Paulo: Iglu, 1990. Cap. 1. p. 9-30.

EUGENIA, biopoder, racismo e necropolítica. [S.l.], 2021. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E3f8aHDCK08>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ESPINOSA-MIÑOSO, Youderkys. La Relación Feminismo-Lesbianismo en América Latina: una vinculación necesaria. In: Jornada de Reflexión Lésbica de Rosario, 1., 2004. **Tópico Temático...** Rosário, 2004.

FALQUET, Jules. Breve resenha de algumas Teorias Lésbicas, Fem-e-livros, Mexico/Buenos Aires, 2013 (tradução em português - 32 páginas). Disponível em <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/04/breve-resenha-teorias-lesbicas.pdf>. Acesso em 08. set. 2020

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. As Videoaulas Como Tecnologias Acessórias às Leituras de Textos Acadêmicos: estudo de caso a partir do curso de extensão à distância Pensamento Lésbico Contemporâneo. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/issue/view/1809/showToc>. Acessado em: 30 de jun. 2021.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARLOS, Paula Pinhal de. A Interdisciplinaridade nos Estudos de Gênero: análise das teses do doutorado interdisciplinar em ciências humanas da ufsc. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S.L.], v. 10, n. 97, p. 80-94, 1 dez. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-9851.2009v10n97p80>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. 4. ed. São Carlos: Edufscar, 2014. Cap. 4. p. 126-148.

FERRAZ, Claudia. P. A Etnografia Digital e os Fundamentos da Antropologia Para Estudos em Redes On-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/viewFile/44648/pdf>. Acessado em: 19 de jun.2021.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 02-24, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GRIVALJA, Doroteia Gómez. **Meu Corpo é um Território Político**. Rio de Janeiro: Zazie, 2020. 36 p. Tradução de: Sandra Bonomini. Disponível em: <http://www.zazie.com.br/pequena-biblioteca-de-ensaios-1>. Acesso em: 22 ago. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p. Tradução de: Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 26 dez. 2022.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F.: UNAM, 1998, p. 09-34.

HOOKS, bell. **O Feminismo É Para Todo Mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 175p. Tradução por: Ana Luiza Libânio.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo, Editora Perspectiva, 2019. 256 p. Tradução por: Rainer Patriota.

ILUSTRÍSSIMA CONVERSA: LGBTfobia de Bolsonaro atualiza moralismo da ditadura “hetero-militar”, diz Renan Quinalha. Entrevistado: Renan Quinalha. Entrevistador: Eduardo Sombini. [S. l.]: Folha de São Paulo, set. 2021. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3QxXfMY0qN15Bb5XINrLxf#_=_. Acesso em: 29 mar. 2022.

JORNAL CHANACOMCHANA. São Paulo. 1985

KETZER, Patricia. Como Pensar Uma Metodologia Feminista? Surgimento, Repercussões e Problematizações. **Argumentos**. Fortaleza, v. 9, n. 18, jul./dez. 2017, p. 95-106.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento*. 2016

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio Grande do Sul: Cobogó, 2019. 248 p. Tradução de Jess Oliveira.

LASG: Memória, afeto e resistência. Produção de Raíssa Lé Vilasboas Alves, Ana Eliza Ferreira Marques, Anna Amélia de Faria, Juliana Maia Borges Sampaio. Roteiro: Raíssa Lé Vilasboas Alves. Música: Johnny Hooker e Liniker. Salvador: Produção Independente, 2020. (22 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZF5jKQtoB-Q>. Acesso em: 15 set. 2021.

LACOMBE, Andrea. Ativismo e academia:: que dizemos quando falamos a partir de e sobre o lesbianismo. In: SOUZA, Rolf Malungo de (org.). **Seminário Internacional Diversas Diversidades**. Niterói: Cead/Uff, 2015. Cap. 1. p. 09-20.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 15, n. 14-15, p. 339-352, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p339-352. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50121>. Acesso em: 16 jun. 2021.

LESSA, Patricia. **Lesbianas em movimento**:: a criação de subjetividades (brasil, 1979-2006). 2007. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História, Universidade de Brasília, Brasília (Df), 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3411>. Acesso em: 30 maio 2022.

LIMA, Michael Augusto Souza de; SALDANHA, Ana Alayde Werba. (In)visibilidade Lésbica na Saúde: análise de fatores de vulnerabilidade no cuidado em saúde sexual de lésbicas. **Psicologia Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 40, s.p., 25 de nov. de 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003202845>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vQxmpLZ86cRB7bMCKNWS94N/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2022.

LORDE, Audre. A poesia não é um luxo. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. São Paulo: Autentica, 2019. Cap. 4. p. 44-48.

MACHADO, Paula Sandrine; MATTOS, Amana Rocha; RIOS, Luís Felipe; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Managing risk and sexuality in the Covid-19 context. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, [S.L.], v. 19, p. 1-16, 13 jun. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412022v19e909>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/YKTksJbSBJNnbPWfvzbzLJy/?lang=en>. Acesso em: 18 set. 2022.

MAFFIA, Diana. Crítica Feminista à Ciência. In: COSTA, Ana A. A.; SARDENBERG, Cecilia., (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM, 2002.

MARTINS, L. B.; AUAD, D. Lésbicas na academia: visibilidades relâmpago, transparente e palpável. **Interritórios**, v. 6, n. 10, p. 105, 2020.

LISPECTOR, Clarice. **Um Sopro de Vida**: pulsações. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978. 142 p.

MATTA, Roberto da. O Ofício do Etnólogo, ou Como Ter Anthropological Blues. **Boletim do Museu Nacional**. UFRJ, Rio de Janeiro, p. 1-12. maio 1978.

MELINO, Heloisa . A intimidade com a linguagem - conhecer também é um ato político. In: Amanda Mendonça; Laila Maria Domith Vicente. (Org.). **Jovens pesquisadoras: Sexualidades dissidentes**. 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2019, v. 1, p. 137-158.

MELLO, Anahí Guedes de. Surdez, lesbianidade e devir-ciborgue:: meu implante coclear, meu brinquedo erótico aleijado. In: MENDONÇA, Amanda; VICENTE, Laila Maria Domith. **Jovens Pesquisadoras: sexualidades dissidentes**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019. Cap. 3. p. 77-116.

MIGNOLO, Walter D.. Geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, [s. l], v. 48, n. 48, p. 187-224, 04 nov. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MILANEZ, Letícia de Sousa; FERREIRA, Breno de Oliveira; PEDROSA, José Ivo dos Santos. Impactos da pandemia da Covid-19 na saúde das mulheres lésbicas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.L.], v. 3, n. 11, p. 89-100, 1 mar. 2021. Pimenta Cultural. <http://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2020.11.11237>.

MOGROVEJO, Norma. **Un Amor Que Se Atrevió a Decir Su Nombre**: La lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. 1. ed. México: Plaza y Valdés, 2000.

MOMBAÇA, Jota. Notas Estratégicas Quanto Ao Uso Político do Conceito de Lugar de Fala. **Buala**, 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala> Acesso em: 07 dez. 2022.

O uso de fatos na infodemia das pandemias COVID-19. [S.l]: Fábrica de Ideias, 2021. (135 min.), color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HplNT_UMAc4. Acesso em: 20 set. 2021.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982) In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. 4. ed. São Carlos: Edufscar, 2014. Cap. 5. p. 149-176.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem Tem Medo de Sapatão?: resistência lésbica à ditadura civil-militar. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 06-19, Mai 2017. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-18, 1 fev. 2008. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. UNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 113 p.

PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 94 p.

PERUCCHI, J. Reflexões sobre justiça científica e produção do conhecimento: mulheres lésbicas nos espaços de saber/poder da academia. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. (Eds.). . **Cenas Latino-Americanas da Diversidade Sexual e de Gênero: Práticas Pedagógicas e Políticas Públicas**. 2. ed. Rio Grande: FURG, 2015. p. 306.

PINTO, Isabella Vitral *et al.* Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 23, n. 01, p. 1-13, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 06 dez. 2022.

PRECIADO, Paul B. (2020). **Aprendiendo del virus**. El País., 28 de março.

QUINALHA, Renan. O mito fundador de stonewall: onde quase tudo começou.... In: IGNACIO, Taynah; DUARTE, Andressa Mourão; FERREIRA, Guilherme Gomes; BURIGO, Joanna; GARCIA, Tamires de Oliveira; BUENO, Winnie. **LGBTI+: Tem Saída?: perspectivas lgbti+ sobre o brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020. Cap. 2. p. 43-48.

RADICALESBIANS (Nova York). **A mulher que se identifica com a mulher**. 1970. Disponível em: <https://we.riseup.net/radfer/a-mulher-que-se-identifica-com-a-mulher-radicalesb>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42.

REGO, Sergio, PALÁCIOS, Marisa, BRITO, Luciana, and SANTOS, Roberta Lemos. Bioética e Covid-19: vulnerabilidades e saúde pública. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 61-71

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das tecnologias de comunicação: breve panorama das tecnologias de comunicação. **Antropologiafer em Primeira Mão**, Santa Catarina, n. 1, p. 04-66, 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**. Natal, v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44.

ROSA, Katemari; ALVES-BRITO, Alan; PINHEIRO, Bárbara Alves Carine Soares. Pós-verdade para quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. Florianópolis, v. 37, n. 3, dez. 2020, p. 1440-1448. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74989>. Acesso em 01 jul. 2021

ROSELY Roth no programa Hebe Camargo (25/05/1985). São Paulo: Um Outro Olhar, 2020. (6 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. 35 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula., (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra. 2009. p. 23-73.

SANTOS, Vera Lucia Pontes dos; COSTA, Cleide Jane de Sá Araújo. A Observação Online como Instrumento Investigativo: uma experiência utilizando fórum de discussão. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 7, n. 14, p. 56-77, 30 dez. 2015. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2015v7n14p56>.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; MELO, Lucas Pereira de. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In)visibilidades dos impactos sociais. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 1, n. 37, p. 1-19, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/fsX8vyYh4MdTsSLQ3PGVm4k/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a Uma Ciência Feminista?. In: COSTA, Ana A. A.; SARDENBERG, Cecilia., (orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM, 2002.

SAUNDERS, T. L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 102–116, 2017. DOI: 10.9771/peri.v1i7.22275. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SEDGWICK, Eve. A Espistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v.28, jan-jun, p.19-54, 2007.

SENNA, Ariane Moreira de. **A SOLIDÃO DA MULHER TRANS, NEGRA E PERIFÉRICA**: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Afro-Orientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34369>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SENNA, Ariane. A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra na universidade. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 9, p. 304-317, 2018.

SILVA, Hélio. A Situação Etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 171-188, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgas/ha/index.php/pt/#69-etnografias-do-digital>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SILVA, Zuleide Paiva; ARAÚJO, Rosângela. Lesbianizar é Preciso, Não Somos Todas Mulheres: a teoria política de Monique Wittig revisitada. In: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; DORNELLES, Priscila Gomes (orgs.). **O Recôncavo Baiano Sai do Armário: universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das Almas, Bahia: Editora UFRB, 2013, p. 229-259.

SILVA, Zuleide Paiva; ARAUJO, Rosangela Janja Costa. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 29, n. 3, s.p., 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382446>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/381/38169619034/html/#B25>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SILVA, Zuleide Paiva. **Sapatão Não é Bagunça**: estudos das organizações lésbicas na Bahia. Salvador, 2016. 382. Tese. Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. UFBA, UNEB, UEFS, LNCC, SENAI-CIMATEC.

SILVEIRA-BARBOSA, P. Trajetória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 142–163, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/93003>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SEFFNER, Fernando. **O Jeito de Levar a Vida**: trajetórias de soropositivos enfrentando a morte anunciada. 1995. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995. Cap. 10.

SOARES, Suane Felipe. Procura-se Sapatão:: histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 18., 2014, Paraíba. **Anais [...]**. Paraíba: Ufpb, 2014. p. 1439-1451.

SONTAG, Susan. (2003). El sida y sus metáforas. En **La enfermedad y sus metáforas y el sida y sus metáforas**. Taurus.

TORRES, I. L. S. ; FERNANDES, Felipe Bruno Martins . 'É reconfortante ler minha dor escrita por outras mãos?: uma etnografia de tela do fórum virtual de Glória Anzaldúa na primeira edição do Curso EAD Pensamento Lésbico Contemporâneo. REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura , v. 2, p. 190-202, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726 p.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, Doença e Organização Social: um estudo das "pessoas vivendo com hiv e aids". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 179-210, 2001.

WARD, J Katie (1999) The Cyber-Eyhnographic (Re) Constrution of two Feminist Online Communities. **Social Research Online**, vol, nº.1, <http://www.socresonline.org.uk/4/1/Ward.html>.

WESTON, Kath. Salir del armario ante los familiares de sangre. In: WESTON, Kath. **Las familias que eligimos**: lesbianas, gays y parentesco. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012. Cap. 3. p. 77-112.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. São Paulo: Autêntica, 1992-2022. 144 p.

ANEXO 1 – Programa do Curso TFL

		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE GÊNERO, MULHERES E FEMINISMOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA GIRA: GRUPO DE ESTUDOS FEMINISTAS EM POLÍTICA E EDUCAÇÃO		
CURSO: TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES	CH: 68 H/A	CARÁTER: OPTATIVO
PROFESSOR: FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES MONITORA: RAÍSSA LÊ VILASBOAS ALVES	SEMESTRE SUPLEMENTAR DA UFBA 2020	
TUTORAS/ES VOLUNTÁRIAS/OS: BÁRBARA ELCIMAR DOS REIS ALVES, DAIANE DE JESUS OLIVEIRA, DHAN TRIPODI PEREIRA FERREIRA, IGOR LEONARDO DE SANTANA TORRES		
PROFESSORAS CONVIDADAS: MIRIAM PILLAR GROSSI (ANPOCS/UFBA), JULIANA OLIVA (USP), FÁTIMA LIMA (UFRJ), CAROLINE BETEMPS (LINKÖPING UNIVERSITY), ANAHI GUÊDES DE MELLO (UFSC), LUIZ MOTT (GGB/UFBA), PAULA ÉVELYN SILVEIRA-BARBOSA (SENADO FEDERAL), SALETE MARIA DA SILVA (UFBA), ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM (UEMS), BRUNA ANDRADE IRINEU (ABEH/UFMT), JULIANA PIERUCCHI (UFJF), BABI BORGES (METRÔ/SP), SÔNIA JAY WRIGHT (UFBA), ANA CARLA LEMOS (UFPE), ANA CRISTINA SANTOS (UFAL), ZULEIDE PAIVA (UNEB), CATERINA REA (UNILAB), PATRÍCIA LESSA (UEM), SUELY ALDIR MESSEDER (UNEB), BÁRBARA ARISI (UNILA)		
ACESSIBILIDADE: ALÓN MAURÍCIO (DIVERSILIBRAS); NAPE/UFBA		
PROGRAMA DO CURSO		
OBJETIVOS: <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar discussões temáticas sobre processos sócio-históricos e educativos a partir da perspectiva dos Estudos Feministas, de Gênero e Multiculturais, a partir do ponto de vista do pensamento lésbico contemporâneo. • Estudo das Teorias Sociais de Gênero e Sexualidades, tomando como ponto de partida as Teorias Lésbicas com ênfase na situação global nacional (Brasil) e em situações locais (Nordeste, Bahia e Salvador). • Sensibilização de futuras gestoras de políticas públicas sobre os direitos humanos de (mulheres) lésbicas. • Aprofundamento teórico sobre o papel das teorias lésbicas na construção das teorias feministas e das hierarquias raciais. • Problemática do lugar da mulher lésbica na sociedade brasileira, particularmente em postos de liderança e poder. • Análise de dimensões interseccionais das lesbianidades, particularmente a raça, a etnia, a deficiência, a classe social e a territorialidade. 		

<p>METODOLOGIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O curso é ministrado na modalidade de Educação à Distância (EAD) através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle da UFBA. • É composto de 18 semanas/aula, sendo que cada aula é aberta na segunda-feira pela manhã e encerrada no domingo subsequente à noite. • Cada semana/aula é composta de atividades (i) multimídia (Videoaulas e Podcasts), (ii) de leitura de textos e (iii) de exercícios de escrita interativa, onde se espera, além da produção individual, a interação com a produção das/os colegas. • O cômputo da presença se dá pela postagem, no prazo, das atividades de escrita interativa. A ausência em 25% do curso implica reprovação (e desligamento do AVA). O não comparecimento no AVA por 21 dias consecutivos implica no desligamento do AVA. • Para o cômputo de presença da Aula 01 serão consideradas as seguintes atividades: 1) edição do perfil pessoal no Moodle, 2) participação na dinâmica de apresentação (com interação com pelo menos duas/dois colegas) e 3) cumprimento das atividades da aula. • Além das atividades de Escrita Interativa, o curso oferece outros três Fóruns: 1) o Fórum Livre, onde as/os cursistas podem postar o que desejarem como a divulgação de eventos, poemas, ou quaisquer outros conteúdos, 2) a Biblioteca Lésbica onde as/os cursistas tem acesso aos principais referenciais do pensamento lésbico e podem, de forma optativa, debatê-los e 2) o Fórum de Diálogo com a coordenação do curso. • A coordenação do curso elaborou um Contrato Pedagógico, exposto em vídeo de Acolhimento, onde espera um diálogo respeitoso entre todas e todos os participantes desse processo de aprendizagem.
<p>AVALIAÇÃO:</p> <p>NOTA 01: Cumprimento das Atividades Semanais no Prazo, que serão computadas pela postagem da atividade e interação com pelo menos duas/dois colegas.</p> <p>NOTA 02: Participação efetiva em atividade de escrita coletiva de texto (Aula 12).</p> <p>NOTA 03: Entrega do Trabalho Final (até o dia 18/12/2020). O trabalho final do curso consistirá na escrita de um ensaio biográfico de uma lésbica do estado de origem ou residência da/o cursista, de escolha livre. Para discentes de graduação ou pós-graduação que pretendem abrir processo para validação de créditos de semestre suplementar, será acrescida na avaliação a articulação, no ensaio, de parte da bibliografia lida ao longo do curso.</p>

AULA	SEMANA	CONTEÚDO	LEITURA DE BASE
AULA 01	03-09/08/2020	APRESENTAÇÃO E ACOLHIMENTO TEORIAS FEMINISTAS E LESBIANIDADES	GROSSI, Miriam. O pensamento de Monique Wittig. Cadernos de Gênero e Diversidade , v. 04, n. 02, p. 83-90, abr./jun., 2018. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25050 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 02	10-16/08/2020	EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E LÉSBICAS	LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. Cadernos de Gênero e Diversidade , Salvador, v. 04, n. 02, p. 66-82, abr. 2018. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646 . Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 03	17-23/08/2020	FEMINISMOS DECOLONIAIS	BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos. Revista Estudos Feministas , Florianópolis, v. 27, n. 01, p. 01-07, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X201900100704 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 04	24-30/08/2020	DEFICIÊNCIAS E LESBIANIDADES	MELLO, Anahi Guedes de. Surdez, lesbianidade e devirciborgue: meu implante coclear, meu brinquedo erótico aleijado. In: MENDONÇA, Amanda; VICENTE, Laila Maria Domith. Jovens pesquisadoras: sexualidades dissidentes . Rio de Janeiro: Editora Autografa, 2019. p. 77-113.
AULA 05	31/08-06/09/2020	O LESBIANISMO NO BRASIL	MOTT, Luiz. O lesbianismo no Brasil . 01. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
AULA 06	07-13/09/2020	IMPREENSA LÉSBICA NO BRASIL	SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Trajetória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível. Aedos , Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 142-163, ago. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/93003 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 07	14-20/09/2020	DIREITOS HUMANOS DE MULHERES LÉSBICAS	DA SILVA, Salette Maria. Homossexualidade e Direitos Humanos. Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades , João Pessoa, n. 10, 20 dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/11823 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 08	21-27/09/2020	MATERNIDADES LÉSBICAS	AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Maternidade lésbica e tecnologias reprodutivas. Geni , [S. l.], p. 01-11, 09 mar. 2016. Disponível em: https://revistageni.org/03/maternidade-lesbica-e-tecnologias-reprodutivas/ . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 09	28/09-04/10/2020	A CRÍTICA LESBOFÁLICA E O CONSELHO POPULAR LGBT	IRINEU, Bruna Andrade. Exercendo a "crítica lesbofálica" às demandas por uma "cidadania LGBT" no contexto brasileiro (2003-2016). Periódicus , Salvador, v. 01, n. 07, p. 78-101, maio 2017. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22274 . Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 10	05-11/10/2020	AS LÉSBICAS NA LUTA ANTICAPITALISTA	FRASER, Nancy. Um feminismo que visa libertar todas as mulheres deve ser anticapitalista. Uma entrevista com Nancy Fraser. [Entrevista cedida a] Olimpia Malatesta. Tradução de Matheus Alexandre. <i>Jacobin Brasil</i> , [S. L.], 23 nov. 2013. Disponível em: https://jacobin.com.br/2019/11/um-feminismo-que-visa-libertar-todas-as-mulheres-deve-ser-anticapitalista/ . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 11	12-18/10/2020	VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA LÉSBICAS	PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. <i>Estudos de Psicologia</i> , Natal, v. 19, n. 01, p. 67-76, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014001000009&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 12	19-25/10/2020	MOVIMENTOS LÉSBICOS NO NORDESTE	LEMOS, Ana Carla Da Silva. Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista . Orientadora: Marion Teodósio de Quadros. 2019. 611 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
AULA 13	26/10-01/11/2020	O FEMINISMO LÉSBICO: QUESTÕES TEÓRICAS	LESSA, Patricia. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. <i>Em Tempo de Histórias</i> , n. 07, p. 01-08, 7 fev. 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20136 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 14	02-08/11/2020	LÉSBICAS NEGRAS NO MOVIMENTO LGBT	SANTOS, Ana Cristina Conceição. Lésbicas negras (re)existindo no movimento LGBT . In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. <i>História do Movimento LGBT no Brasil</i> . 01. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

AULA 15	09-15/11/2020	O MOVIMENTO LÉSBICO NA BAHIA	SILVA, Zuleide Paiva da. Lesbianidade Política na Bahia: que ginga é essa? Cadernos de Gênero e Diversidade , Salvador, v. 04, n. 01, p. 91-116, abr./jun. 2018. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25504 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 16	16-22/11/2020	QUESTÕES INDÍGENAS E LESBIANIDADES	FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico". ACENO , vol. 3, n. 5, p. 14-38. jan./jul. 2016. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3849/0 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 17	23-29/11/2020	O QUEER DE COR E AS LÉSBICAS	REA, Caterina Alessandra. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. Cadernos de Gênero e Diversidade , Salvador, v. 04, n. 02, p. 117-133, abr./jun. 2018. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26201 . Acesso em: 01 ago. 2020.
AULA 18	30/11-06/12/2020	MULHERES MASCULINIZADAS EM SALVADOR	MESSEDER, Suely Aldir. Masculinidades em corpos femininos: uma articulação entre pesquisa e extensão no estado da Bahia. Feminismos , Salvador, v. 03, n. 01, p. 100-107, jan./abr. 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30049 . Acesso em: 01 ago. 2020.
	18/12/2020	ENTREGA DO TRABALHO FINAL	

REFERÊNCIAS

AULA 01

GROSSI, Miriam. O pensamento de Monique Wittig. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 04, n. 02, p. 83-90, abr./jun., 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25050>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CONFERÊNCIA CIEDSI México 2018 - Teorias y Movimientos Queer y Feminista. 2018. 01 vídeo (45 min 30 s). Publicado pelo canal NIGS Audiovisual. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZdWm40Bpsr0&feature=emb_title. Acesso em: 01 ago. 2020.

OLIVA, Juliana. **Existência e formação do sujeito e o nosso isolamento à luz de Simone de Beauvoir**. 2020. Texto escrito entre os meses de abril e maio de 2020. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/juliana-oliva.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 02

JESUS, João Elton. LGBTcídio no Brasil: direitos humanos e população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual (lgbt). **Coisas do Gênero**, São Leopoldo, v. 02, n. 01, p. 150-164, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2740>. Acesso em: 01 ago. 2020.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 02, n. 03, p. 117-149, jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16293>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 08

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Maternidade lésbica e tecnologias reprodutivas. **Geni**, [S. l.], p. 01-11, 09 mar. 2016. Disponível em: <https://revistageni.org/03/maternidade-lesbica-e-tecnologias-reprodutivas/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 09

IRINEU, Bruna Andrade. Exercendo a "crítica lesbofóbica" às demandas por uma "cidadania LGBT" no contexto brasileiro (2003-2016). **Periódicus**, Salvador, v. 01, n. 07, p. 78-101, maio 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiódicus/article/view/22274>. Acesso em: 01 ago. 2020.

Podcast - Complemento à videoaula de Bruna Andrade Irineu. Intérprete: Bruna Andrade Irineu. Salvador: [S. n.]. Podcast (03 min 06 s).

AULA 10

FRASER, Nancy. Um feminismo que visa libertar todas as mulheres deve ser anticapitalista. Uma entrevista com Nancy Fraser. [Entrevista cedida a] Olimpia Malatesta. Tradução de Matheus Alexandre. **Jacobin Brasil**, [S. l.], 23 nov. 2013. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2019/11/um-feminismo-que-visa-libertar-todas-as-mulheres-deve-ser-anticapitalista/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 11

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Bruna Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 01, p. 67-76, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2020.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos; FREITAS, Rita de Cássia Santos. A violência intrafamiliar contra mulheres lésbicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 03, 2019, São Paulo. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2019. p. 01-12.

MUITO Prazer - travestis e transexuais de Juiz de Fora. 2014. 01 vídeo (24 min 55 s). Publicado pelo canal Nuh/UFGM. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6QX2IYpFP4A&feature=emb_title. Acesso em: 01 ago. 2020.

CASA Das MeninasV. **Casa Das MeninasV**, [S. l.], ©2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/CasaDasMeninasV/featured>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 12

LEMOS, Ana Carla Da Silva. **Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista**. Orientadora: Marion Teodósio de Quadros. 2019. 611 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

UM PACTO lésbico feminista - Para colocar em prática tudo aquilo em que acreditamos! **Lamce**, Fortaleza, 08 jul. 2009. Disponível em: <http://grupopolamce.blogspot.com/2009/07/um-pacto-lesbico-feminista-para-colocar.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 13

LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. **Em Tempo de Histórias**, n. 07, p. 01-08, 7 fev. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20136>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 14

SANTOS, Ana Cristina Conceição. Lésbicas negras (re)existindo no movimento LGBT. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 01. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

AULA 15

SILVA, Zuleide Paiva da. Lesbiandade Política na Bahia: que ginga é essa? **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 04, n. 01, p. 91-116, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25504>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 16

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico". **ACENO**, vol. 3, n. 5, p. 14-38. jan./jul. 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3849/0>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 17

REA, Caterina Alessandra. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 04, n. 02, p. 117-133, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26201>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AULA 18

MESSEDER, Suely Aldir. Masculinidades em corpos femininos: uma articulação entre pesquisa e extensão no estado da Bahia. **Feminismos**, Salvador, v. 03, n. 01, p. 100-107, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30049>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ANEXO 2 – Card de divulgação do curso TFL

SEMESTRE SUPLEMENTAR DA UFBA 2020

Teorias Feministas e Lesbianidades

CURSO DE EXTENSÃO

Período: Agosto a Dezembro de 2020
Responsável: Felipe Bruno Martins Fernandes
Público-Alvo: Estudantes do BEGD/UFBA
(as vagas remanescentes serão abertas para estudantes de graduação de outros cursos e universidades)

Vagas: 50
Inscrições: 02/07 a 31/07 de 2020



INFORMAÇÕES
fernandes.felipe@ufba.br



ANEXO 3 – Cards de Webnários do TFL

Webnário no Zoom e transmissão no Facebook
fb.com/observatoriofeminista/

WEBNÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
CONTEMPORÂNEO

LITERATURA:
CASSANDRA RIOS
e o protagonismo excêntrico na literatura brasileira



CONVIDADA
Ana Gabriela
Formada em letras, mestrã em Estudos Culturais pela UNEB e doutora em Literatura e Cultura pela UFBA



CONVIDADA
Juliana Moreira
Professora da Educação Básica, Mestre em Estudos Literários pela UFU, membro do grupo de pesquisa "O Sexo da Palavra".



DEBATEDORA
Daiane Oliveira
Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Jorge Amado, bacharelanda do B.I. de Artes pela UFBA



MEIADORA
Barbara Alves
Integrante da Executiva do Fórum Baiano LGBT/Coletivo Lesbíbia e coordenadora do projeto de extensão pensamento lésbico contemporâneo/Gira.



Webnário no Zoom e transmissão no Facebook
fb.com/observatoriofeminista/

WEBNÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
CONTEMPORÂNEO

30 às 19h

OUTRAS NARRATIVAS:
lesbianidades e violências



CONVIDADA
Sônia Soares
Licenciada em História pela UNIJORGE, Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade pela UFBA. Atualmente pesquisa sobre violência letal contra pessoas LGBTs na Bahia.



CONVIDADA
Ligia Bellini
Professora do Programa de Pós-graduação em História – UFBA. Autora de livros e artigos sobre história da cultura do mundo luso-brasileiro no período moderno.



DEBATEDORA
Daiane Oliveira
Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Jorge Amado, bacharelanda do B.I. de Artes pela UFBA



MEIADORA
Raissa Lé
Mestranda do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.



WEBNÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
CONTEMPORÂNEO

11
08 às **18h**

Webnário no Zoom e transmissão no Facebook
fb.com/observatoriofeminista/

LÉSBICAS NA ACADEMIA



Daniela Auad
Docente PPGE4-So/UFSCar e PPGE/UFJF. Doutora em Educação/USP. Fundadora do Flores Raras: Educação, Comunicação e Feminismos (CNPq)



MEIADORA
Raissa Lé
Mestranda do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.



Luisa Bitencourt
Mestranda em Educação na UFJF. Integrante do grupo Flores Raras e da biblioteca Nuvem Sapatão.



WEBNÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
CONTEMPORÂNEO

26
08 às 18h

Webnário no Zoom e transmissão no Facebook : fb.com/observatoriofeminista/

SEXUALIDADE, GÊNERO E RAÇA NO ESPAÇO POLÍTICO



CONVIDADA
Erica Capinan



CONVIDADA
Jandira Mawusi



MEDIADORA
Daiane Oliveira



DEBATEDORA
Bárbara Alves

Webnário no Zoom e transmissão no Facebook : fb.com/observatoriofeminista/

WEBNÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
CONTEMPORÂNEO

30 às 11h

O QUEER DE COR E AS LÉSBICAS



CONVIDADA
Caterine Rea
Professora da Unilab, campus dos Malês, coordenadora do grupo de pesquisa FEMPOS/Pós-colonialidade, Feminismo e Epistemologias Anti-hegemonias. Integra o ppgneim.



DISCENTE CONVIDADA
Elaine Borges
Negra lésbica, feminista. Integrante do Grupo LES. Bacharelada em Ciências Sociais/UFRB.



DEBATEDORA
Daiane Oliveira
Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Jorge Amado, bacharelada do B.I. de Artes pela UFBA. Pesquisadora do Grupo Pesquisa Gira/UFBA.



MEDIADORA
Bárbara Alves
Fórum Baiano LGBT. Coordenadora do Projeto de Extensão Pensamento Lésbico. Pesquisadora Voluntária do Grupo de Pesquisa Gira/UFBA.

Webnário no Zoom e transmissão no Facebook : fb.com/observatoriofeminista/

Fábrica de Ideias - Escola Doutoral

WEBNÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
CONTEMPORÂNEO

23 às 11h

QUESTÕES INDÍGENAS E LESBIANIDADES



CONVIDADA
Bárbara Arisi
Antropóloga e jornalista, co-autora dos livros *Queer Natives in Latin America* (2021) e *Gay Indians in Brazil* (2017). Atualmente, é pesquisadora na Universidade Livre de Amsterdã (Vrije Universiteit Amsterdam) e na Universidade Federal de Santa Catarina em um projeto de cooperação internacional das agências CAPES/NUFFIC.



CONVIDADA
Daiane Oliveira
Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário Jorge Amado, bacharelada do B.I. de Artes pela UFBA.



CONVIDADA
Letícia Ambrósio
Terapeuta ocupacional, mestra e doutoranda pelo PPGTO-UFSCar.



CONVIDADA
Raíssa Lé
Mestranda do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.



Webinário no Zoom e transmissão no Facebook
 @contribuivatorchessminista

WEBINÁRIO
PENSAMENTO
LÉSBICO
 CONTEMPORÂNEO
 06 às 12h

MULHERES MASCULINIZADAS EM SALVADOR



Suely Messeder
 Professora da UNEB, Doutora em Antropologia, Coordenadora do Enlaçando Sexualidades, Coordenadora do Grupo Etlace



Felipe Fernandes
 Professor da UFBA e coordenador do GIRA: Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação



Daiane Oliveira
 Pesquisadora do Gira



Ana Dotoreia Dias
 Halotadora pela UFPA e mestranda do PPONEIM



Barbara Alves
 Fórum Baiano LGBT Coordenadora do Projeto de Extensão Pensamento Lésbico Pesquisadora Voluntária do Grupo de Pesquisa Gira/UFBA



Dhan Tripodi
 Pesquisador do Gira



Shirlei Silva
 Pesquisadora do Gira



Jeane Rinke
 Mãe, feminista, webista, filha de Oxóssi, graduada em filosofia – Educadora Popular no INTEGRAR, graduada em administração – administradora no SINTRA/USC



Raissa Lé
 Pesquisadora do Gira



Igor Torres
 Pesquisador do Gira



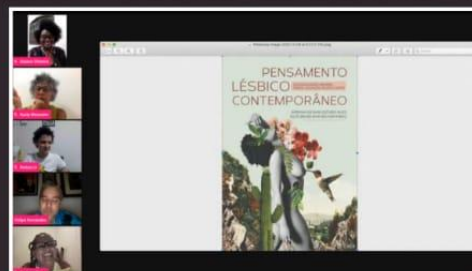




QUE FECHAMENTO INCRÍVEL, PROFESSORA SUELY MESSEDER!



E QUE NOSSAS ESCRITAS VOEM!



APÊNDICE A – Nomes e minibiografias das docentes do TFL

ÁLON MAURÍCIO (DIVERSILIBRAS) – Intérprete de LIBRAS

Mestrando em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA)

ANA CARLA LEMOS

Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

ANA CRISTINA SANTOS

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFAL)

Coordenadora da área científica Feminismos Negros da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

Professora pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano (NUDES).

ANAHI GUEDES DE MELLO

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pesquisadora colaboradora vinculada ao Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED)

Pesquisadora associada da Anis - Instituto de Bioética, com sede em Brasília; membro do Grupo de Estudos Antropologia e Deficiência (GEAD), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

Coordenadora do Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professora adjunta de Antropologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória.

Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE) da UEMS.

BABI BORGES

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP)

Metroviária (SP)

BÁRBARA ARISI (UNILA)

Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professora na Vrije Universiteit Amsterdam e Amsterdam University College

Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos da América Indígena, vinculada também ao Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC).

BRUNA ANDRADE IRINEU

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fundadora da REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura

Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero (NUEPOM/UFMT)

Pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus/UFMT)

CAROLINE BETEMPS

Brasileira, tem licenciatura em Ciências da Comunicação no Uruguai.

Atualmente é doutorando em Estudos de Gênero pela Linkoping University.

CATERINA ALESSANDRA REA

É professora Adjunta C na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Doutora em Filosofia pela Université Catholique de Louvain

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora do Grupo de Pesquisa FEMPOS/Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias anti-hegemônicas

Integra o Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos da Mulher (PPGNEIM)

FÁTIMA LIMA

Pós-Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS do Museu Nacional/UFRJ

Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Macaé.

Professora do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada-PIPGLA da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico - Raciais/CEFET/RJ.

JULIANA OLIVA

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo

JULIANA PERUCCHI

Professora Associada III do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Coordenadora do Núcleo PPS - Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social Políticas Públicas e Saúde, da Universidade Federal de Juiz de Fora

Pesquisadora-colaboradora do Núcleo Margens, da Universidade Federal de Santa Catarina e do Nuh - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT, da Universidade Federal de Minas Gerais

LUIZ ROBERTO DE BARROS MOTT

Doutor em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB)

MIRIAM PILLAR GROSSI

Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle (Universite de Paris V)

Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro da diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Atua no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e nos cursos de graduação em Antropologia e Ciências Sociais da UFSC

Foi presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

PATRÍCIA LESSA

Pós-Doutora em Letras pela Universidade Federal de Fluminense (UFF)

Doutorado em História pela Universidade de Brasília (UnB)

PAULA ÈVELYN SILVEIRA-BARBOSA

Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Fundadora e diretora-geral do Arquivo Lésbico Brasileiro

SALETE MARIA DA SILVA

Pós-Doutora em Direito com enfoque em Gênero pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA)

É docente do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (UFBA); do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo- PPGNEIM/UFBA e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Segurança Pública, Justiça e Cidadania-PROGESP/UFBA

SÔNIA JAY WRIGHT

Pós-Doutora em Ciências Humanas pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Professora do Bacharelado de Estudos em Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA)

SUELY ALDIR MESSEDER (UNEB)

Doutorado em Antropologia pela Universidade Santiago de Compostela

Professora titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Atual gerente das Ações Afirmativas da UNEB.

ZULEIDE PAIVA DA SILVA (UNEB)

Doutora Multi- Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA, IFBA, UNEB, UEFS, SENAI-CIMATEC, LNCC)

Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Professora permanente do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) pesquisadora do Grupo de Pesquisa FEL - Formação, Experiência e Linguagens (UNEB)

APÊNDICE B – Links das vídeo-aulas do TFL

AULA 01 – Teorias Feministas e Lesbianidades. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 20 min e 26seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=QHCPv1jeB7Q&feature=youtu.be>>

AULA 02 – Epistemologias Negras e Lésbicas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 31 min e 26seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=DT2L9uTtm0&feature=youtu.be> >

Aula 03 – Feminismos Decoloniais. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 25 min e 48seg, son., color. Disponível em: <

https://www.youtube.com/watch?time_continue=185&v=8GCW67fKaiE&feature=emb_logo>

Aula 04 – Deficiências e Lesbianidades. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 35 min e 46seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=EqiA08StMQQ&feature=youtu.be>>

AULA 05 – O Lesbianismo no Brasil. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 28 min e 22seg, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0t-T02R2_ok&feature=youtu.be>

AULA 06 – Imprensa Lésbica no Brasil. 2020, 35 min e 38seg, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IL1ZdYIBULc&feature=youtu.be>>

AULA 07 – Direitos Humanos de Mulheres Lésbicas. 2020, 1 hora 00 min e 51seg, son., color. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=6qDDEzNwoNQ&feature=youtu.be>>

AULA 08 – Maternidades Lésbicas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 48 min e 19seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=v6ZcwSCMmaU&feature=youtu.be>>

AULA 09 – A Crítica Lesbofálica e o Conselho Popular LGBT. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 46 min e 06seg, son., color. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WRJft3_EwNY&feature=youtu.be>

AULA 10 – Lésbicas na Luta Anticapitalista. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 53 min e 40seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=I9agWk2D4lo&feature=youtu.be> >

AULA 11 – Violência Intrafamiliar Contra Lésbicas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 1h 07min e 35seg, son., color. Disponível em: <

https://www.youtube.com/watch?v=iZJI4H_Kqy0&feature=youtu.be>

AULA 12 – Movimentos Lésbicos no Nordeste. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 53 min e 29seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=D2UKYqP24Hc&feature=youtu.be> >

AULA 13 – Lésbicas Negras no Movimento LGBT. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 31min e 27seg, son., color. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=PUQIEgkwors&feature=youtu.be>>

AULA 14 – O Movimento Lésbico na Bahia. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 58min e 06seg, son., color. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=XX2EEpU7aMQ>

AULA 15 – O Feminismo Lésbico – Questões Teóricas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 97min e 26seg, son., color. Disponível em:<

<https://www.youtube.com/watch?v=-M9MDjAnidQ>>

AULA 16 – Questões Indígenas e Lesbianidades. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 98min e 22seg, son., color. Disponível em:<

<https://www.youtube.com/watch?v=p3TZOrTmT74>>

AULA 17 – O Queer de Cor e as Lésbicas. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 121min e 58seg, son., color. Disponível em:<

<https://www.youtube.com/watch?v=AbQd-Okneew>>

AULA 18 – Mulheres Masculinizadas em Salvador. Produção de Felipe Fernandes. 2020, 138min e 40seg, son., color. Disponível em:<

<https://www.youtube.com/watch?v=OR5oPnhdGEg&t=133s>>

APÊNDICE C – Tabela do perfil declarado das cursistas

NOME	ESTADO	INSTITUIÇÃO	ESCOLARIDADE	IDADE	GÊNERO	RAÇA	SEXUALIDADE	OCUPAÇÃO	OBJETO
C.S.S.P.	Bahia	UFBA	Doutoranda		Mulher	Negra			Aliança
L.B.		UFBA	Mestrado		Mulher		Lésbica		Árvore
J.F.A.	Bahia	UFRB	Mestrado		Mulher	Negra	Lésbica		Relógio
I.V.	Rio Grande do Sul	UFSC	Pós-doutoranda					Mãe, Professora	Vela
H.M.A.	Santa Catarina	UFSC	Graduanda	27					Agenda
D.M.N.N.S.	Bahia	UFBA	Mestranda					Mãe, avó, artesã	Aliança
P.O.	Bahia	UFBA	Graduanda						All Star
L.S.F.		UFPE	Graduanda	26				Pesquisadora	All Star
I.L.S.T.	Bahia	UFBA	Graduando			Preto	Gay		Relógio/Árvore
L.S.B.	Bahia	Dom Pedro II	Graduanda	23	Mulher		Lésbica	Estudante	Avião
A.M.	Bahia								Avião
D.O.M.		UFBA	Mestrando			Negro	Gay		Avião
H.L.S.	Santa Catarina	UFSC	Mestranda	34			Bissexual		Barraca
G.A.B.								Pensadora, docente	Batom
A.D.S.D.	Bahia	UFBA	Mestranda	25			Bissexual		Bicicleta
A.S.	Bahia	UFBA/SEAD	Graduando						Bicicleta
N.R.	Paraná	UEM	Graduanda	19			Sapatão		Bolsa
A.M.S.	Bahia	UFBA	Doutoranda				Butina		Botas
B.A.C.	Bahia	UFBA	Graduanda		Mulher	Preta		Estudante	Cadeado
G.O.M.		UEM	Graduanda	22	Mulher		Bissexual		Cama
Z.O.S.					Mulher	Negra	Lésbica	Educadora	
F.S.	Bahia						Lésbica	Psicóloga	
L.F.H.		FURG	Doutorando						Computador
L.M.A.N.	Goiânia			55			Gay	Professor	Duende
E.C.N.		UFSCPP	Doutorando					Professor, pesquisador	Óculos
J.A.R.		UFSC					Lésbica	Filha, mãe, educadora	Espelho
M.S.F.	Pernambuco	UFPE	Doutoranda	52			Hétero	Psicóloga	Flor
D.S.C.	Bahia	UFSC	Graduanda	25			Lésbica	Artesã	Garrafa
T.F.F.	Mato Grosso		Graduada	27					Gatinha
R.L.	Bahia	UFBA	Mestranda	26					Granada
S.A.S.F.		UFSC			Homem	Branco	Hétero	Pai	Gravata
D.S.	Bahia		Doutoranda	37			Lésbica		Hambúrguer
A.N.R.	Rio de Janeiro	UERJ	Doutoranda	30			Sapatão		Lampião
V.C.M.	Bahia	UFBA	Mestranda				Lésbica		Livro
C.V.G.S.	Paraíba		Pós-Graduanda	34				Professora	Luz
I.R.A.F.	Rio Grande do Sul	UNISINOS	Graduanda		Mulher		Lésbica	Casada, madrastra	Maçã
L.A.	São Paulo	UFSCar	Doutoranda		Mulher	Preta	Sapatão	Terapeuta Ocupacional	Machado
J.F.				29	Mulher	Negra	Heterossexual	Téc. de Enfermagem	Espelho
F.C.	Santa Catarina		Doutoranda	29	Mulher	Negra	Lésbica	Professora	Moto
J.P.L.	Bahia	IFBA						Professora, intérprete	Música
V.P.S.			Graduanda					Estudante	Nota Musical
F.M.	Bahia	UFBA	Graduanda	27	Mulher	Branca	Lésbica		Espelho
M.L.	Santa Catarina	UFSC	Pós-Doutoranda						Livro
D.T.P.F.		UFBA	Graduando	36	Homem				Óculos
L.L.		UFBA	Graduanda	28				Advogada	Óculos
A.B.O.	São Paulo		Graduanda						
G.L.	Paraíba	UEPB	Doutoranda	41			Lésbica	Professora	Óculos
R.M.	Bahia	UFBA	Graduanda		Mulher	Negra			Pente
E.B.S.	Bahia	UFRB	Graduanda	24		Negra	Lésbica	Estudante	Pente Garfo
A.C.	Alagoas	UFPE	Doutoranda				Lésbica		Relógio
D.J.O.		UFBA	Graduanda	31	Mulher	Preta	Bissexual	Jornalista, professora	Relógio
L.V.S.		UFSC	Graduanda						Unicórnio
M.D.R.B.		UFBA	Graduando	24	Homem		Gay não binário		Unicórnio
J.A.	Rio de Janeiro	UFRJ	Graduada					Professora	Vela
J.M.K.N.	Paraná		Graduada					Psicóloga	Vestido
G.S.	Bahia	UFBA	Graduando					Auxiliar, pai	Violão
B.E.R.A.	Bahia	UNEB	Graduada				Lésbica		Yin Yang